



**MEDEIROS & MEDEIROS**  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

# **RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL**

GRUPO ECOVIX  
RELATÓRIO PRELIMINAR

**GRUPO ECOVIX**

Empresa em Recuperação Judicial – 023/1.16.0012010-0, em curso perante  
o Meritíssimo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande/RS.

# UM POUCO MAIS SOBRE A ECOVIX

GRUPO ECOVIX



Esta empresa de Administração Judicial, após análise de documentos, visitas à sede das Recuperandas e exame das informações contábeis e financeiras, demonstra a seguir o relatório inicial que contempla a mutação das demonstrações financeiras, dos anos de 2013 a 2016, incluindo o mês de dezembro de 2016, período em que as empresas ingressaram com o pedido de recuperação judicial.

## 1. O ANDAR DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO

Trata-se de pedido de Recuperação Judicial ajuizado em 16.12.2016 pelo GRUPO ECOVIX, cujo processamento foi deferido em 19.12.2016. O GRUPO ECOVIX é composto pelas empresas: ECOVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A. (11.754.525/0001-39), ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA. (17.633.309/0001-11), RG ESTALEIRO ERG1 S.A. (06.054.101/0001-21), RG ESTALEIRO ERG2 S.A. (08.607.005/0001-99), RG ESTALEIRO ERG3 INDUSTRIAL S.A. (15.286.061/0001-34) e RG ESTALEIROS S.A. (12.487.364/0001-27), a relação de simbiose entre as empresas será esplanada a seguir.

### GRUPO ECOVIX

ECOVIX CONSTRUÇÕES  
OCEÂNICAS S.A

RG ESTALEIROS S.A.

RG ESTALEIRO ERG1

RG ESTALEIRO ERG2

RG ESTALEIRO  
INDUSTRIAL ERG3

ENGEVIX SISTEMAS  
DE DEFESA

Recentemente foram enviadas correspondências aos credores relacionados pelas Recuperandas, informando o valor e a classe de seus créditos (art. 22, I, "a" da Lei 11.101/2005). O edital com a relação completa dos credores e a notificação sobre a abertura do prazo para os credores apresentarem suas divergências/habilitações de crédito administrativas, foi disponibilizado no DJE do dia 13.02.2017, considerando-se publicado no dia 14.02.2017.

O prazo para a apresentação de divergências e/ou habilitações de crédito diretamente à Administradora Judicial (que pode ser realizada via correios e/ou para o e-mail [divergencias@administradorjudicial.adv.br](mailto:divergencias@administradorjudicial.adv.br)) findou no dia 10.03.2017. Atualmente o feito encontra-se em fase de recebimento e análise de divergências e habilitações administrativas. Até o fechamento do presente relatório, foram recebidas aproximadamente 200 (duzentas) divergências/habilitações.

O Grupo Ecovix protocolou nos autos, seu Plano de Recuperação Judicial no dia 17.02.2016. As Recuperandas vêm cumprindo suas obrigações processuais com a apresentação das contas demonstrativas mensais (art. 52, IV, da LREF), informações de

sua atividade estão sendo prestadas à Administração Judicial e aos credores quando solicitadas. Desde sua nomeação, esta Administração Judicial realizou diversas visitas à sede das recuperandas e reuniões nos escritórios de seus procuradores. Excepcionalmente, por se tratar de relatório inicial, engloba, de forma cumulativa, os exercícios anteriores (2013 a 2016), os demais relatórios serão apresentados mensalmente.

Este relatório tem por finalidade a apresentação de forma sintética das atividades da recuperanda após o pedido de recuperação judicial, salientando que todos os documentos estão disponíveis para consulta no site [www.administradorjudicial.adv.br](http://www.administradorjudicial.adv.br) e informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Administração Judicial.

O presente relatório apresentará informações de forma a elencar os principais pontos desenvolvidos e em andamento na empresa, com base na premissa básica da Lei de Recuperação Judicial:

|

*“Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”*

|

<b>BASE DE ELABORAÇÃO E RELATÓRIO</b>	7	<b>3. DA RECUPERANDA ENGEVIX</b>	36
<b>PARTE I – INTRODUÇÃO</b>	8	3.1 BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	38
<b>1. GRUPO ECOVIX</b>	8	3.2 BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38
1.1 HISTÓRIA	9	3.3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	39
1.2 ESTRUTURA DO GRUPO ECOVIX	15	<b>PARTE III – ATIVIDADES APÓS PEDIDO</b>	
1.3 DO PROJETO FPSO'S	16	<b>DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL</b>	40
1.4 MOTIVOS ALEGADOS PARA O PEDIDO DE RJ	18	4.1 DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	41
1.5 DA RELAÇÃO DE CREDORES	20	4.2 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	42
1.6 DA SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	21	4.3 INFORMAÇÕES FISCAIS	44
<b>PARTE II – INFORMAÇÕES</b>		<b>PARTE IV – RESUMO DAS ATIVIDADES</b>	
<b>FINANCEIRAS DE 2013 A 2016</b>	24	<b>DA ADMINISTRADORA JUDICIAL</b>	45
<b>2. CONSOLIDADO DAS RECUPERANDAS</b>			
<b>(ECOVIX, ERG, ERG1, ERG2 e ERG3)</b>	24		
2.1 BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	25		
2.2 BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28		
2.3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	30		
2.4 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	33		

# BASE DE ELABORAÇÃO E RELATÓRIO

As informações constantes no referido documento são baseadas nas demonstrações financeiras apresentadas pelas Recuperandas de 2013 a 2015. As mesmas foram auditadas por empresa de auditoria independente. Até a data de finalização do presente relatório, as demonstrações de 2016 ainda estavam sendo auditadas.

Em função do tamanho e complexidade da operação, até o momento da conclusão do presente relatório, não foram recebidos todos os documentos necessários para análise

preliminar. Porém as Recuperandas estão empenhadas em disponibilizar os mesmos.

Considerando a simbiose entre as empresas do GRUPO ECOVIX, solicitamos que as Recuperandas apresentassem as demonstrações financeiras mensais de forma consolidada. Com exceção da empresa ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA. (17.633.309/0001-11), as demais apresentaram as demonstrações de forma consolidada.

# PARTE I

# INTRODUÇÃO

## 1. GRUPO ECOVIX

### 1.1 HISTÓRIA

O Grupo Ecovix é composto pelas empresas ECOVIX CONTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A (ECOVIX), inscrita no CNPJ nº 11.754.525/0001-39, RG ESTALEIROS S.A. (RG Estaleiro), inscrita no CNPJ nº 12.487.364/0001-27, RG ESTALEIRO ERG1 S.A. (ERG1), inscrita no CNPJ nº 06.054.101/0001-21, RG ESTALEIRO ERG2 S.A. (ERG2), inscrita no CNPJ nº 08.607.005/0001-99, RG ESTALEIRO ERG3 INDUSTRIAL S.A. (ERG3), inscrita no CNPJ nº

15.286.061/0001-34 e ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA., todas com principal estabelecimento na Avenida Almirante Maximiano Fonseca, 4361, conjunto 1005, km 6 / BR 392, Zona Portuária, na Cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 96204-040.

### GRUPO ECOVIX



# PARTE I

# INTRODUÇÃO

## 1. GRUPO ECOVIX

### 1.1 HISTÓRIA

Em 2010 a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras demonstrou interesse na construção de cascos de Floating Production Storage and Offloadgin (Unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência - “FPSO”), os quais seriam destinados à primeira fase de exploração do “pré-sal”. Para isso, a Petrobrás Netherland B.V., subsidiária holandesa da Petrobrás e a Tupi B.V. emitiram convites com o objetivo de realizar licitação internacional para selecionar a melhor proposta para a construção de 8 embarcações FPSO. Foram convidadas 18 empresas e entre elas estava a Engevix Engenharia S.A. (Engevix).

No processo licitatório a Engevix apresentou proposta de construção de novos cascos, a partir de uma tecnologia inovadora marcante na história da Engevix e do Grupo Ecovix, que permitia obter o melhor proveito da exploração da 1ª fase do “pré-sal”.



# PARTE I

# INTRODUÇÃO

## 1. GRUPO ECOVIX

### 1.1 HISTÓRIA

Considerando que a construção dos cascos envolve a fabricação e armazenamento de diversos tipos de materiais de grande volume, a proposta da Engevix tinha como premissa a construção de uma planta industrial e a utilização, mediante apoio estatal, dos imóveis na região de Rio Grande - RS, onde o estaleiro passou a operar e ainda o faz até hoje.

A Engevix foi a vencedora da referida licitação, sendo esse o ponto de partida da concepção do Grupo Ecovix, criado não apenas para a construção e manutenção de FPSO's, mas também de equipamentos pesados e embarcações da atividade naval em geral. A Engevix obteve autorização junto ao Estado do Rio Grande do Sul para operar na região de Rio Grande e adquiriu da empreiteira WTorre, o estaleiro originalmente construído sobre o imóvel onde está localizado o ERG1. A proposta consistia na expansão das operações para os imóveis onde estão localizados o ERG2 e ERG3, ampliação

do estaleiro original, construção de planta industrial e de centro de logística.

A aquisição da área foi feita em parceria com a FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais, com a qual o Grupo Ecovix constituiu um Fundo de Investimentos e Participações - FIP Estaleiros - onde a FUNCEF é detentora de 25% das quotas e a Ecovix de 75%. Este investimento, feito através da holding RG Estaleiro S/A. teve aplicação de R\$ 560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais) de capital próprio, além de recursos obtidos de financiamentos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), que permitiu completar as instalações do estaleiro do Grupo Ecovix. Posteriormente foi adquirido o ERG-3, para ser utilizado como área de apoio às atividades executadas pelo Grupo Ecovix nas áreas ERG's 1 e 2.

# BREVE HISTÓRICO INDIVIDUAL DAS EMPRESAS DO GRUPO



# ESTALEIRO ERG1

- Em 2004, foi firmado o protocolo de intenções entre o Governo do RS e o antigo Estaleiro Rio Grande, que previa a doação onerosa de terreno para implantação de Unidade industrial do Estaleiro, junto ao Porto de Rio Grande para atuação na área de construção e reparos de embarcações de diversos tipos, tais como embarcações de apoio marítimo a plataformas de petróleo, embarcações de grande porte utilizadas no transporte de cargas, tanto em longo curso como na cabotagem, petroleiros e equipamentos offshore.

- Em 2006, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG), transferiram a posse da área do Estaleiro Rio Grande (ERG1) para a empresa WTorre, através de doação com encargos e com cláusula de

inalienabilidade e impenhorabilidade, com o fim exclusivo da construção da unidade industrial.

- Em 2008, a Petrobras começa a ocupar parcialmente a área do ERG1, para construção de módulos da P-53.

- Em 2010 a Ecovix adquire a área do ERG1, com a participação da FUNCEF e inicia um projeto de melhorias, visando a construção de 8 FPSO's.

# ESTALEIRO ERG2

- Em 2009, o Governo do Estado do RS e a SUPRG transferiram a posse da área do ERG2 para a WTorre, através de doação onerosa com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, para fim especial e exclusivo da instalação de uma unidade industrial.
- Em 2010 a Ecovix adquire a área do ERG2, com a participação da Funcef e inicia as atividades para construção das instalações e FPSO's.

- Em 2014 a Ecovix inicia a operação da nova fábrica de painéis e blocos, com equipamentos robotizados e linhas automáticas de última geração.
- As instalações em operação no ERG-2 permitem adicionar 8.500ton/mês ao processo produtivo da Empresa, que atinge a capacidade de produzir 11.000ton/mês no Polo Naval em Rio Grande.

# ESTALEIRO ERG3

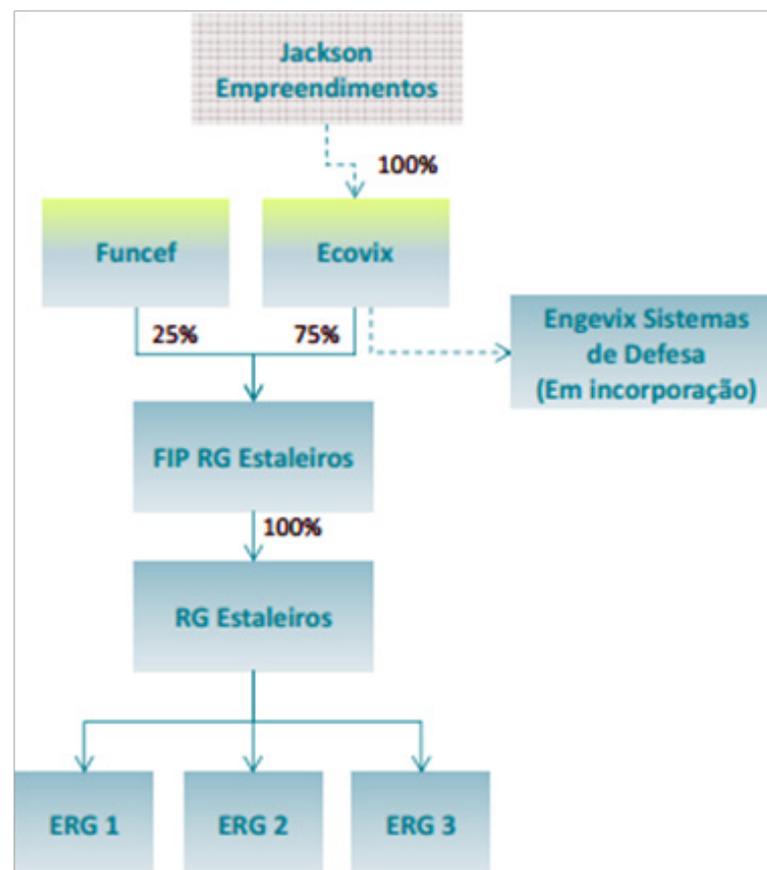
• A posse do terreno do ERG3 foi transferida por meio de contrato preliminar, formalizado com a Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul em 16 de novembro de 2011. A área foi projetada pela Ecovix, para ser utilizada como apoio logístico para projetos direcionadas à área naval e em especial, o de construção dos 8 FPSO's.

Os FPSO's representaram o marco inicial das operações do GRUPO ECOVIX, no entanto a atuação do Grupo é muito mais ampla no setor da indústria naval, com destaque para a construção e conversão de unidades de produção estacionárias, prestação de serviços de engenharia e reparos de embarcações de grande porte em geral.

# 1.2 ESTRUTURA DO GRUPO ECOVIX

O GRUPO ECOVIX é estruturado nas 6 sociedades que convergem para uma única atividade, qual seja, a operação do estaleiro localizado em Rio Grande - RS.

O organograma societário do Grupo Ecovix é ilustrado ao lado:



# 1.3 DO PROJETO FPSO'S

Conforme mencionado, o GRUPO ECOVIX foi contratado por meio de licitação para a construção de 8 FPSO's denominados P-66, P-67, P-68, P-69, P-70, P-71, P-72 e P-73.

contratados para a construção/conversão de embarcações semelhantes, mas o GRUPO ECOVIX, foi um dos únicos que já entregou boa parte do escopo contratado. Segue status dos FPSO's na data do pedido de recuperação judicial:

Segundo informações da Recuperanda, outros grupos foram

Casco	Localização	Status
P-66	Estaleiro Brasfells (Angra dos Reis, RJ, Brasil)	Casco em fase de entrega com integração pronta e 99% dos sistemas comissionados e em operação. Avanço físico 99%
P-67	Estaleiro Coec (Qingdao, China)	Casco em fase de completção mecânica e comissionamento. Avanço físico 88% Integração em andamento
P-68	Em transito entre estaleiro Rio Grande e Estaleiro Jurong Aracruz (ES)	Casco em transito. Casco retirado do Estaleiro Rio Grande com pendencias de construção e montagem. Avanço físico 86%
P-69	Estaleiro Cosco (Zhoushan, China)	Casco em fase de conclusão da construção e montagem e comissionamento em andamento Avanço físico 98%
P-70	Estaleiro Cosco (Qidong, China)	Casco em fase de construção e montagem (edificação de blocos) Avanço físico 76%
P-71	Estaleiro Rio Grande (Rio Grande, RS, Brasil)	Casco em fase de construção e montagem (edificação de blocos) Avanço Físico 18%
P-72	Estaleiro Rio Grande (Rio Grande, RS, Brasil)	Casco em fase de construção e montagem (fabricação de blocos) Avanço Físico 18%
P-73	Estaleiro Rio Grande (Rio Grande, RS, Brasil)	Construção não iniciada Avanço físico 0%

FONTE: GRUPO ECOVIX

# 1.3 DO PROJETO FPSO'S

---

Até o fechamento do presente relatório, as atividades de construção dos FPSO's estavam totalmente paralisadas.

# 1.4 MOTIVOS ALEGADOS PARA O PEDIDO DE RJ

Os principais motivos alegados pelo Grupo Ecovix para o pedido de recuperação judicial foram:

- **CORTE DE INCENTIVOS:** a Indústria naval depende, em grande parte, dos incentivos e financiamento públicos. Assim, diante da crise fiscal nacional, houve o corte de diversos incentivos, afetando, invariavelmente, a solvência de estaleiros em geral.
- **CRISE DA PETROBRÁS E DA SETE BRASIL:** A crise dos principais contratantes do setor como:

- Petrobrás, envolvimento em investigações conduzidas pela Polícia Federal, o que gerou impactos negativos em praticamente todos os seus fornecedores, além da redução do investimento na indústria naval em 37%.

- A insolvência da Sete Brasil, que atualmente, processa sua recuperação judicial perante do Foro da Capital do Rio de Janeiro. O GRUPO ECOVIX teve seu fluxo de caixa, e sua perspectiva de crédito, diretamente afetados nesse período, agravando a sua insolvência.

# 1.4 MOTIVOS ALEGADOS PARA O PEDIDO DE RJ

- **AJUSTE FISCAL:** durante o ano de 2015, houve o ajuste fiscal aplicado ao setor naval, que representou um corte de aproximadamente USD 23,3 bilhões.

- **PROGRAMA PROSUPER:** O fim do programa PROSUPER pelo qual o Ministério da Defesa iria adquirir 11 (onze) navios de guerra que seriam fabricados por estaleiros brasileiros (nesse ponto, vale o destaque para o braço do GRUPO ECOVIX liderado pela Engevix Defesa, criada especificamente para projetos dessa natureza).

- **EFEITO CASCATA:** Os Ajustes fiscais geraram prejuízos acumulados (principalmente em razão da crise do mercado

de óleo e gás) que, por via de consequência, culminaram em severos gastos com demissão de funcionários, majorando substancialmente o volume da dívida do GRUPO ECOVIX. Ilustre-se, nesse, sentido, que o número de trabalhadores da indústria naval reduziu de 82.472 em DEZ/14 pra 68 mil em JUN/2015, chegando a 57 mil empregados em DEZ/2015.

- **CRISE DO PREÇO DO PETRÓLEO:** a baixa do preço do petróleo afeta de maneira nefasta a situação financeira do GRUPO. De fato, considerando que grande parte de suas atividades, atualmente, estão voltadas ao setor de petróleo e gás, tem-se que a baixa do preço dessa commodity afeta tanto a adimplência quanto à perspectiva de negócios futuros.

# 1.5 DA RELAÇÃO DE CREDORES

Apresentamos a lista de credores referida pelo GRUPO ECOVIX e publicada no edital no dia 13.02.2017, considerando-se publicado em 14.02.2017.

A relação publicada em 13.02.2017 difere da juntada ao pedido inicial em 16.12.2016, visto que a administração das Recuperandas verificou inconsistências e necessidade de correções, solicitando a substituição da mesma.

A referida relação está sendo objeto de análise contábil e financeira detalhada por parte desta Administração Judicial, a fim de assegurar aos credores que os créditos sujeitos à recuperação judicial sejam fidedignos.

LISTA PUBLICADA EM 13/02/2017		
CLASSIFICAÇÃO	Nº DE CREDITORES	VALOR
<b>TRABALHISTA</b>	<b>1525</b>	<b>70.666.011,54</b>
Créditos líquidos	423	10.643.826,40
Créditos contingentes	1102	60.022.185,14
<b>GARANTIA REAL</b>	<b>1</b>	<b>70.000.000,00</b>
Créditos líquidos	1	70.000.000,00
<b>QUIROGRAFÁRIO</b>	<b>321</b>	
Créditos líquidos	232	2.017.830.589,37
Créditos contingentes	44	67.104.931,97
USD	32	1.604.088.637,52
EUR	10	14.671.826,26
NOK	1	12.486.987,13
SEK	1	19.343.089,70
JPY	1	294.661.194,00
<b>ME E EPP</b>	<b>148</b>	<b>R\$ 12.010.506,56</b>

# 1.6 DA SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O GRUPO ECOVIX apresentou Plano de Recuperação judicial nos autos do processo no dia 17.02.2017, conforme determinação legal. O referido Plano prevê resumidamente:

- **REESTRUTURAR SEU CAPITAL, REDUZINDO SUA ALAVANCAGEM;**
- **REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA DO GRUPO ECOVIX;**
- **VENDA PARCIAL DE ATIVOS;**
- **LOCAÇÃO DE ATIVOS;**
- **EMIÇÃO DE DEBÊNTURES;**
- **CONSTITUIÇÃO DE UPIS;**
- **CAPTAR NOVOS RECURSOS;**

Formas de pagamentos propostas:

# 1.6 DA SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

## CRÉDITOS TRABALHISTAS

### CRÉDITOS INCONTROVERSOS

- Até 5 salários mínimos: serão pagos em até 30 dias a contar da data de homologação do Plano de Recuperação Judicial;
- Demais: serão pagos em 4 parcelas trimestrais, vencendo a 1ª parcela 90 dias após a homologação do Plano de Recuperação Judicial;

### CRÉDITOS CONTROVERTIDOS

Serão pagos nas mesmas condições dos créditos incontroversos, após os valores serem fixados nas sentenças condenatórias transitada em julgado, que decidirem a ação trabalhista ou homologatória de acordo. Em qualquer caso o prazo de pagamento terá início após o trânsito em julgado das referidas ações.

## CRÉDITOS COM GARANTIA REAL

Os credores com garantia real poderão optar, dentro dos prazos estabelecidos no Plano, pelas seguintes opções:

OPÇÃO A: dação em pagamento do bem gravado com Garantia Real ao respectivo Credor com Garantia Real, no prazo de 90 dias úteis após a homologação do Plano ou em prazo e valor pactuado entre as partes, desde que o bem não seja considerado essencial à atividade pelo Grupo Ecovix.

OPÇÃO B: recebimento do produto da alienação do bem dado em Garantia Real, desde que a referida alienação seja feita por valor e modalidade aceitos pelo GRUPO ECOVIX e o credor, e o GRUPO ECOVIX considere que o bem não é essencial à atividade.

OPÇÃO C: dação em pagamento das Debêntures 1ª Emissão, (1 para 4,25) ou Debêntures 2ª Emissão, sendo que cada R\$ 1,00 (hum real) de crédito com Garantia Real, tal credor com Garantia Real receberá o equivalente a R\$ 0,235 em Debêntures 1ª Emissão.

# 1.6 DA SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

## QUIROGRAFÁRIOS

- Dação em pagamento das Debêntures 1ª Emissão: 23,54% do valor do crédito quirografário será pago por meio de dação em pagamento de Debêntures 1ª emissão na proporção de R\$ 1,00 em crédito para R\$ 1,00 em Debêntures de 1ª emissão, com deságio do saldo.
- Pagamento via FIDC: O GRUPO ECOVIX poderá promover a constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, cujas cotas poderão ser subscritas por credores quirografários que satisfizerem os requisitos legais e integralizadas por meio de crédito quirografários, sendo que os créditos integralizados no FIDC serão pagos conforme parágrafo anterior.
- Pagamento de credores fornecedores: poderão ser pagos mediante dação em pagamento dos equipamentos, a ser realizada no prazo de 30 dias após homologação ou em prazo pactuado entre credor e o GRUPO ECOVIX, pelo preço na ordem de compra ou contrato de fornecimento, celebrados entre o GRUPO ECOVIX e o fornecedor sem qualquer depreciação ou correção. Os tributos e custos serão por conta do credor.

## ME E EPP

- Pagos em até 3 parcelas anuais, iguais e sucessivas, sendo que a 1ª parcela vencerá um ano após a homologação do Plano de Recuperação Judicial. Os créditos sofrerão atualização anualmente de acordo com o INPC, a partir da homologação do Plano.

As especificações para os demais casos podem ser observadas no Plano de Recuperação Judicial disponibilizado na íntegra no site desta Administração Judicial ([www.administradorjudicial.adv.br](http://www.administradorjudicial.adv.br)).

# PARTE II

# INFORMAÇÕES

# FINANCEIRAS

# DE 2013 A 2016

## **2. CONSOLIDADO DAS RECUPERANDAS (ECOVIX, ERG, ERG1, ERG2 E ERG3)**

As informações a seguir foram disponibilizadas pelo GRUPO ECOVIX, sendo que as demonstrações contábeis dos anos de 2013 e 2014 foram reapresentadas em conformidade com os apontamentos efetuados pela auditoria independente. Referente ao exercício de 2015, a auditoria emitiu parecer com ressalvas e parágrafos de ênfase, que demonstram claramente a necessidade da empresa de realizar a reestruturação

financeira e operacional para garantir a continuidade de suas atividades.

Ainda, as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2016 foram fornecidas pela empresa, porém ainda não foram auditadas, podendo estas sofrerem alterações em decorrência dos trabalhos de auditoria.

**2.1 BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO**

<b>BALANÇO (em milhares de reais)</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>ATIVO</b>	<b>3.006.030</b>	<b>2.711.221</b>	<b>2.570.335</b>	<b>2.379.199</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>742.187</b>	<b>219.532</b>	<b>205.373</b>	<b>88.729</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	123.277	47.137	136.023	31.275
CAIXA RESTRITO	-	133.314	37.850	-
CONTAS A RECEBER	8.798	4.267	24.037	35.231
ESTOQUES	2.102	-	-	-
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	508.013	-	-	12.922
TRIBUTOS A COMPENSAR	94.781	27.157	5.537	6.903
OUTROS ATIVOS	5.216	7.657	1.926	2.398
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.263.843</b>	<b>2.491.689</b>	<b>2.364.962</b>	<b>2.290.470</b>
BANCO CONTA VINCULADA	23.587	33.165	21.716	-
APLICAÇÕES	2.211	2.514	2.544	19.496
CONTAS A RECEBER	4.051	4.246	4.051	4.051
EMPRÉSTIMOS COM PARTES RELACIONADAS	-	43.879	104.813	106.711
ATIVO FISCAL DIFERIDO	14.799	20.527	14.143	14.143
DEPÓSITOS JUDICIAS	4.262	4.771	4.838	31.724
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS	1.042.936	1.585.510	1.554.316	1.496.149
IMOBILIZADO	1.104.230	730.396	656.534	617.138
INTANGÍVEL	67.767	66.681	2.007	1.058

# PARTE II

# INFORMAÇÕES

# FINANCEIRAS

# DE 2013 A 2016

Principais considerações sobre o ativo da empresa:

**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** este ponto será explanado no item 2.4 do presente relatório.

**CONTAS A RECEBER:** a empresa informa que os principais recebíveis estão nos clientes Petrobrás e Sete Brasil, e uma pequena receita relacionada a Gerdau. Considerando ainda não ter sido realizada a auditoria no balanço anual de 2016, maiores observações serão fornecidas nos próximos relatórios.

**ESTOQUES:** não há valores contabilizados na conta de estoques, porém esta Administração Judicial constatou nas visitas técnicas, que a empresa possui em suas instalações estoques de materiais (matérias primas e produtos em elaboração). Os representantes da recuperanda, ao serem indagados sobre tal situação, referiram que não há controle de estoques integrado no sistema da empresa, e por isso todas as notas fiscais de

entrada são diretamente lançadas como custo, bem como não há contabilização de produtos prontos ou em elaboração.

Apesar da inexistência de contabilização, a recuperanda possui controle paralelo dos estoques. Os referidos relatórios foram analisados pela Administração Judicial e demonstram detalhamento quanto ao saldo e movimentação de entrada e saída. Este item será objeto de detalhamento pormenorizado no próximo relatório da Administração Judicial.

**ADIANTAMENTO A FORNECEDORES:** verifica-se que no ano de 2013 a conta de adiantamento a fornecedores era muito representativa no ativo circulante da empresa. Em 2014 foi realizado ajuste por conta de orientações da auditoria. No ano de 2016 a referida conta apresentou aumento de saldo. A Administração Judicial solicitou esclarecimentos sobre a referida conta e lançamentos ocorridos. No momento está analisando o material recebido e fazendo cotejamento com a documentação.

# PARTE II

# INFORMAÇÕES

# FINANCEIRAS

# DE 2013 A 2016

**EMPRÉSTIMOS COM PARTES RELACIONADAS:** os empréstimos com partes relacionadas estão direcionadas às empresas Engevix Engenharia S.A. e Engevix Sistemas de Defesa Ltda.

**PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO:** conforme explicado pela equipe da recuperanda, grande parte do imobilizado foi realocado para a conta propriedades para investimentos, considerando que a atividade fim do ERG1 e ERG

2 são de locação. Os referidos imobilizados são locados para a Ecovix.

A Administração Judicial teve acesso aos relatórios do imobilizado e da análise do material, pode-se inferir que os mesmos possuem detalhamento suficiente para fins de controle. Nas próximas visitas a Administração Judicial fará o cotejamento entre o físico e o relatório.

**2.2 BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

<b>BALANÇO (em milhares de reais)</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>4.020.983</b>	<b>4.479.550</b>	<b>5.684.914</b>	<b>5.357.091</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.057.259</b>	<b>2.358.881</b>	<b>3.150.775</b>	<b>2.773.508</b>
FORNECEDORES	254.173	1.217.726	1.591.997	1.127.485
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	48.821	47.286	44.244	6.728
OBRIGAÇÕES FISCAIS	146.280	218.803	373.926	410.831
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	495.171	774.602	1.019.339	966.249
DIVIDENDOS A PAGAR	33.411	-	-	-
OUTROS PASSIVOS	2.914	483	237	25.449
RECEITA DIFERIDA	68.072	90.805	90.805	236.766
OUTRAS PROVISÕES	8.417	9.176	30.227	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.963.724</b>	<b>2.120.669</b>	<b>2.534.139</b>	<b>2.583.583</b>
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	385.394	619.755	607.170	634.451
RECEITA DIFERIDA	391.417	528.031	437.225	209.932
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	1.551.256	408.718	191.814	470.439
OBRIGAÇÕES FISCAIS	-	-	17.037	-
EMPRÉSTIMOS COM PARTES RELACIONADAS	-	87.560	130.267	107.559
PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS	12.660	13.892	63.086	63.788
OUTROS CONTAS A PAGAR À ACIONISTAS	24.254	21.947	11.108	-
OUTROS CRÉDITOS	-	-	-	20.962
IMPOSTOS DE RENDA DIFERIDO	-	3.635	-	-
PROVISÃO PARA CONTRATOS ONEROSOS	464.257	9.244	-	-
PROVISÃO PARA ATRASO DE ENTREGA DE PLATAFORMAS	134.486	427.887	1.076.432	1.076.452
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.014.953</b>	<b>1.768.329</b>	<b>3.114.579</b>	<b>2.977.890</b>
CAPITAL SOCIAL	20.000	20.000	20.000	20.000
RESERVA LEGAL	4.000	4.000	4.000	4.000
RESERVA DE TRANSAÇÃO DE CAPITAL	26.506	26.506	26.506	26.506
RESULTADOS A DESTINAR	- 1.243.682	- 1.981.142	- 3.299.352	- 3.299.278
RESULTADO DO EXERCÍCIO CORRENTE				130.317
PARTICIPAÇÕES DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	178.223	162.307	134.267	140.565
<b>PASSIVO + PL</b>	<b>3.006.030</b>	<b>2.711.221</b>	<b>2.570.335</b>	<b>2.379.201</b>

# PARTE II

# INFORMAÇÕES

# FINANCEIRAS

# DE 2013 A 2016

Principais considerações sobre o passivo da empresa:

**FORNECEDORES:** a conta de fornecedores ainda está sob exame da Administração Judicial, uma vez que estão em curso as análises de divergências de créditos e relação de credores.

**ADIANTAMENTOS A CLIENTES:** considerando o método de reconhecimento de receita da empresa POC (Percent of Completion), em 2015 através do processo de auditoria, foram necessários ajustes representativos na conta, decorrentes de ajuste direto das margens de receitas. A recuperanda informou que atualmente o método de cálculo está devidamente adequado às normas.

**EMPRÉSTIMOS COM PARTES RELACIONADAS:** a principal rubrica está relacionada a empresa Jackson Empreendimentos S.A, e parte com Engevix Defesa Ltda.

**PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS:** dentro desta rubrica estão contabilizadas as demandas judiciais em que a empresa apresenta possível ou provável ônus, as mesmas são segregadas em cíveis, trabalhistas e ambientais, sendo as cíveis as mais representativas.

**PROVISÃO PARA ATRASO NA ENTREGA DE PLATAFORMAS:** a recuperanda reconhece a multa contratual imposta no contrato de fornecimento das plataformas.

## 2.3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE (EM MILHARES DE REAIS)	2013	A.V	2014	A.V	2015	A.V	2016	A.V
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.888.468	100%	3.435.263	100%	1.632.353	100%	1.191.629	100%
CUSTO DOS SERVIÇOS VENDIDOS	- 1.546.318	-82%	- 3.211.850	-93%	- 1.622.687	-99%	- 1.146.094	-96%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>342.150</b>	<b>18%</b>	<b>223.413</b>	<b>7%</b>	<b>9.666</b>	<b>1%</b>	<b>45.535</b>	<b>4%</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>- 60.844</b>	<b>-3%</b>	<b>- 722.987</b>	<b>-21%</b>	<b>- 909.850</b>	<b>-56%</b>	<b>43.219</b>	<b>4%</b>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	- 61.901	-3%	- 61.275	-2%	- 330.079	-20%	- 157.470	-13%
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	1.057	0%	- 661.712	-19%	- 579.771	-36%	200.689	17%
<b>PREJUÍZO OU LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>281.306</b>	<b>15%</b>	<b>- 499.574</b>	<b>-15%</b>	<b>- 900.184</b>	<b>-55%</b>	<b>88.754</b>	<b>7%</b>
RECEITAS FINANCEIRAS	250.464	13%	457.197	13%	1.128.945	69%	87.615	7%
DESPESAS FINANCEIRAS	- 246.608	-13%	- 563.660	-16%	- 1.425.654	-87%	- 226.629	-19%
VARIAÇÃO CAMBIAL		0%		0%		0%	213.302	18%
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>3.856</b>	<b>0%</b>	<b>- 106.463</b>	<b>-3%</b>	<b>- 296.709</b>	<b>-18%</b>	<b>74.288</b>	<b>6%</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>285.162</b>	<b>15%</b>	<b>- 606.037</b>	<b>-18%</b>	<b>- 1.196.893</b>	<b>-73%</b>	<b>163.042</b>	<b>14%</b>
IR E CSLL CORRENTES	- 94.375	-5%	- 183.266	-5%	- 150.478	-9%	- 27.198	-2%
IR E CSLL DIFERIDOS	4.389	0%	2.516	0%	1.121	0%		0%
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>195.176</b>	<b>10%</b>	<b>- 786.787</b>	<b>-23%</b>	<b>- 1.346.250</b>	<b>-82%</b>	<b>135.844</b>	<b>11%</b>
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS CONTROLADORES	184.620	10%	- 770.871	-22%	1.318.210	81%	- 5.528	0%
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	10.556	1%	15.916	0%	28.040	2%	-	0%
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>195.176</b>	<b>10%</b>	<b>- 786.787</b>	<b>-23%</b>	<b>- 1.346.250</b>	<b>-82%</b>	<b>130.316</b>	<b>11%</b>

# PARTE II

# INFORMAÇÕES

# FINANCEIRAS

# DE 2013 A 2016

## **DESTACAMOS OS PRINCIPAIS PONTOS OBSERVADOS NA EVOLUÇÃO DO DRE:**

**CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS:** em 2013 o percentual de comprometimento com os custos era de 82%. Em 2015 chegou-se a 99% da receita líquida, o aumento ocorreu em razão de ajustes realizados pelo Grupo, após orientação da auditoria.

**DESPESAS ADMINISTRATIVAS:** as despesas que no ano

de 2013 representavam 3% da Receita Operacional Líquida, aumentaram gradativamente até 2015, chegando a 20%. Além do aumento nominal das despesas, houve também uma redução significativa do faturamento. Em 2016, a empresa readequou as mesmas reduzindo para 13%.

**OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS:** chegaram a 36% da Receita Operacional Líquida, e em 2016 o número foi positivo, gerando a melhora no resultado da mesma.

# PARTE II

# INFORMAÇÕES

# FINANCEIRAS

# DE 2013 A 2016

**RESULTADO OPERACIONAL:** em decorrência das variações citadas, nos anos de 2013 e 2016 a empresa apresentou lucro operacional, ou seja, a atividade da empresa teve geração de lucro real. Os exercícios de 2014 e 2015 apresentaram resultado negativo. Em 2016, apesar do resultado negativo, é possível observar os efeitos da reestruturação da empresa, em termos de custos e despesas para a retomada de lucratividade.

**RESULTADO FINANCEIRO:** outro ponto muito relevante é a representatividade das despesas financeiras dentro do resultado da

empresa até o ano de 2015. Notadamente em 2016 as despesas financeiras foram de 19% e o resultado financeiro positivo em razão da variação cambial.

**RESULTADO DO EXERCÍCIO:** o resultado refletiu diretamente as flutuações mencionadas acima, nos anos de 2013 e 2016 o lucro foi de 10% e 11% sobre a ROL respectivamente, em 2014 e 2015 com a apresentação de prejuízo, os valores foram -23% e -82% respectivamente.

## 2.4 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA (em milhares de reais)	2013	2014	2015	2016
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>195.176</b>	<b>- 786.787</b>	<b>- 1.346.250</b>	<b>130.317</b>
		-		
<b>AJUSTES POR:</b>				
DEPRECIÇÃO	32.448	45.440	51.625	88.171
AMORTIZAÇÃO DE INTANGÍVEL	1.000	10.746	5.384	6.788
REVERSÃO DE PROVISÃO PARA AJUSTE AO VALOR RECUPERÁVEL				-
VARIAÇÃO CAMBIAL	- 37.690	- 12.751	109.992	- 213.302
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-		-	-
VALOR RESIDUAL DE BAIXA DE PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO	1.582	54.241	-	-
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	4.154	1.232	70.245	702
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	- 4.389	- 2.516	1.121	-
JUROS SOBRE FINANCIAMENTOS	18.949	97.882	130.622	205.009
PROVISÃO PARA CONTRATOS ONEROSOS		- 455.013	- 9.244	
PROVISÃO PARA ATRASO NA ENTREGA DE PLATAFORMAS		293.401	648.545	20
RECONHECIMENTO DE RECEITA DIFERIDA	- 68.073	159.347	- 90.806	- 81.333
	143.157	- 594.778	- 428.766	136.372
<b>VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS</b>				
REDUÇÃO/AUMENTO DE CAIXA RESTRITO	-	- 133.314	95.464	37.850
AUMENTO DE CONTAS A RECEBER	21.942	4.336	- 19.575	- 11.194
REDUÇÃO DE ESTOQUE	- 2.055	2.102	-	-
REDUÇÃO/AUMENTO DE ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	- 485.032	508.013	-	- 12.922
REDUÇÃO/AUMENTO DE TRIBUTOS A COMPENSAR	- 8.103	- 26.392	26.883	- 1.365
AUMENTO DE CRÉDITOS A FUNCIONÁRIOS	1.389			-
AUMENTO/REDUÇÃO DE BANCOS CONTA VINCULADA	- 2.829	- 9.578	11.449	21.716
AUMENTO DE DEPÓSITO JUDICIAL	- 3.107	- 509	- 67	- 26.886
AUMENTO/REDUÇÃO DE FORNECEDORES	- 58.630	963.553	264.279	- 251.210
AUMENTOS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS	82.767	166.539	172.160	40.830
REDUÇÃO/AUMENTO DE OUTROS ATIVOS	- 5.217	- 2.744	5.701	- 17.424
REDUÇÃO DE OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS				- 37.516
AUMENTO/REDUÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA A PAGAR				- 11.108

REDUÇÃO/AUMENTO DE ADIANTAMENTO DE CLIENTES	120.563	- 1.142.538	- 216.904	278.625
AUMENTO DE OUTROS PASSIVOS	33.728	7.237	- 17.762	- 5.015
<b>CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>-</b>	<b>304.584</b>	<b>336.705</b>	<b>321.628</b>
				<b>4.381</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
AQUISIÇÃO DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO	- 450.699	- 114.454	22.237	- 48.703
INTANGÍVEL	-	- 9.660	59.290	- 5.839
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS	-	-	-	-
REDUÇÃO/AUMENTO PARTES REALCIONADAS	204.122	45.009	- 18.227	- 24.605
ADIANTAMENTO A ACIONISTAS	-	-	-	-
PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS	- 5.288	- 154.872	31.194	58.167
	-	-	-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADE DE INVESTIMENTOS</b>	<b>251.865</b>	<b>233.977</b>	<b>94.494</b>	<b>20.980</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>				
RESERVA DE LUCROS	-	-	-	-
TRANSAÇÃO DE CAPITAL	-	-	-	-
OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTOS	418.489	415.910	101.530	- 230.819
PAGAMENTO DE DIVIDENDOS	- 40.000			-
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	- 4.070			-
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	- 110.000			6.298
	-	-	-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>264.419</b>	<b>415.910</b>	<b>101.530</b>	<b>224.521</b>
<b>AUMENTO/REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>- 148.873</b>	<b>- 76.140</b>	<b>88.886</b>	<b>- 104.748</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO/REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>				
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	272.150	123.277	47.137	136.023
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	123.277	47.137	136.023	31.275

# PARTE II

# INFORMAÇÕES

# FINANCEIRAS

# DE 2013 A 2016

**FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL:** o caixa operacional é o gerado pelas atividades da empresa propriamente ditas, ou seja, através das entradas e saídas. Observa-se que os anos de 2013 e 2014 são influenciados, além de outros pontos, pelo aumento ou redução de adiantamentos de fornecedores, fato já mencionado em item anterior. No ano de 2014, verifica-se um aumento representativo dos valores de fornecedores, ou seja, a empresa financiou-se da forma mais “econômica” para a sua alavancagem, por outro lado a redução em adiantamento de clientes, também de grande monta, gerou redução do caixa. Em 2015 a empresa manteve o aumento de fornecedores e das obrigações fiscais, além de outras medidas que geraram caixa operacional positivo. Em 2016 a situação se reverte e mutações de ativo e passivo resultaram em um caixa bem inferior aos anos anteriores.

**FLUXO DE CAIXA DE INVESTIMENTOS:** o caixa de investimentos demonstra as saídas ou entradas decorrentes de seus ativos fixos, verifica-se em 2013 e 2014 a aquisição de imobilizados, gerando caixa negativo de investimento, isso em decorrência do início dos projetos FPSO. Em 2015 houve a venda/alienação de imobilizado e intangível, resultando caixa positivo no ano. Em 2016 voltou-se a investir em imobilizado, resultando em caixa aplicado.

**FLUXO DE CAIXA DE FINANCIAMENTOS:** este caixa demonstra o fluxo de entrada e saída de dinheiro de uma companhia gerado por operações financeiras, tanto para instituições como para sócios (dividendos). De 2013 a 2015 a empresa obteve valores de financiamentos de terceiros e apenas em 2016 houve a redução desses financiamentos. Findo o exercício de 2016, a empresa possuía caixa e disponível de caixa de R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais).

# 3. DA RECUPERANDA ENGEVIX

GRUPO ECOVIX



# 3. DA RECUPERANDA ENGEVIX

As Demonstrações Contábeis foram fornecidas pela equipe da Recuperanda. Os exercícios de 2013 e 2014 não foram auditados. Em 2015 ocorreu auditoria e o parecer foi sem ressalvas. O ano de 2016 ainda não foi auditado.

A Engevix Sistemas de Defesa Ltda. foi constituída como uma controlada da Jackson Empreendimentos S/A em 2013, com sede

no estado de São Paulo e tem como objeto social a realização ou condução de atividades de pesquisa, projeto, desenvolvimento, industrialização, prestação de serviços, visando à produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produtos estratégicos de defesa no Brasil, incluindo importação, vendas, revendas quando integradas às atividades citadas.

### 3.1 BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

BALANÇO (em milhares de reais)	2013	2014	2015	2016
<b>ATIVO</b>	R\$ 49.352	R\$ 52.859	R\$ 77.924	R\$ 46.767
CIRCULANTE	R\$ 1.651	R\$ 5.177	R\$ 77.865	R\$ 44.451
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ -	R\$ 497	R\$ 28.380	R\$ 3
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	R\$ 1.651	R\$ 4.646	R\$ 4.327	R\$ 1.171
TRIBUTOS A COMPENSAR	R\$ -	R\$ 13	R\$ 70	R\$ 102
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE	R\$ -	R\$ -	R\$ 45.070	R\$ 43.174
OUTROS ATIVOS	R\$ -	R\$ 22	R\$ 18	R\$ 1
NÃO CIRCULANTE	R\$ 47.701	R\$ 47.681	R\$ 59	R\$ 2.316
EMPRÉSTIMOS COM PARTES RELACIONADAS	R\$ 47.701	R\$ 47.639		R\$ 2.316
IMOBILIZADO	R\$ -	R\$ 40	R\$ 34	
INTANGÍVEL	R\$ -	R\$ 2	R\$ 25	

### 3.2 BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BALANÇO (em milhares de reais)	2013	2014	2015	2016
<b>PASSIVO</b>	R\$ 39.535	R\$ 26.652	R\$ 77.504	R\$ 47.929
CIRCULANTE	R\$ 39.530	R\$ 26.272	R\$ 9.116	R\$ 5.405
FORNECEDORES	R\$ -	R\$ 1.117	R\$ 5.043	R\$ 1.932
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	R\$ -	R\$ 1.255	R\$ 2.245	R\$ 1.611
OBRIGAÇÕES FISCAIS	R\$ 5.016	R\$ 13.637	R\$ 1.827	R\$ 1.862
OUTROS PASSIVOS	R\$ 34.515	R\$ 10.262	R\$ 1	
NÃO CIRCULANTE	R\$ 4	R\$ 380	R\$ 68.388	R\$ 42.524
EMPRÉSTIMOS COM PARTES RELACIONADAS	R\$ 4	R\$ 380	R\$ 68.388	R\$ 42.524
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 9.817	R\$ 26.207	R\$ 419	-R\$ 1.163
CAPITAL	R\$ 10	R\$ 10	R\$ 10	R\$ 10
RESERVA LEGAL	R\$ -	R\$ 2	R\$ 2	R\$ 2
RESULTADOS A DESTINAR	R\$ 9.807	R\$ 26.195	R\$ 407	-R\$ 1.175
PASSIVO + PL	R\$ 49.352	R\$ 52.859	R\$ 77.923	R\$ 46.766

### 3.3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE (em milhares de reais)	2013	A.V	2014	A.V	2015	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	55.348	100%	79.230	100%		
CUSTO DOS SERVIÇOS VENDIDOS	- 40.510	-73%	- 51.513	-65%		
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>14.837</b>	<b>27%</b>	<b>27.717</b>	<b>35%</b>	-	-
DESPESAS	- 14	0%	- 3.562	-4%	- 1.779	- 658
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-	0%	- 3.465	-4%	- 1.768	- 646
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	- 14	0%	90	0%	3	2
AMORTIZAÇÃO/DEPRECIÇÃO	-	0%	7	0%	8	10
PREJUÍZO OPERACIONAL	14.823	27%	24.155	30%	- 1.779	- 658
RECEITAS FINANCEIRAS	-	0%	807	1%	6.975	- 783
DESPESAS FINANCEIRAS	-	0%	- 165	0%	- 129	- 141
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	0%	-	0%		
RESULTADO FINANCEIRO	-	0%	642	1%	6.846	- 924
PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS	14.823	27%	24.797	31%	5.067	- 1.582
IR E CSLL CORRENTES	-	0%	-	0%	- 1.723	
IR E CSLL DIFERENTES	- 5.016	-9%	- 8.407	-11%		
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	9.807	18%	16.390	21%	3.344	- 1.582
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	9.807	18%	16.390	21%	3.344	- 1.582

**DENTRO DO CONTEXTO JÁ RELATADO DA ATIVIDADE OPERACIONAL, NOS ANOS DE 2013 E 2014 A EMPRESA APRESENTAVA RECEITAS VINCULADAS À SUA ATIVIDADE.**

# PARTE III

# ATIVIDADES

# APÓS PEDIDO DE

# RECUPERAÇÃO

# JUDICIAL

A fim de assegurar o cumprimento dos requisitos e dar transparência ao processo de Recuperação Judicial, esta Administradora Judicial realizou visitas às dependências da Recuperanda e reuniões com os procuradores da empresa.

# 4.1 DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Após pedido de recuperação judicial, verificou-se que a Recuperanda paralisou suas atividades, mantendo basicamente a funcionalidade dos equipamentos do estaleiro, mediante manutenção dos mesmos, realização de testes diários de funcionamento e desempenho de atividades administrativas.

Em visitas às dependências da Recuperanda, foi possível constatar que os materiais dispostos na área da empresa (blocos fabricados para a construção da P-71 e P-72), estão devidamente conservados.

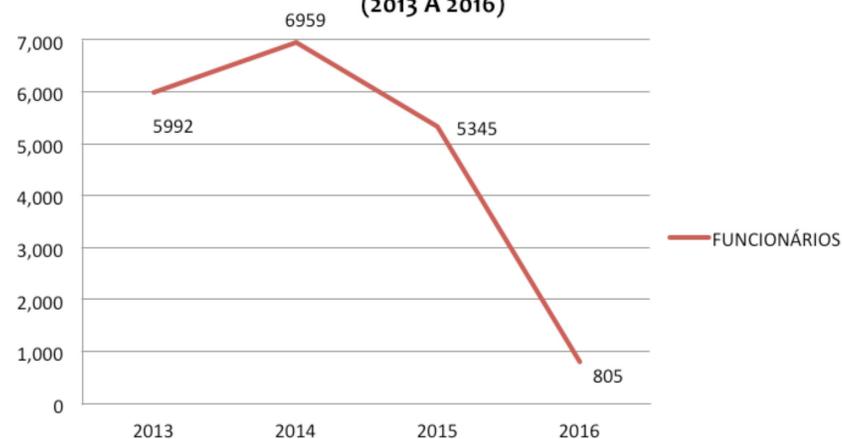
A equipe da recuperanda informou que houve a saída de materiais que pertenciam a Petrobrás, sendo que os mesmos possuem controle segregado dos demais itens pertencentes à recuperanda e que são produtos de fácil identificação.

# 4.2 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

O GRUPO ECOVIX em 2012 contava com 12 mil funcionários ativos trabalhando nas dependências do estaleiro, considerando os funcionários das subcontratadas que operavam dentro da Recuperanda.

Em função da situação de crise enfrentada pelas Recuperandas, esse número foi caindo gradativamente, chegando a 805 funcionários, entre ativos e afastados. À medida que os funcionários afastados são liberados para retornar as suas atividades, os mesmos são desligados.

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE COLABORADORES (2013 A 2016)



A empresa hoje está operando com o número mínimo de colaboradores, visando a manutenção do estaleiro.

# 4.2 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

A empresa havia relacionado diversos credores no edital publicado em 14.02.2017 que são funcionários das subcontratadas do GRUPO. Entretanto, O Grupo Ecovix, através de reuniões com o sindicato dos trabalhadores, realizou acordo de quitação dessas verbas através do repasse dos valores para as empresas subcontratadas, para que estas realizassem o pagamento dos funcionários. Dessa forma, no segundo edital que será publicado após análise de divergências, estes credores, por já estarem quitados, não estarão mais relacionados.

# 4.3

# INFORMAÇÕES

# FISCAIS

Nenhuma das empresas do GRUPO ECOVIX, que estão sujeitas ao processo de recuperação judicial, possui certidão negativa federal. A Ecovix localizada em Barueri, Ecovix Rio de Janeiro, ERG2 e ERG3 possuem certidão negativa na esfera estadual, que estão anexas a este relatório. A Ecovix RJ e ERG1 possuem certidões negativas municipais válidas, também anexas a este relatório.

As Recuperandas apresentam endividamento fiscal de aproximadamente 412 milhões de Reais, esse valor representa 7,64% do endividamento do Grupo Ecovix.

# PARTE IV

# RESUMO DAS

# ATIVIDADES DA

# ADMINISTRADORA

# JUDICIAL

Desde o deferimento e nomeação desta empresa de Administração Judicial, foram realizadas diversas reuniões com a Administração das Recuperandas e também com seus procuradores. As referidas reuniões ocorreram na sede das Recuperandas em Rio Grande e no escritório de seus procuradores em São Paulo.

Com a finalidade de dar transparência ao processo de recuperação judicial, foram solicitadas pela equipe da Administração Judicial diversas informações, em sua maioria financeiras e societárias, visando melhor compreensão do contexto em que está inserido o Grupo, verificar a veracidade das informações, avaliar os sistemas de controle e analisar se as informações contábeis e financeiras são fidedignas, representando a real situação das Recuperandas.

Considerando o cumprimento ao disposto no Art. 22, inciso I, letra a da Lei 11.101/2005, foram remetidas mais de 2.000 (duas mil) correspondências aos credores constantes no edital publicado.

Ainda, há de se salientar, o grande volume de contatos de credores junto aos escritórios da Administração Judicial, visando esclarecimentos sobre o edital publicado, dúvidas sobre o procedimento de divergências, habilitações e detalhamento dos seus créditos. A administração judicial atendeu as referidas demandas prontamente, e quando necessário foram solicitadas informações adicionais ao Grupo Ecovix.

# DAS MANIFESTAÇÕES NO PROCESSO

A administração judicial, além dos trabalhos mencionados, manifestou-se nos autos do processo sobre os seguintes requerimentos:

I

Manutenção dos serviços essenciais às atividades empresariais;

II

Blindagem das contas das empresas, a fim de que quaisquer ordens de bloqueio a serem emanadas sejam previamente autorizadas pelo Juízo da Recuperação Judicial;

III

Levantamento de penhoras, cauções e depósitos judiciais;

IV

Constrições indevidas nas ações movidas pelos credores "ZIM" e "NASA";

V

Liberação das mercadorias ilegalmente retidas pela "Tecon".



**MEDEIROS & MEDEIROS**  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

## Engevix Sistemas de Defesa Ltda.

### Balanco patrimonial em 31 de dezembro

Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	496.518	-	Fornecedores	1.116.945	-
Adiantamento a fornecedores	4.646.096	1.650.902	Adiantamento de clientes	10.262.471	34.514.517
Impostos a recuperar	13.211	-	Obrigações sociais e trabalhistas	1.255.491	-
Outros créditos	21.509	-	Obrigações fiscais	13.636.887	5.015.802
<b>Total circulante</b>	<b>5.177.334</b>	<b>1.650.902</b>	<b>Total circulante</b>	<b>26.271.794</b>	<b>39.530.319</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>Não Circulante</b>		
Contratos de mutuo	47.639.242	47.701.007	Contratos de mutuo	379.903	4.445
Imobilizado liquido	39.707	-			
Intangivel liquido	2.284	-			
<b>Total não circulante</b>	<b>47.681.233</b>	<b>47.701.007</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>379.903</b>	<b>4.445</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>52.858.567</b>	<b>49.351.909</b>	<b>Total do passivo e patrimonio liquido</b>	<b>52.858.567</b>	<b>49.351.909</b>
			<b>Patrimônio líquido</b>		
			Capital social	10.000	10.000
			Reserva Legal	2.000	-
			Reserva de lucros	26.194.870	9.807.145
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>26.206.870</b>	<b>9.817.145</b>

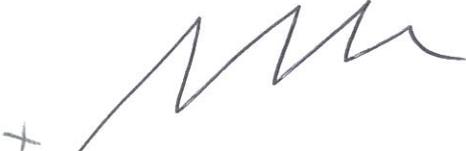
  
+ José Antunes Sobrinho  
Presidente  
CPF.: 157.512.289-87

  
Maria Aparecida de Oliveira Coelho  
Contadora  
CRC.: 1SP203204/O-3

## Engevix Sistemas de Defesa Ltda.

### Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita bruta de serviços prestados	79.229.928	55.347.530
Impostos incidentes s/ receitas de serviços	-	-
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>79.229.928</b>	<b>55.347.530</b>
Custos operacionais	(51.512.921)	(40.510.139)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>27.717.007</b>	<b>14.837.391</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Despesas administrativas e gerais	(3.464.715)	-
Amortização/Depreciação	(7.163)	-
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(90.249)	(14.444)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>24.154.880</b>	<b>14.822.947</b>
Receitas financeiras	807.170	-
Despesas financeiras	(165.497)	-
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>24.796.553</b>	<b>14.822.947</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(8.406.828)	(5.015.802)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>16.389.725</b>	<b>9.807.145</b>

  
**José Antunes Sobrinho**  
Presidente  
CPF.: 157.512.289-87

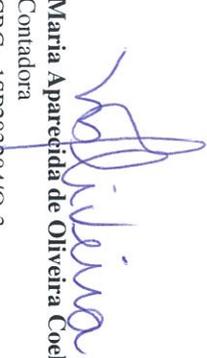
  
**Maria Aparecida de Oliveira Coelho**  
Contadora  
CRC.: 1SP203204/O-3

## Engevix Sistemas de Defesa Ltda.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de Lucros	Lucro acumulado	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	-	-	-	-	-
Integralização de Capital	10.000	-	-	-	10.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.807.145	9.807.145
Destinação do resultado:					
Reserva de retenção de lucros	-	-	9.807.145	(9.807.145)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>10.000</b>	<b>-</b>	<b>9.807.145</b>	<b>-</b>	<b>9.817.145</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.389.725	16.389.725
Destinação do resultado:					
Reserva de retenção de lucros	-	-	16.387.725	(16.387.725)	-
Reserva legal	-	2.000	-	(2.000)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>10.000</b>	<b>2.000</b>	<b>26.194.870</b>	<b>-</b>	<b>26.206.870</b>

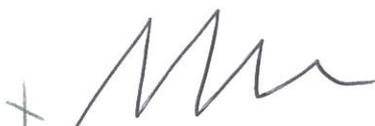
  
José Antunes Sobrinho  
Presidente  
CPF.: 157.512.289-87

  
Maria Aparecida de Oliveira Coelho  
Contadora  
CRC.: 1SP203204/O-3

**Engevix Sistemas de Defesa Ltda.**

**Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	16.389.725	9.807.145
Outros resultados abrangentes		
Registros e efeitos relacionados aos resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u>16.389.725</u>	<u>9.807.145</u>



**José Antunes Sobrinho**  
Presidente  
CPF.: 157.512.289-87

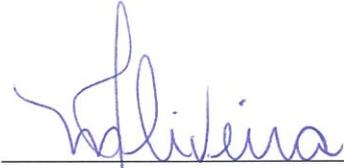


**Maria Aparecida de Oliveira Co**  
Contadora  
CRC.: 1SP203204/O-3

## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins e efeitos que a Empresa ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob no. 05.632.612/0001-10 com sede na Alameda Araguaia, nº 3571, conjunto 2028, Centro Empresarial Tamboré, Barueri-SP, neste ato representada por Cristiano Kok, presidente, vem por intermédio desta, informar que a empresa supra mencionada, não esta enquadrada nos termos da Lei nº 11.638/2007 como sociedade de grande porte.

  
\_\_\_\_\_  
José Antunes Sobrinho  
Presidente  
CPF.: 157.512.289-87

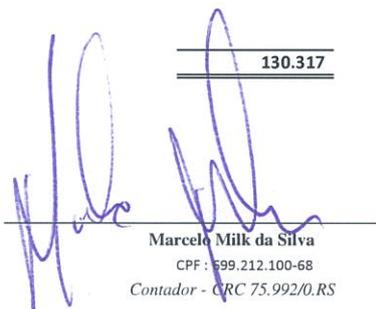
  
\_\_\_\_\_  
Maria Aparecida de O. Coelho  
Contadora  
CRC.: 1SP203204/O-3



Ecovix Construções Oceânicas S.A. - Em recuperação Judicial

Demonstrações de Resultado em 31 de dezembro de 2016 - NÃO AUDITADO  
(Em milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado ECOVIX-ERG1- ERG2-ERG3-RGE
	dez/16	dez/16
Receita líquida operacional	1.123.557	1.191.629
Custo das vendas e dos serviços prestados	(1.221.129)	(1.146.094)
<b>Lucro bruto</b>	<b>(97.572)</b>	<b>45.536</b>
Despesas administrativas	(143.882)	(157.470)
Outras receitas e despesas operacionais	190.233	200.689
Resultado de equivalência patrimonial	16.584	0
<b>Lucro operacional</b>	<b>(34.636)</b>	<b>88.755</b>
Receitas financeiras	127.551	87.615
Despesas financeiras	(154.983)	(226.629)
Variação Cambial	192.385	213.302
<b>Receita (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>164.954</b>	<b>74.288</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>130.317</b>	<b>163.043</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(27.198)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Minoritário	-	(5.528)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>130.317</b>	<b>130.317</b>

  
Marcelo Milk da Silva  
CPF : 699.212.100-68  
Contador - CRC 75.992/0.RS

**Marcelo Milk da Silva**  
Contador - CRC 75992  
ECOVIX-ENGEVIX  
Construções Oceânicas S/A.



**Ecovix Construções Oceânicas S.A. - Em recuperação Judicial**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 - NÃO AUDITADO**  
(Em milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado	Passivo	Controladora	Consolidado
	dez/16	dez/16	Circulante	dez/16	dez/16
					ECOVI-ERG1- ERG2-ERG3- RGE
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	24.322	31.275	Fornecedores	1.272.949	1.127.485
Contas a receber	35.231	35.231	Empréstimos e financiamentos	943.233	966.249
Parte relacionada	379.933	-	Obrigações tributárias	220.555	410.831
Adiantamento a fornecedores	-	12.922	Salários e encargos sociais	6.507	6.728
Tributos a compensar	1.598	6.903	Contas a pagar com sócios	-	-
Outros ativos	1.374	2.398	Parte relacionada	-	-
Estoque	-	-	Outros passivos	22.717	25.449
	<b>442.459</b>	<b>88.728</b>	Receita Diferida	168.693	236.766
				<b>2.634.653</b>	<b>2.773.507</b>
<b>Ativo não Circulante</b>					
Aplicação Financeira restrita	12	19.496	Receita Diferida	22.733	209.932
Banco conta Vinculada	-	-	Outros Créditos	17.566	20.962
Parte relacionada	106.711	106.711	Provisão para contingência	60.702	63.788
Depósitos judiciais	27.383	31.724	Provisão para Atraso na Entrega das Plataformas	1.076.452	1.076.452
Contas a receber	-	4.051	Empréstimos e financiamentos	1.064	634.451
Ativo fiscal diferido	-	14.143	Adiantamento de clientes	470.439	470.439
	<b>134.107</b>	<b>176.125</b>	Parte relacionada	107.559	107.559
				<b>1.756.515</b>	<b>2.583.583</b>
<b>Investimento</b>	415.439	-	Capital social	20.000	20.000
<b>Imobilizado</b>	279.654	617.138	Reserva legal	4.000	4.000
<b>Intangíveis</b>	1.054	1.058	Transação de Capital	26.506	26.506
<b>Propriedade para investimento</b>	-	1.496.149	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
	<b>696.148</b>	<b>2.114.344</b>	Reserva de lucros	(3.299.278)	(3.299.278)
			Resultado do Exercício Corrente	130.317	130.317
				<b>(3.118.455)</b>	<b>(3.118.455)</b>
				-	<b>140.565</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.272.713</b>	<b>2.379.198</b>	<b>Total do Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.272.713</b>	<b>2.379.198</b>

Marcelo Milk da Silva  
CPF : 699.212.100-68  
Contador - CRC 75.992/0.RS

Marcelo Milk da Silva  
Contador - CRC 75992  
ECOVI-ENGEVIX  
Construções Oceânicas S/A.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2016 - NÃO AUDITADO

(Em milhares de Reais)

Período	Controladora	Consolidado ECOVIX- ERG1-ERG2-ERG3- RGE*
	dez/16	dez/16
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	130.317	130.317
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação	40.617	88.171
Amortização de intangível	2.802	6.788
Reversão de provisão para ajuste ao valor recuperável	-	-
Variação cambial	(192.385)	(213.302)
Equivalência patrimonial	16.584	-
Valor residual de baixa de propriedade para investimento	-	-
Provisão para contingências	11.936	702
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Juros sobre financiamentos	138.399	205.009
Reconhecimento receita diferida	(13.261)	(81.333)
	<u>135.009</u>	<u>136.353</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Redução/Aumento de caixa restrito	37.850	37.850
Aumento de contas a receber	(7.338)	(11.194)
Redução de estoque	-	-
Redução/Aumento de adiantamentos a fornecedores	-	(12.922)
Redução/Aumento de tributos a compensar	(985)	(1.365)
Aumento de créditos a funcionários	-	-
Aumento/Redução de bancos conta vinculada	-	21.716
Aumento de depósito Judicial	(26.740)	(26.886)
Aumento / Redução de fornecedores	(157.700)	(251.210)
Aumento de obrigações fiscais	(535)	40.830
Aumento de outros passivos	(7.512)	(5.015)
Redução de obrigações sociais e trabalhistas	(37.531)	(37.516)
Aumento/redução de provisão para atraso na entrega das plataformas	20	20
Aumento/redução de participação societária a pagar	(3.824)	(11.108)
Redução de adiantamento de clientes	278.625	278.625
Redução/Aumento de Outros Ativos	2.406	(17.424)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>76.736</u>	<u>4.400</u>
<b>Fluxo de Caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	1.433	(48.703)
Intangível	(1.859)	(5.839)
Investimentos em controladas	(32.503)	-
(Redução)/Aumento partes relacionadas	(86.069)	(24.605)
Adiantamento a acionistas	-	-
Propriedade para investimentos	-	58.167
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<u>(118.999)</u>	<u>(20.980)</u>
<b>Fluxo de Caixa das atividades de financiamento</b>		
Reserva de Lucros	-	-
Transação de Capital	-	-
Obtenção de financiamentos	(197.119)	(230.819)
Pagamento de dividendos	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-
Participação dos acionistas minoritários	-	6.298
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<u>(197.119)</u>	<u>(224.521)</u>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa</b>	<u>(104.373)</u>	<u>(104.748)</u>
<b>Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	128.695	136.023
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>24.322</u>	<u>31.275</u>
	<u>(104.373)</u>	<u>(104.748)</u>

\*O consolidado refere-se as empresas: Ecovix Construções Oceânicas S.A., Rg Estaleiros S/A, Rg Estaleiro Erg1 S/A, Rg Estaleiro Erg 2 S/A e Rg Estaleiro Erg 3 Industrial S/A.

Marcelo Milk da Silva  
CPF: 699.212.100-68  
Contador - CRC 75.992/0-RS

02/03/2017

Marcelo Milk da Silva  
Contador - CRC 75992  
ECOVIX-ENGEVIX  
Construções Oceânicas S/A.

# **Engevix Sistemas de Defesa Ltda.**

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2015  
e relatório dos auditores independentes**

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Quotistas  
Engevix Sistemas de Defesa Ltda.  
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Engevix Sistemas de Defesa Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Engevix Sistemas de Defesa Ltda. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Engevix Sistemas de Defesa Ltda. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Engevix Sistemas de Defesa Ltda.. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Engevix Sistemas de Defesa Ltda., em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

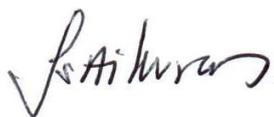
**Auditoria no exercício anterior**

As demonstrações financeiras da Engevix Sistemas de Defesa Ltda. do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins comparativos, não foram por nós auditadas e nem por outros auditores independentes.

Barueri, 30 de junho de 2016.



Unity Auditores Independentes  
CRC 2SP026236



Edison Ryu Ishikura  
Contador CRC 1 SP 200894/O-0

## Engevix Sistemas de Defesa Ltda.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2015	2014
			(não auditado)				(não auditado)
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.378	497	Fornecedores	10	5.460	1.117
Adiantamento a fornecedores	5	4.327	4.646	Adiantamento de clientes	11	2	10.260
Impostos a recuperar		70	13	Obrigações sociais e trabalhistas	12	2.245	1.255
Dividendos pagos antecipadamente	6	45.070	-	Obrigações fiscais	13	1.827	13.640
Outros créditos		20	22			<b>9.534</b>	<b>26.272</b>
		<b>77.865</b>	<b>5.178</b>				
<b>Não Circulante</b>				<b>Não Circulante</b>			
Contratos de mútuo	7	-	47.639	Contratos de mútuo	7	67.971	380
						<b>67.971</b>	<b>380</b>
<b>Imobilizado</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Intangível	8	34	40	Capital social	14	10	10
	9	25	2	Reserva de lucros		409	26.197
						<b>419</b>	<b>26.207</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>77.924</b>	<b>52.859</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>77.924</b>	<b>52.859</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Engevix Sistemas de Defesa Ltda.

### Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
<b>Receita bruta</b>	-	<b>79.230</b>
Custos de serviços prestados	-	(51.513)
<b>Lucro bruto</b>	-	<b>27.717</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Despesas administrativas e gerais	(1.768)	(3.423)
Depreciação e amortização	(8)	(7)
Outras despesas operacionais	(197)	(131)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(1.973)</b>	<b>24.156</b>
Receitas financeiras	17 7.170	821
Despesas financeiras	17 (129)	(180)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>5.068</b>	<b>24.797</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16 (1.723)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16 -	(8.407)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>3.345</b>	<b>16.390</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Engevix Sistemas de Defesa Ltda.

### Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

---

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	3.345	16.390
Outros resultados abrangentes		
Registros e efeitos relacionados aos resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>3.345</u></u>	<u><u>16.390</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Engevix Sistemas de Defesa Ltda.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

		<b>Capital social</b>	<b>Reserva de lucros</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>10</b>	<b>9.807</b>	-	<b>9.817</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	16.390	16.390
Destinação do resultado:					
Reserva de retenção de lucros		-	16.390	(16.390)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)</b>		<b>10</b>	<b>26.197</b>	-	<b>26.207</b>
Ajustes dos exercícios anteriores	15	-	(29.133)	-	(29.133)
Lucro líquido do exercício		-	-	3.345	3.345
Destinação do resultado:					
Reserva de retenção de lucros		-	3.345	(3.345)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>10</b>	<b>409</b>	-	<b>419</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Engevix Sistemas de Defesa Ltda.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>3.345</b>	<b>16.390</b>
Ajuste do exercício anterior	(29.133)	-
<b>Ajustes para reconciliação do lucro líquido</b>		
Depreciação e amortização	8	7
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Adiantamento a fornecedores	319	(2.995)
Impostos a recuperar	(57)	(13)
Dividendos pagos antecipadamente	(45.070)	-
Outros créditos	2	(22)
Fornecedores	4.343	1.117
Adiantamento de clientes	(10.258)	(24.255)
Obrigações sociais e trabalhistas	990	(3.761)
Obrigações fiscais	(11.813)	13.640
<b>Caixa proveniente (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(87.324)</b>	<b>108</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado	-	(46)
Aquisição de intangível	(25)	(3)
<b>Caixa proveniente de atividades de investimentos</b>	<b>(25)</b>	<b>(49)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Contratos de mútuo	115.230	438
<b>Caixa proveniente de atividades de financiamento</b>	<b>115.230</b>	<b>438</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>27.881</b>	<b>497</b>
<b>Demonstrações da variação do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	497	-
No fim do exercício	28.378	497
	<b>27.881</b>	<b>497</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Engenix Sistemas de Defesa Ltda.**

## **Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**

**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

### **1 Contexto operacional**

#### **a. Objeto social**

A Engenix Sistemas de Defesa Ltda. (“Companhia”), foi constituída como uma controlada da Jackson Empreendimentos S/A, em 20 de fevereiro de 2013, com sede em Barueri, estado de São Paulo, sob forma de sociedade limitada. A Companhia tem como objeto social a realização ou condução de atividades de pesquisa, projeto, desenvolvimento, industrialização, prestação de serviços, visando à produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produtos estratégicos de defesa no Brasil, incluindo importação, vendas e revendas quando integradas às atividades industriais supracitadas.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integralmente e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de partes relacionadas. O benefício dessas operações e os custos da estrutura operacional e administrativa, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos em conjunto ou individualmente.

### **2 Base de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

#### **a. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais são reconhecidos pelo valor justo.

#### **b. Moeda funcional**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **c. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas dos CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

# **Engenix Sistemas de Defesa Ltda.**

## **Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**

**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

### ***Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas***

A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios aos processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidas contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **3 Principais políticas e práticas contábeis**

As políticas e práticas contábeis descritas em detalhes abaixo consistente na Companhia e suas empresas controladas para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### **a. Moeda estrangeira**

##### ***Transações em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação.

#### **b. Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

#### **c. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

## Engenix Sistemas de Defesa Ltda.

### Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### d. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos impostos corrente. O imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Esses tributos são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Conta movimento	19.779	491
Aplicações financeiras	8.599	6
	<u><b>28.378</b></u>	<u><b>497</b></u>

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, pela operação compromissada com rendimentos de 97% da variação do CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

#### 5 Adiantamentos a fornecedores

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Adiantamento a fornecedores - no país	4.018	4.338
Adiantamento a fornecedores - no exterior	309	308
	<u><b>4.327</b></u>	<u><b>4.646</b></u>

#### 6 Dividendos pagos antecipadamente

Referem-se aos valores pagos antecipadamente a título de dividendos à controladora Jackson Empreendimentos S/A.

## Engevix Sistemas de Defesa Ltda.

### Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 7 Contratos de mútuos

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, assim como as transações que afetaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com empresas do mesmo grupo de controle e partes relacionadas, como segue abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Ativo não circulante</b>		
Jackson Empreendimentos S/A	-	38.210
Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S/A	-	9.429
	<u>-</u>	<u>47.639</u>
<b>Passivo não circulante</b>		
Engevix Engenharia S/A	-	380
Jackson Empreendimentos S/A	20.000	
Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S/A	47.971	-
	<u>67.971</u>	<u>380</u>

#### 8 Imobilizado

##### a. Composição de saldo do imobilizado

	<b>Taxa anual de depreciação</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Saldo líquido</b>	
				<b>2015</b>	<b>2014</b>
Móveis e utensílios	10%	11	(2)	9	10
Equipamentos de informática	20%	14	(6)	8	11
Ferramentas, máquinas e equipamentos	10%	21	(4)	17	19
		<u>46</u>	<u>(12)</u>	<u>34</u>	<u>40</u>

##### b. Movimentação do custo

	<u>2014</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>2015</u>
Móveis e utensílios	11	-	-	11
Equipamentos de informática	14	-	-	14
Ferramentas, máquinas e equipamentos	21	-	-	21
	<u>46</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46</u>

## Engevix Sistemas de Defesa Ltda.

### Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### c. Movimentação da depreciação

	<u>2014</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>2015</u>
Móveis e utensílios	(1)	(1)	-	(2)
Equipamentos de informática	(3)	(3)	-	(6)
Ferramentas, máquinas e equipamentos	(2)	(2)	-	(4)
	<u>(6)</u>	<u>(6)</u>	<u>-</u>	<u>(12)</u>

## 9 Intangível

#### a. Composição de saldo

	<u>Taxa anual de amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	
				<u>2015</u>	<u>2014</u>
Direito de software	20%	<u>28</u>	<u>(3)</u>	<u>25</u>	<u>2</u>
		<u>28</u>	<u>(3)</u>	<u>25</u>	<u>2</u>

#### b. Movimentação do custo

	<u>2014</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>2015</u>
Direito de software	<u>3</u>	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>28</u>
	<u>3</u>	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>28</u>

#### c. Movimentação da amortização

	<u>2014</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>2015</u>
Direito de software	<u>(1)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>
	<u>(1)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>

## Engenix Sistemas de Defesa Ltda.

### Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 10 Fornecedores

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
No país	3.940	793
No exterior	324	324
Partes relacionadas	<u>1.196</u>	<u>-</u>
	<u><b>5.460</b></u>	<u><b>1.117</b></u>

#### 11 Adiantamento de clientes

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Partes relacionadas	<u>2</u>	<u>10.260</u>
	<u><b>2</b></u>	<u><b>10.260</b></u>

#### 12 Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários a pagar	271	272
INSS a recolher	1.265	334
FGTS a recolher	37	81
IRRF sobre folha de pagamento	149	73
Provisão de férias	516	494
Outros	<u>7</u>	<u>1</u>
	<u><b>2.245</b></u>	<u><b>1.255</b></u>

## Engevix Sistemas de Defesa Ltda.

### Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 13 Obrigações fiscais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
IRPJ a recolher	1.267	9.857
CSLL a recolher	456	3.566
ISS retidos a recolher	9	16
INSS retidos a recolher	15	75
Outros	80	126
	<u>1.827</u>	<u>13.640</u>

#### 14 Capital social

O capital social da empresa é constituído por 10.000 de ações, com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada ação, assim distribuídas entre os sócios quotistas, conforme quadro apresentado a seguir:

	<u>Quotas</u>	<u>Valor (em Reais)</u>
Jackson Empreendimentos S/A	9.997	9.997,00
Cristiano Kok	1	1,00
Gerson de Mello Almada	1	1,00
José Antunes Sobrinho	1	1,00
	<u>10.000</u>	<u>10.000,00</u>

#### 15 Ajuste dos exercícios anteriores

Refere-se a reclassificação dos saldos de receitas e custos reconhecidos na Companhia nos exercícios anteriores, do contrato firmado entre a Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A. e o Ministério do Poder Popular para a Defesa da República Bolivariana de Venezuela para realização da “recuperação funcional operacional do patrulheiro oceânico “Warao” (PC-22)”.

## Engenix Sistemas de Defesa Ltda.

### Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 16 Imposto de renda e contribuição social

A companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social conforme cálculo abaixo descrito:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro operacional antes dos impostos	5.068	24.797
(-) Exclusões	-	-
(+) Adições	-	-
Base de cálculo do IRPJ/CSLL	<u>5.068</u>	<u>24.797</u>
Alíquota imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.723	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	8.407

#### 17 Resultado financeiro, líquido

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Variação cambial	6.766	194
Juros recebidos	-	587
Rendimentos de aplicação financeira	404	7
Outras	-	33
	<u>7.170</u>	<u>821</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros e multas	(62)	(61)
Imposto sobre operações financeiras	(52)	(96)
Outras	(15)	(23)
	<u>(129)</u>	<u>(180)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u><u>7.041</u></u>	<u><u>641</u></u>

\* \* \*

Cristiano Kok  
Diretor Presidente

Maria Aparecida de Oliveira Coelho  
Contadora CRC 1SP203204/O-3

**Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A.**

Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas  
em 31 de dezembro de 2013 e 2012

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (consolidada)	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



**KPMG Assurance Services Ltda.**  
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar  
90110-150 - Porto Alegre, RS - Brasil  
Caixa Postal 199  
90001-970 - Porto Alegre, RS - Brasil

Central Tel 55 (51) 3303-6000  
Fax 55 (51) 3303-6001  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Acionistas e aos Administradores da  
Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A.  
Barueri – SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Ecovix -Engevix Construções Oceânicas S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil

**Ênfase**

**Reapresentação das demonstrações financeiras**

Em 22 de abril de 2013, emitimos um relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras da Ecovix -Engevix Construções Oceânicas S.A., individual e consolidado, levantadas em 31 de dezembro de 2012. Conforme descrito na Nota Explicativa no. 4.(e), essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os assuntos descritos na referida Nota Explicativa. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Porto Alegre, 30 de junho de 2014

KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC SP-023228/F-5



Cristiano Jardim Seguecio  
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

**Ecovix - Engevix Construções Oceânicos S.A.**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado			Passivo	Notas	Controladora		Consolidado		
		2013	2012	2013	2012	01/01/2012			2013	2012	2013	2012	01/01/2012
					Reapresentado	Reapresentado					Reapresentado	Reapresentado	
<b>Ativo Circulante</b>													
Caixa e equivalentes de caixa	6	79.364	248.413	123.277	272.150	237.905	Fornecedores	15	169.405	202.967	185.806	244.436	106.415
Contas a receber	7	6.418	25.979	8.798	30.740	5.554	Obrigações sociais e trabalhistas		48.656	25.307	48.821	26.392	11.143
Empréstimos com partes relacionadas	8	450.675	122.172	-	72.612	70.390	Obrigações Fiscais	16	65.849	9.488	146.280	63.513	55.590
Estoques		2.102	47	2.102	47	71	Contas a pagar à acionistas	19	-	1.875	-	1.875	5.921
Adiantamento a fornecedores	9	833.331	336.360	859.473	336.751	131.977	Empréstimos e Financiamentos	18	478.188	135.414	495.171	153.086	-
Tributos a compensar		27.279	32.891	45.049	36.945	11.421	Dividendos a Pagar		33.411	27.256	33.411	27.256	8.050
Outros ativos		3.939	1.347	5.216	1.389	9.032	Outros passivos		2.140	1	2.914	49	110
							Receita diferida	4 (e)	-	-	68.072	68.072	67.913
							Outras provisões	17	-	-	8.417	8.555	8.430
		<u>1.403.108</u>	<u>767.209</u>	<u>1.043.915</u>	<u>750.634</u>	<u>466.350</u>			<u>797.649</u>	<u>402.309</u>	<u>988.892</u>	<u>593.234</u>	<u>263.572</u>
<b>Ativo não Circulante</b>													
Banco conta vinculada	12	-	-	23.587	22.062	25.912	Empréstimos e Financiamentos	18	169.140	104.029	385.394	290.041	282.162
Aplicação Financeira		2.211	907	2.211	907	-	Receita diferida	4 (e)	-	-	391.417	459.489	527.561
Contas a receber		-	-	4.051	4.051	4.051	Adiantamento de Clientes	20	1.011.602	891.039	1.011.602	891.039	444.592
Empréstimos com partes relacionadas	8	-	86.653	-	86.653	-	Empréstimos com partes relacionadas	8	47.701	2.844	47.701	2.844	2.844
Ativo fiscal diferido		3.652	100	18.064	13.675	10.317	Provisão para contingência	21	8.567	3.989	12.660	8.506	4.051
Depósitos judiciais		-	-	4.262	1.155	1.052	Contas a pagar à acionistas	19	-	-	24.254	24.254	23.684
		<u>5.863</u>	<u>87.660</u>	<u>52.175</u>	<u>128.503</u>	<u>41.332</u>			<u>1.237.010</u>	<u>1.001.902</u>	<u>1.873.028</u>	<u>1.676.174</u>	<u>1.284.895</u>
Investimentos	13	524.533	381.260	-	-	-	<b>Patrimônio Líquido</b>						
Propriedade para Investimento	11	-	-	1.042.936	1.065.506	1.017.216	Capital Social	22	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000
Imobilizado	10	353.903	254.862	1.090.715	646.188	137.215	Reserva de Lucros		210.238	10.557	210.238	10.557	11.843
Intangível	14	7.996	8.993	67.767	68.767	81.444	Reserva Legal		4.000	7.826	4.000	7.826	2.088
		<u>886.432</u>	<u>645.115</u>	<u>2.201.418</u>	<u>1.780.461</u>	<u>1.235.875</u>	Reserva para dividendos adicionais propostos		-	57.390	-	57.390	24.152
							Lucros Acumulados		-	-	-	-	-
							Reservas e transações de Capital		26.506	-	26.506	-	-
								<u>260.744</u>	<u>95.773</u>	<u>260.744</u>	<u>95.773</u>	<u>58.083</u>	
							Participações de não controladores		-	-	174.844	294.417	137.007
											<u>435.588</u>	<u>390.190</u>	<u>195.090</u>
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.295.403</b>	<b>1.499.984</b>	<b>3.297.508</b>	<b>2.659.598</b>	<b>1.743.557</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>260.744</b>	<b>95.773</b>	<b>435.588</b>	<b>390.190</b>	<b>195.090</b>
							<b>Total do Passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.295.403</b>	<b>1.499.984</b>	<b>3.297.508</b>	<b>2.659.598</b>	<b>1.743.557</b>

# Ecovix - Engevix Construções Oceânicos S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2013	2012	2013	2012
Receita líquida operacional	23	1.810.031	859.144	1.888.468	921.464
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	<u>(1.533.999)</u>	<u>(711.202)</u>	<u>(1.546.318)</u>	<u>(740.609)</u>
<b>Lucro Bruto</b>		<b><u>276.032</u></b>	<b><u>147.942</u></b>	<b><u>342.150</u></b>	<b><u>180.855</u></b>
Despesas Administrativas	25	(49.251)	(42.571)	(61.901)	(52.472)
Outras receitas e despesas operacionais	26	1.507	8.813	1.057	54.571
Resultado de equivalência patrimonial		13.141	41.992	-	-
<b>Lucro Operacional</b>		<b><u>241.429</u></b>	<b><u>156.176</u></b>	<b><u>281.306</u></b>	<b><u>182.954</u></b>
Receitas Financeiras	27	225.931	101.721	250.464	112.341
Despesas Financeiras	28	(212.577)	(107.628)	(246.608)	(113.655)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b><u>13.354</u></b>	<b><u>(5.907)</u></b>	<b><u>3.856</u></b>	<b><u>(1.314)</u></b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b><u>254.783</u></b>	<b><u>150.269</u></b>	<b><u>285.162</u></b>	<b><u>181.640</u></b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	29	(73.715)	(35.606)	(94.375)	(36.509)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	<u>3.552</u>	<u>100</u>	<u>4.389</u>	<u>3.357</u>
<b>Resultado do Exercício</b>		<b><u>184.620</u></b>	<b><u>114.763</u></b>	<b><u>195.176</u></b>	<b><u>148.487</u></b>
Participação de controladores		184.620	114.763	184.620	114.763
Participação de não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.556</u>	<u>33.724</u>
<b>Resultado do Exercício</b>		<b><u>184.620</u></b>	<b><u>114.763</u></b>	<b><u>195.176</u></b>	<b><u>148.487</u></b>

## Ecovix - Engevix Construções Océanicos S.A.

### Demonstrações de resultados abrangentes

em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	184.620	114.763	195.176	148.487
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b><u>184.620</u></b>	<b><u>114.763</u></b>	<b><u>195.176</u></b>	<b><u>148.487</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Ecovix - Engevix Construções Oceânicos S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Reserva de Transação de Capital	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Patrimônio líquido atribuído à Controladores	Participação dos não Controladores	Patrimônio líquido Total
<b>Saldos em 31 de dezembro 2011</b>	<u>20.000</u>	<u>2.088</u>	<u>11.843</u>	<u>-</u>	<u>24.152</u>	<u>-</u>	<u>58.083</u>	<u>137.007</u>	<u>195.090</u>
Dividendos pagos no ano	-	-	(11.843)	-	(24.107)	-	(35.950)	-	(35.950)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	114.763	114.763	-	114.763
Destinação do Lucro									
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	5.738	-	-	-	(5.738)	-	-	-
Dividendos obrigatórios distribuídos por antecipação	-	-	(1.286)	-	-	(10.714)	(12.000)	-	(12.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(1.867)	(1.867)	-	(1.867)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(27.256)	(27.256)	-	(27.256)
Dividendos adicionais propostos	-	-	11.843	-	57.345	(69.188)	-	-	-
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	157.410	157.410
<b>Saldos em 31 de dezembro 2012</b>	<u>20.000</u>	<u>7.826</u>	<u>10.557</u>	<u>-</u>	<u>57.390</u>	<u>-</u>	<u>95.773</u>	<u>294.417</u>	<u>390.190</u>
Ajuste de participação de minoritários	-	-	-	-	-	-	-	6.377	6.377
Aquisição de participação minoritária (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	(136.506)	(136.506)
Reserva de transação de Capital (Nota 13)	-	-	-	26.506	-	-	26.506	-	26.506
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	184.620	184.620	10.556	195.176
Destinação do Lucro									
Reserva Legal	-	(3.826)	3.826	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios distribuídos por antecipação	-	-	-	-	-	(12.744)	(12.744)	-	(12.744)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(33.411)	(33.411)	-	(33.411)
Dividendos adicionais propostos	-	-	195.855	-	(57.390)	(138.465)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro 2013</b>	<u>20.000</u>	<u>4.000</u>	<u>210.238</u>	<u>26.506</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>260.744</u>	<u>174.844</u>	<u>435.588</u>

# Ecovix - Engevix Construções Océanicos S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Período	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 Reapresentado
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	184.620	114.763	195.176	114.763
<b>Ajustes por:</b>				
Depreciação	11.952	3.257	32.448	24.055
Amortização de intangível	997	501	1.000	501
Reversão de provisão para ajuste ao valor recuperável	-	-	-	(45.552)
Variação cambial	(36.218)	3	(37.690)	(2.909)
Equivalência patrimonial	(13.141)	(41.992)	-	-
Valor residual de baixa de propriedade para investimento	1.582	-	1.582	4.699
Provisão para contingências	4.578	3.989	4.154	4.455
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.552)	(100)	(4.389)	(3.357)
Juros sobre financiamentos	18.930	1.536	18.949	1.580
Reconhecimento receita diferida	-	-	(68.073)	(67.913)
Provisões para perdas investimentos	-	(464)	-	-
	<u>169.748</u>	<u>81.493</u>	<u>143.157</u>	<u>30.322</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Redução (Aumento) de contas a receber	19.561	(25.966)	21.942	(25.186)
(Aumento) Redução de estoque	(2.055)	(47)	(2.055)	24
Aumento de adiantamentos a fornecedores	(460.753)	(209.617)	(485.032)	(204.774)
Redução (Aumento) de tributos a compensar	5.612	(25.342)	(8.103)	(25.524)
Redução (Aumento) de créditos a funcionários	1.347	(1.347)	1.389	(1.357)
(Aumento) Redução de bancos conta vinculada	(1.304)	(907)	(2.829)	2.943
(Aumento) de depósitos judiciais	-	-	(3.107)	(103)
(Redução) Aumento de fornecedores	(33.562)	109.947	(58.630)	140.930
Aumento (Redução) de obrigações fiscais	56.361	(12.892)	82.767	7.923
Aumento de adiantamento de clientes	120.563	453.602	120.563	446.447
Aumento de outros passivos	27.682	16.886	33.728	11.836
Aumento de outros Ativos	(3.939)	-	(5.217)	-
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>(270.487)</u>	<u>304.316</u>	<u>(304.584)</u>	<u>353.159</u>
<b>Fluxo de Caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(112.575)	(211.792)	(450.699)	(504.256)
Intangível	-	12.127	-	12.176
Investimentos em controladas	(103.626)	71.286	-	-
(Redução)/Aumento partes relacionadas	(196.993)	(135.453)	204.122	(88.875)
Adiantamento a acionistas	-	9.000	-	9.000
Propriedade para investimentos	-	-	(5.288)	(25.927)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<u>(413.194)</u>	<u>(254.831)</u>	<u>(251.865)</u>	<u>(597.882)</u>
<b>Fluxo de Caixa das atividades de financiamento</b>				
Obtenção de financiamentos	388.954	23.587	418.489	150.640
Pagamento de dividendos	(40.000)	(57.867)	(40.000)	(57.867)
Juros sobre capital próprio	(4.070)	(1.536)	(4.070)	(1.536)
Aquisição de participação dos acionistas minoritários	-	-	(110.000)	157.410
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<u>344.884</u>	<u>(35.816)</u>	<u>264.419</u>	<u>248.647</u>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa</b>	<u>(169.049)</u>	<u>95.162</u>	<u>(148.873)</u>	<u>34.245</u>
<b>Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa</b>				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	248.413	153.251	272.150	237.905
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>79.364</u>	<u>248.413</u>	<u>123.277</u>	<u>272.150</u>
	<u>(169.049)</u>	<u>95.162</u>	<u>(148.873)</u>	<u>34.245</u>

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

#### **Objeto Operacional**

A ECOVIX – ENGEVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S/A. (“Ecovix” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída em 17 de março de 2010 sob a forma de capital fechado. A Companhia tem como objeto social projetar, construir e operar instalações para utilização “off-shore” em particular cascos para plataformas de petróleo, módulos para estas plataformas, navios sonda, embarcações de apoio e embarcações de qualquer tipo e natureza, além de instalações fixas para utilização *off-shore*.

Em agosto de 2009 a Petrobrás Petróleo Brasileiro S.A. realizou licitação com o objetivo de definir o consórcio responsável pela construção de oito cascos de plataforma de petróleo tipo FPSO (sigla em inglês para plataforma flutuante que produz, processa, armazena e escoar petróleo). Esta licitação foi vencida pela Engevix Engenharia S.A., controladora da Companhia, que apresentou um projeto inovador.

Em 17 de agosto de 2012, a companhia celebrou três Contratos de construção, aquisição e engenharia, para construção de uma unidade de perfuração Offshore por contratante, do tipo navio-sonda, projetando, fazendo o serviço de engenharia, aquisição, construção, comissionamento e conclusão do (DRU) DRILL RIG UNITS sigla em inglês para Unidade de Perfuração Offshore do tipo DRILLSHIP, com as empresas: Salinas Drilling B.V, Curumim Drilling B.V e Cassino Drilling B.V, sociedades de responsabilidade limitada, constituídas e existentes sob as leis da Holanda, com sedes em Amsterdã.

Como parte da estratégia para viabilizar a operacionalização da atividade objeto da licitação foram tomadas as seguintes medidas:

- (i) Em 16 de novembro de 2010 a ENGEVIX Engenharia S.A., controladora da Companhia, na qualidade de detentora dos direitos decorrentes do contrato de construção oriundo da licitação com a Petrobrás, transferiu de forma não onerosa para a Companhia o referido contrato, com posterior anuência do licitante.
- (ii) Em 21 de setembro de 2011 a Companhia assinou com a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, contrato de Locação da Infraestrutura para conversão e reparos de unidades estacionárias de produção de petróleo e gás, pelo prazo de 12 meses.
- (iii) Em 21 de setembro de 2011 a Companhia assinou com a Konecranes contrato de fornecimento de 01 portico Goliath de 1500t x 210 m no valor de USD52.678.000, com previsão de entrega em 30 de março de 2013.

- (iv) Em 03 de maio de 2011, a controlada indireta RG Estaleiro ERG2 S.A., iniciou a implantação de quatro galpões de acabamento dos blocos (pintura), a fábrica de painéis e blocos, subestação principal e utilidades, cuja entrada em funcionamento está prevista para o 1º semestre de 2013, e esta principalmente direcionada para o aumento de capacidade de fabricação para os contratos da FPSO.

Em 01 de março de 2012, a controlada indireta RG Estaleiro ERG2 S.A., iniciou a implantação de prédios administrativos, 04 galpões de acabamento dos blocos (pintura), um galpão para fabricação de blocos curvos e oficinas de apoio, uma área para pré-edificação, a careira e o cais. O Galpão e a área de edificação entrarão em operação no 1º semestre de 2014 e o cais no início de 2015, e essa fase está direcionada a construção dos DRU – navios sonda.

- (v) Em setembro de 2013 começou a operação do maior pórtico tipo Pórtico já construído no mundo. Com 210 metros de vão e 117 metros de altura, o pórtico tem capacidade para içar 2 mil toneladas e foi encomendado pela Ecovix (ENGEVIX Construções Oceânicas) para ser utilizado na construção de 8 cascos de navios FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), destinados à estocagem e produção de petróleo, em um projeto conduzido pela Petrobras.

### **RG Estaleiro ERG 1 S.A.**

A controlada indireta RG Estaleiro ERG 1 S.A. (“ERG1”) é uma entidade de capital fechado, constituída em 29 de dezembro de 2003, com sede social no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. A ERG1 tem como objeto social deter a propriedade de estaleiros, dique seco e instalações de apoio às construções navais, administrando e explorando comercialmente estas instalações por meio de arrendamento mercantil.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2010, foi aprovada a alteração da denominação social da companhia de W Torre Empreendimentos Navais e Portuários S.A para RG Estaleiro ERG1 S.A, quando da transferência de controle societário para a RG Estaleiros S.A.

A ERG 1 detém entre seus ativos, o maior dique seco do Hemisfério Sul, tendo acesso direto a uma das áreas de maior profundidade naval do território brasileiro, favorável à navegação de modernas embarcações, sobretudo de grande porte, o que lhe garante importantes aspectos físicos para a construção de embarcações navais e oceânicas que serão necessárias ao desenvolvimento dos projetos de exploração das reservas nacionais do pré-sal.

Desde 10 de abril de 2007, a ERG1 detém certificação de operação portuária concedida pela Superintendência do Porto de Rio Grande nos termos da Lei nº 8.630/93 e das normas de pré-qualificação de operadores portuários.

### **Descrição do projeto**

Em 29 de agosto de 2006, a ERG 1, na qualidade de legítima possuidora e detentora dos direitos de uso de um terreno situado na Comarca e Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, celebrou Termo de Transferência de Uso de Bem Imóvel com a Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM (“Rio Bravo”) na qualidade de administradora e proprietária dos bens do Fundo de Investimento Imobiliário R B Logística (“Fundo”). Neste ato, a ERG1 transferiu ao Fundo o direito de uso do terreno por 12 anos, no contexto da construção e disponibilização para uso do Fundo de uma infraestrutura para construção, manutenção e reparos de unidades estacionárias de petróleo naquele período.

A transferência do direito de uso se deu como contraprestação pela futura utilização pela ERG1, sem qualquer ônus, da infraestrutura a ser estabelecida no terreno após ter expirado o prazo de 12 anos da utilização do terreno e da infraestrutura pelo Fundo.

No dia 8 de agosto de 2006 a Rio Bravo celebrou com a ERG1 e com interveniência de Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, o “Contrato para fornecimento de uma infraestrutura destinada à construção, montagem e reparo de unidades estacionárias de produção (UEPs), do tipo FPSO (Floating Production Storage and Offloading)”. Em 17 de agosto de 2006 a ERG1 celebrou o aditivo do citado contrato, o qual estendeu o fornecimento de outra infraestrutura destinada à construção, montagem e reparo de unidades estacionárias de produção (UEPs), do tipo semisubmersíveis.

O contrato e seus aditivos têm por objetivo a contratação da ERG1 para construção e disponibilização de uma infraestrutura, com capacidade para construção e reparo de Unidades Estacionárias de Produção (UEPs), tipo semisubmersíveis e mono-coluna.

Os aditivos dos contratos determinam que a gestão financeira do empreendimento seja compartilhada, sendo que a revisão dos contratos de fornecimento de materiais e serviços, bem como os pagamentos das atividades são aprovados pelas empresas Rio Bravo e Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, mediante a adoção do procedimento de conta vinculada.

Os contratos prevêm que os custos do empreendimento sejam arcados pelo Fundo, na forma estabelecida contratualmente, no equivalente a 80% dos valores da construção e implementação da referida infraestrutura e a ERG 1 irá arcar com os 20% dos custos restantes, sendo que, ao término das obras, o Fundo terá direito contratual de uso de 100% dessas instalações pelo prazo de 10 anos para utilização exclusiva.

Por meio de aditivos contratuais, foram sendo estipulados prazos para finalização e a utilização da infraestrutura (UEPs) tipo SS e FPSO, a qual se encontrava substancialmente concluída e a disposição para a utilização pelo Fundo/Petrobras, ainda que persistissem obras de finalização resultantes de questões de correções e abrangência de escopo (“punch list”) desde de 2008. A partir de setembro de 2010 a atividade de administração da infraestrutura (estaleiro) se intensificou como resultado de sua utilização pelo Fundo/Petrobras, o que teria ensejado o reconhecimento contábil do fornecimento da infraestrutura (aluguel da propriedade para investimento). Com a entrada em operação da infraestrutura, a atividade de administração passou a ser a fonte de recursos da ERG 1 e de suas receitas.

### **RG Estaleiro ERG 2 S.A.**

A controlada indireta RG Estaleiro ERG 2 S.A., nova denominação social da RG Estaleiro Norte S.A. é uma sociedade de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede em Barueri, Estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social deter a propriedade de terrenos e neles construir estaleiros e instalações de apoio as construções navais administrando e explorando comercialmente estas instalações por meio de arrendamento. Tendo obtido Certificado de Operador Portuário em 04 de maio de 2012 da Superintendência do Porto do Rio Grande, para exercer a atividade de Operador Portuario nas operações de carga geral, granéis sólidos, granéis líquidos, contêineres, roll-on/roll-off e cargas perigosas, na área do Porto do Rio Grande – RS

A Companhia teve seu controle acionário transferido para a RG Estaleiros S.A em 15 de outubro de 2010, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações firmado em 2 de junho de 2010 entre WTorre S.A e RG Estaleiros S.A. Nessa mesma data a Companhia firmou Termo de Compromisso entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Infra-Estrutura e Superintendência do Porto de Rio Grande, no qual ficaram ratificados os compromissos entre as partes para execução de ações articuladas voltadas à implantação da segunda Unidade Industrial voltada à construção de cascos, plataformas *offshore* e embarcações de grande porte. Entre os compromissos lá expressos encontram-se os de ocupação do imóvel pela Companhia, a realização de investimentos e de geração de empregos e receitas tributárias para o Estado. O compromisso tem prazo de 48 (quarenta e oito meses) a contar da data de 27 de maio de 2011.

Foi celebrado na data de 28 de novembro de 2011, Contrato de Locação de área de 145.750 metros quadrados com a Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S.A. No decorrer do quarto mês de vigência do Contrato de Locação, a companhia disponibilizou a edificação dos dois primeiros Galpões de Acabamento de Blocos (GABs), no estado em que se encontram, possibilitando, a partir deste momento, a utilização dos referidos GABs por parte da Locatária, conforme primeiro aditamento deste contrato, celebrado em 15 de abril de 2012.

Em 8 de maio de 2012, a Fepam – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler –RS, nos termos do processo nº 19419-05.67/10-9 emitiu a Licença de Instalação LI nº527/2012-DL para a Companhia, envolvendo o empreendimento 174893-Fábrica de Blocos e Painéis, situada à Av. Almirante Maximiano da Fonseca nº4.301 Superporto Rio Grande (RS).

A RG Estaleiros ERG2 ainda não iniciou suas operações de operador portuário, sendo esta a principal fonte de receita da mesma.

### **RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A.**

A controlada indireta RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. (“ERG3”) é uma entidade de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2011, com sede social no Município de Barueri, Estado de São Paulo. A ERG3 tem como objeto social deter a propriedade de terrenos e instalações industriais de apoio às construções navais e offshore, administrando e explorando comercialmente estas instalações através do processamento industrialização e beneficiamento de aço, podendo também efetuar o arrendamento dessas áreas e operações.

A ERG3 ainda não possui atividade operacional.

## **2 Aquisição de controladas e participações de não controladores**

### **Combinações de negócios na controlada direta Ecix Processamento de Aços S.A**

Em 04 de julho de 2012 a Companhia adquiriu o controle da Ecix Processamento de Aços S.A, ao adquirir 50% das ações do capital votante dessa empresa da sócia ICEPAR Holding Participações Ltda.

Em 28 de dezembro de 2012 foi realizada AGE onde foi aprovada a incorporação da Ecix pela Companhia.

A incorporação se justifica em razão dos ganhos que a referida operação trará às sociedades e as seus acionistas em razão da sinergia de suas atividades e ganho de escala no estabelecimento de uma sólida base de negócios no segmento de óleo e gás.

### **Custos relacionados à aquisição**

Os ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos da ECIX foram os seguintes:

	<b>ECIX</b>
Caixa e equivalentes de caixa	68
Créditos a receber	2.928
Estoques	47
Outros créditos	3
Imobilizado	381
Intangível	74
Fornecedores	12
Obrigações sociais e trabalhistas	1.231
Obrigações fiscais e outras	759
<b>Total</b>	<b>1.499</b>

Todos os ativos e passivos reconhecidos das entidades atendiam substancialmente aos critérios de reconhecimento determinados no Pronunciamento Técnico CPC “Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual”. Não foram identificados pela Companhia ativos intangíveis separáveis, controláveis e geradores de benefícios econômicos futuros (individualmente ou em conjunto com outros ativos) que preenchessem os requerimentos do CPC 4 – “Ativos Intangíveis” para reconhecimento.

### **Ágio**

O ágio reconhecido em decorrência da aquisição do negócio foi identificado conforme abaixo:

Saldo em 2012	6.794
Realização em 2013	1.557
<b>Ágio</b>	<b>5.237</b>

A aquisição do negócio compreendido formado pela empresa ECIX gerou o reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura, registrado nas demonstrações financeiras da Companhia. De forma abrangente, a expectativa de rentabilidade futura decorrente destas aquisições se suporta, na opinião da Administração, fundamentada por laudo de avaliação econômico preparado por empresa especializada, pelos seguintes fatores:

- (i) Em 08 de fevereiro de 2011 a Companhia e ICEPAR formalizaram uma parceria para desenvolver a atividade de processamento de aço consubstanciada em um Memorando de entendimentos;
- (ii) Na mesma data as Partes constituíram a Sociedade ECIX Processamento de Aços S.A, com participação de 50% do capital social de cada uma das partes;

- (iii) Em 24 de novembro de 2011, a ECIX e a Companhia firmaram o Contrato de Industrialização por encomenda. Esse contrato, objeto do contrato social, da ECIX refere-se ao estabelecimento de preços unitários, despesas e custos reembolsáveis, principais condições comerciais e técnicas para a aplicação e industrialização dos painéis e blocos, bem como a referida complementação da fabricação de blocos maiores e montagens dos blocos no dique seco;

O laudo de avaliação econômica, com data de 12 de novembro de 2012 teve como horizonte o mapa de controle de toneladas de aço consumido até da data-base de 31 de julho de 2012, no montante de 3.920 toneladas, consideramos para fins de cálculo, apenas uma unidade objeto do contrato celebrado com a Companhia.

O ágio acima demonstrado está incluído no valor contábil do intangível nas demonstrações financeiras da Companhia, e terá seu valor recuperável testado anualmente.

### 3 Entidades do grupo

Controladas relevantes	Nota	Participação acionária		
		País	2013	2012
Fundo de Investimentos em Participações RG Estaleiros (direta)		Brasil	75%	55%
RG Estaleiros S.A. (indireta)		Brasil	100%	100%
RG Estaleiro ERG1 S.A (indireta)		Brasil	100%	100%
RG Estaleiro ERG2 S.A (indireta)		Brasil	100%	100%
RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A (indireta)		Brasil	100%	100%

### 4 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Em 30 de junho de 2014, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o consequente envio à Assembléia Geral Ordinária - AGO para aprovação.

**b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

**e. Mudança nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, originalmente aprovadas pela Administração em 22 de abril de 2013, estão sendo reapresentadas para estar em conformidade com as IFRSs e com práticas contábeis adotadas no Brasil. Abaixo está demonstrada a reclassificação do saldo de 'Receitas diferidas' de arrendamento operacional, anteriormente apresentado como redutor do saldo de 'Propriedades para investimentos', mas que está sendo melhor apresentado como 'Receitas diferidas' no passivo. Os impactos no balanço patrimonial e nos fluxos de caixa consolidados estão a seguir demonstrados:

<b>Demonstração financeira</b>	<b>Conforme divulgado em 01/01/2012</b>		<b>Após os ajustes 01/01/2012</b>
	<b>Anteriormente</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Consolidado</b>
Propriedade para investimento	421.742	595.474	1.017.216
Adiantamento de clientes	-	595.474	595.474

<b>Demonstração financeira</b>	<b>Conforme divulgado em 31/12/2012</b>		<b>Após os ajustes 31/12/2012</b>
	<b>Anteriormente</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Consolidado</b>
Propriedade para investimento	537.945	527.561	1.065.506
Adiantamento de clientes	-	527.561	527.561

<b>Demonstração do fluxo de caixa</b>	<b>Conforme divulgado em 31/12/2012</b>		<b>Após os ajustes 31/12/2012</b>
	<b>Anteriormente</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Consolidado</b>
Reconhecimento receita diferida	-	(67.913)	(67.913)
Propriedade para investimentos	(93.840)	67.913	(25.927)

O montante das receitas diferidas reclassificadas referem-se à locação da estrutura do ERG 1 ao Fundo Rio Bravo pelo prazo de 10 anos, pago antecipadamente. A composição dos saldos é a seguinte:

	<b>2013</b>		
	<b>Receitas Totais Reconhecidas</b>	<b>Adiantamentos Recebidos</b>	<b>Adiantamento de Clientes</b>
Estrutura ERG1	219.933	679.422	459.489

	<b>2012</b>		
	<b>Receitas totais Reconhecidas</b>	<b>Adiantamentos Recebidos</b>	<b>Adiantamento de Clientes</b>
Estrutura ERG1	151.860	679.421	527.561

As reclassificações efetuadas não afetaram de modo relevante as demonstrações de resultados, resultado abrangente e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

## **5 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **a. Base de consolidação**

#### ***Combinações de negócios***

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Companhia leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida; mais
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais
- Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente a aquisição; menos
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes à extinção de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Os custos de transação, exceto os custos relacionados a emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, que a Companhia incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

**b. Moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações financeiras são aquelas que não realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

**c. Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

**(ii) *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado***

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras e bancos conta vinculadas registrado no ativo não circulante.

**(iii) *Empréstimos e recebíveis***

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e empréstimos com partes relacionadas.

**(iv) *Caixa e equivalente de caixa***

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

**(v) *Passivos financeiros não derivativos***

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os passivos financeiros não derivativos da Companhia estavam representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e empréstimos com partes relacionadas.

**(vi) *Capital social***

***Ações ordinárias***

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo, exceto quando retidos por deliberação unânime dos acionistas da Companhia.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, além dos juros e encargos financeiros incorridos nos financiamentos atribuíveis à construção do ativo qualificável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**(ii) Custos subsequêntes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, pelo método linear, de acordo com as taxas de depreciação descritas na nota explicativa 9.

**e. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)**

**(i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução ao valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Administração não identificou a necessidade de ajustes de seus ativos financeiros ao valor recuperável.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros da Companhia estão representados pelo ativo imobilizado, investimentos, intangível e propriedades para investimento.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

**f. Propriedade para investimento**

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

**g. Ágio**

O ágio resultante da aquisição de negócio é registrado na conta de ativo intangível das demonstrações financeiras consolidadas. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a Nota Explicativa 2.

*Mensuração subsequente*

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento.

**h. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

**i. Receita operacional**

**(i) Receitas de contrato de construção**

No exercício de 2010, a Companhia foi contratada para construção de oito FPSOs (Floating Production, Storage Offloading), cujo prazo para conclusão e entrega se dará dentro dos próximos cinco anos.

No exercício de 2012, a Companhia foi contratada para construção de três DRU DRILL RIG UNITS sigla em inglês para Unidade de Perfuração Offshore do tipo DRILLSHIP, cujo prazo para conclusão e entrega se dará dentro dos próximos cinco anos.

Considerando que tal operação se trata de um contrato de longo prazo, o reconhecimento da receita (e dos custos) é feito pelo método de percentagem completada. Segundo este método, a receita contratual é proporcional aos custos incorridos em cada etapa de medição. Esse método, na opinião da Companhia, proporciona informação relevante acerca da extensão da atividade e desempenho durante o exercício. Caso a fase de execução física da construção seja superior ao que seria correspondente aos adiantamentos realizados pelos clientes, o contas a receber é apresentado no balanço patrimonial líquido dos respectivos adiantamentos. Caso seja inferior, é apresentado um passivo denominado de adiantamentos de clientes. A abertura destes valores está demonstrada na nota 20.

**(ii) Receitas de serviços**

As receitas de serviços derivam do contrato para Administração e Manutenção da Infraestrutura destinada à Construção, Montagem e Reparo das Unidades Estacionárias de Produção (UEPs), firmado com a Rio Bravo Investimentos S.A DTVM, registradas na controlada indireta ERG 1.

**(iii) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente variações cambiais ativas e receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem basicamente juros sobre empréstimos e despesas de captação de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

**(iv) Outras Receitas operacionais**

Registra a receita referente a arrendamento mercantil operacional (aluguel) pela utilização da infraestrutura para construção, manutenção e reparos de unidades estacionárias de petróleo, registrada como propriedade para investimento na controlada RG Estaleiro ERG1 S.A.

**j. Custo dos produtos e serviços prestados**

O custo dos produtos e serviços vendidos contemplam de forma geral todos os custos diretamente relacionados com a construção dos FPSOs e das três unidades de perfuração Offshore DRU, do tipo navio-sonda, sendo compostos basicamente por:

**(i) Materiais e insumos - Importados**

Referem-se substancialmente às chapas de aço importadas para a construção dos cascos das FPSOs.

**(ii) Mão de obra**

Compostos pelos custos com salários, benefícios e encargos dos profissionais diretamente relacionados com a construção.

**(iii) Custos com serviços contratados**

O custo com serviços contratados refere-se substancialmente aos valores pagos à empresas contratadas (locais e internacionais) para o auxílio no desenvolvimento do contrato de construção.

**k. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia registrou o imposto de renda diferido ativo líquido (Nota explicativa 29). A Companhia espera recuperar o imposto de renda diferido ativo nas controladas em exercícios futuros na medida em que sejam gerados os lucros futuros previstos no seu plano de negócios.

**l. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada e está em processo de avaliação dos impactos das referidas normas.

***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)***

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

## **6 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Depósitos bancários	15.192	39	17.212	86
Aplicações financeiras (i)	64.172	248.374	106.065	272.064
	<b>79.364</b>	<b>248.413</b>	<b>123.277</b>	<b>272.150</b>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no seu valor justo.

As aplicações financeiras são de aplicação e resgate automático do saldo disponível em conta corrente, com remuneração crescente, em percentual da taxa DI, de acordo com o prazo de permanência. São de alta liquidez e de curto prazo.

As aplicações nos bancos nacionais são remuneradas por taxas que variam entre 20% e 101,80% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), as aplicações financeiras no exterior, são remuneradas à taxa média de 0,10% a 0,20% ao mês, mais a variação cambial do dólar norte-americano. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

(i) Veja abertura abaixo das características das aplicações financeiras:

<b>Banco</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Taxa média</b>
Brasil	Automática	0,56% a.m.
Bradesco	Automática	0,56% a.m.
HSBC	CDB/RDB	CDI
Itaú	Automática	0,56% a.m.
Santander	Automática	0,56% a.m.
Itaú Nassau	Overnigth	0,20% a.m.

## 7 Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber refere-se majoritariamente aos faturamentos efetuados pela Companhia ao cliente estrangeiro em relação ao processo de construção de plataforma de petróleo, conforme quadro abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Clientes nacionais	1.314	1.823	3.694	6.584
Clientes estrangeiros	5.104	24.156	5.104	24.156
<b>Total</b>	<b>6.418</b>	<b>25.979</b>	<b>8.798</b>	<b>30.740</b>

## 8 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Empresa e sua controladora, controladas, empresas ligadas e profissionais - chave da administração.

A Controladora da Companhia é a Jackson Empreendimentos Ltda.

Os saldos em aberto entre as partes relacionadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são os seguintes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Ativo circulante</b>				
RG Estaleiros ERG2 S.A	11.758	-	-	-
RG Estaleiro ERG 1 S.A.	25.158	21.771	-	-
Jackson Empreendimentos Ltda.	-	72.612	-	72.612
RG Estaleiros S.A	413.759	27.789	-	-
<b>Ativo não circulante</b>				
Engevix Engenharia S.A	-	86.653	-	86.653
	<b>450.675</b>	<b>208.825</b>	<b>-</b>	<b>159.265</b>
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Passivo não circulante</b>				
Engevix Sistemas de Defesa	47.701	2.844	47.701	2.844
	<b>47.701</b>	<b>2.844</b>	<b>47.701</b>	<b>2.844</b>

As transações realizadas são representadas por:

Contratos de mútuo com encargos financeiros de 100% do CDI. As operações de mútuo geraram despesas financeiras líquidas de R\$ 146 no ano de 2013 (R\$12.055 em 31 de dezembro de 2012).

### Locação entre partes relacionadas

A Locação entre a Ecovix e suas Controladas refere-se ao aluguel das Instalações Máquinas e Veículos pertencentes ao ERG2 e ERG1 que monta em 2013 no valor de R\$ 14.657 mil.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração estão apresentados abaixo:

	2013	2012
Benefícios de curto prazo (salários e bônus)	2.879	2.749

## 9 Adiantamento a fornecedores

O saldo de adiantamento a fornecedores refere-se majoritariamente aos adiantamentos efetuados pela Companhia a fornecedores estrangeiros relacionados ao processo de construção dos cascos de plataforma de petróleo, conforme quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Adiantamento a fornecedores exterior (i)	809.243	258.007	809.243	258.007
Adiantamento a fornecedores nacional	24.088	78.353	50.230	78.744
	<b>833.331</b>	<b>336.360</b>	<b>859.473</b>	<b>336.751</b>

- (i) O aumento no saldo de fornecedores do exterior corresponde à aquisição de material para construção dos cascos dos FPSO e Drill Ships.

## 10 Imobilizado

### a. Composição do imobilizado – Controladora

Imobilizado	Taxas anuais de depreciação %	2013			2012
		Imobilizado bruto	Depreciação / acumulada	Imobilizado líquido	Imobiliza do líquido
Equipamentos de informática	20	1.151	(550)	601	786
Equipamentos de Informática – <i>Leasing</i>	20	5.390	(2.017)	3.373	4.071
Móveis e Utensílios	10	4.691	(771)	3.920	3.478
Veículos	20	1.796	(647)	1.149	1.478
Ferramentas Máquinas e Equipamentos	10	317.321	(11.302)	306.019	25.512
Instalações	10	2.604	(408)	2.196	2.170
Imóveis e Edificações	4	6.889	(299)	6.590	6.843
Imobilizado em curso	-	7.084	-	7.084	107.014
Adiantamento a fornecedores imobilizado nacional	-	5.657	-	5.657	5.469
Adiantamento a fornecedores imobilizado estrangeiro	-	17.314	-	17.314	98.041
		<b>369.897</b>	<b>(15.994)</b>	<b>353.903</b>	<b>254.862</b>

**b. Movimentação do Custo – Controladora**

	Saldo em 31/12/12	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/13
Equipamentos de Informática	1.047	104	-	-	1.151
Equipamentos de Informática – <i>Leasing</i>	5.103	287	-	-	5.390
Móveis e Utensílios	3.861	830	-	-	4.691
Veículos	1.796	-	-	-	1.796
Ferramentas Máquinas e Equipamentos	27.334	110.912	-	179.075	317.321
Instalações	2.350	254	-	-	2.604
Imóveis e Edificações	6.889	-	-	-	6.889
Imobilizado em Curso	107.014	-	(1.582)	(98.348)	7.084
Adiantamento a fornecedores imobilizado nacional	5.469	188	-	-	5.657
Adiantamento a fornecedores imobilizado estrangeiro	98.041	-	-	(80.727)	17.314
	<u>258.904</u>	<u>112.575</u>	<u>(1.582)</u>	<u>-</u>	<u>369.897</u>

**c. Movimentação da depreciação – Controladora**

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2012	Adições	31/12/2013
Equipamentos de Informática	20	(261)	(289)	(550)
Equipamentos de Informática – <i>Leasing</i>	20	(1.032)	(985)	(2.017)
Móveis e Utensílios	10	(383)	(388)	(771)
Veículos	20	(318)	(329)	(647)
Ferram. Máquinas e Equipamentos	10	(1.822)	(9.480)	(11.302)
Imóveis e edificações	4	(46)	(253)	(299)
Instalações	10	(180)	(228)	(408)
		<u>(4.042)</u>	<u>(11.952)</u>	<u>(15.994)</u>

**d. Composição do imobilizado – Consolidado**

Imobilizado	Taxas anuais de depreciação %	2013		2012	
		Imobilizado bruto	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Terrenos		7.248	-	7.248	7.248
Móveis e Utensílios	10	4.924	(790)	4.134	3.689
Equipamentos de Informática	20	1.261	(589)	672	862
Equipamentos de Informática	20	5.390	(2.017)	3.373	4.071
Veículos	20	2.220	(788)	1.432	1.813
Ferramentas, máquinas e equipamentos	10	328.656	(12.329)	316.327	26.977
Instalações	10	2.908	(418)	2.490	2.469
Imóveis e Edificações	4	6.889	(299)	6.590	6.843
Custo de Empréstimo		-	-	-	14.072
Imobilizado em Andamento		653.362	-	653.362	409.309
Adiantamento para Aquisição Imobilizado – Nacional		66.742	-	66.742	28.833
Adiantamento para Aquisição Imobilizado – Exterior		28.345	-	28.345	116.567
		<b>1.107.945</b>	<b>(17.230)</b>	<b>1.090.715</b>	<b>646.188</b>

**e. Movimentação do imobilizado – Consolidado**

Imobilizado	2012	Adições	Baixas	Transferências	2013
Terrenos	7.248	-	-	-	7.248
Móveis e Utensílios	4.090	834	-	-	4.924
Equipamentos de Informática	1.157	104	-	-	1.261
Equipamentos de Informática – leasing	5.103	287	-	-	5.390
Veículos	2.220	-	-	-	2.220
Ferramentas, máquinas e equipamentos	28.904	112.332	-	187.420	328.656
Instalações	2.654	254	-	-	2.908
Imóveis e Edificações	6.889	-	-	-	6.889
Custo de Empréstimo	14.072	-	-	(14.072)	-
Imobilizado em Andamento	417.744	313.980	(1.582)	(76.780)	653.362
Adiantamento para Aquisição Imobilizado - Nacional	43.834	22.908	-	-	66.742
Adiantamento para Aquisição Imobilizado - Exterior	116.567	-	-	(88.222)	28.345
	<b>650.482</b>	<b>450.699</b>	<b>(1.582)</b>	<b>8.346</b>	<b>1.107.945</b>

## f. Movimentação da depreciação – Consolidado

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2012	Adições	31/12/2013
Equipamentos de Informática	20	(295)	(294)	(589)
Equipamentos de Informática – <i>Leasing</i>	20	(1.032)	(985)	(2.017)
Móveis e Utensílios	10	(401)	(389)	(790)
Veículos	20	(407)	(381)	(788)
Ferram.Máquinas e Equipamentos	10	(1.927)	(10.402)	(12.329)
Imóveis e Edificações	4	(46)	(253)	(299)
Instalações		(186)	(232)	(418)
		<b>(4.294)</b>	<b>(12.936)</b>	<b>(17.230)</b>

## 11 Propriedade para Investimento

Em maio de 2006, a Controlada indireta ERG1 recebeu em doação da Superintendência do Porto de Rio Grande, conforme escritura pública de doação de imóvel, um terreno situado no Pontal da Mangueira, no Município o Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, registrado sob as matrículas nº 57.334 e 57.337 no Cartório de Imóveis do município de Rio Grande – RS, no valor de R\$ 7.037. Como contrapartida no processo de doação, a Companhia cumprirá com determinadas obrigações estipuladas na escritura pública de doação do imóvel, as quais têm sido atendidas.

No período compreendido entre 2006 e 2010, a ERG1 construiu uma infraestrutura com capacidade para construção e reparo de embarcações de grande porte, módulos de processamento, Unidades de Convés Específicos (*Deck Box*), Unidades Estacionárias de Produção (UEPs) tipo semi-submersíveis e mono-coluna.

Em estrita conformidade com o “Contrato para fornecimento de uma infraestrutura destinada à construção, montagem e reparo de unidades estacionárias de produção (UEPs), do tipo SS”, datado de 17 de Agosto de 2007 e seus respectivos aditamentos, e com o “Contrato para fornecimento de uma infraestrutura destinada a construção, montagem e reparo de unidades estacionárias de produção (UEPs), do tipo FPSO” datado em 8 de Agosto de 2007, e seus respectivos aditamentos, todos concluídos, inclusive com a expedição do “habite-se” nº 17.445/2010 deram por transferidas a obra de construção e implementação de infraestrutura sob os terrenos, matrículas nº 57.334 (imóvel recebido de doação da SUPRG) e nº 57.337 (detentora dos direitos de uso e os direitos de superfície recebidos pela União Federal do Brasil) e que durante o período determinado de 10 (dez anos) será disponibilizado o uso e fruição de toda infraestrutura (o Estaleiro) para sua utilização exclusiva do Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística.

Com a conclusão das obras, a Companhia fornece a posse plena e o direito de uso de 100% dos ativos correspondentes à infraestrutura e utilidades construídas e implementadas, pelo valor do custo aportado pelo Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística, correspondente a R\$ 679.421(679.421 em 31 de dezembro de 2012), na forma estabelecida contratualmente. Dessa forma, a Companhia reconheceu, em 2010, renda e despesa operacional no montante de R\$ 676.794 (complementada em 2012 pelo montante de R\$ 2.627), os quais correspondem aos recursos aportados pelo fundo em contrapartida ao seu direito de utilização da infraestrutura do estaleiro pelo prazo contratual previsto

Por meio de cláusulas contratuais, especificadas no contrato entre a ERG1 e a Rio Bravo Investimento S.A. DTVM, o empreendimento em questão deve estar totalmente segurado pela ERG1. A Administração da Companhia julgou as importâncias seguradas e os prazos de vigência suficientes para cobrir possíveis sinistros. O saldo da conta de Propriedade para investimento está composto como segue:

**a. Movimentação da Propriedade para investimento**

Propriedade Para Investimento	Taxas anuais de depreciação o %	2013		2012	
		Imobilizado bruto	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Edificações	<b>1,66</b>	971.997	(52.812)	919.185	931.237
Equipamento de Informática	<b>20</b>	75	(36)	39	50
Veículo	-	34	(8)	26	27
Móveis e Utensílios	<b>10</b>	66	(3)	63	64
Ferramentas, máquinas e equipamentos	<b>10</b>	100.266	(13.097)	87.169	98.980
Imóvel	<b>10</b>	7.600	-	7.600	7.600
Imobilizado em curso		28.854	-	28.854	27.548
		<b>1.108.892</b>	<b>(65.956)</b>	<b>1.042.936</b>	<b>1.065.506</b>

**b. Movimentação do custo**

	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2013
Edificações	967.891	4.106	-	-	971.997
Equipamentos de informática	75	-	-	-	75
Veículo	34	-	-	-	34
Móveis e Utensílios	66	-	-	-	66
Ferramentas, máquinas e Equipamentos	108.736	5.142	(5.266)	(8.346)	100.266
Imóveis	7.600	-	-	-	7.600
Imobilizado em curso	27.548	2.397	(1.091)	-	28.854
	<b>1.111.950</b>	<b>11.645</b>	<b>(6.357)</b>	<b>(8.346)</b>	<b>1.108.892</b>

**c. Movimentação da depreciação**

Propriedade para Investimento	Taxas anuais de depreciação	2013			
		2012	Adições	Baixas	2013
Edificações	1,66	(36.654)	(16.158)	-	(52.812)
Equipamento de Informática	20	(25)	(11)	-	(36)
Veículo	-	(7)	(1)	-	(8)
Móveis e Utensílios	10	(2)	(1)	-	(3)
Ferramentas, máquinas e equipamentos	10	(9.756)	(3.341)	-	(13.097)
Imóvel	10	-	-	-	
Imobilizado em curso	-	-	-	-	
		<b>(46.444)</b>	<b>(19.512)</b>	<b>-</b>	<b>(65.956)</b>

**d. Composição da Propriedade para Investimento**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Propriedade para investimento	1.050.500	1.065.506
(+) Valores recebidos FII R B Logística	(679.421)	(679.421)
(+) Receita de arrendamento mercantil FII R B Logística (Acumulado)	<u>219.933</u>	<u>151.860</u>
<b>Valor líquido de aquisição</b>	<b>591.012</b>	<b>537.945</b>

## **12 Bancos conta vinculada**

Os valores depositados nas contas vinculadas decorrem do Termo de Relatório das Contingências Acordadas firmado em 17 de agosto de 2010 entre WTorre Properties S.A., WTorre XLIII Desenvolvimento Imobiliário Ltda., WTorre S.A., RG Estaleiros S.A. (na qualidade de cessionário dos contratos originalmente firmados com a Engevix Engenharia S.A. e FUNCEF Fundação dos Economistas Federais), tendo como intervenientes anuentes as empresas RG Estaleiro ERG 1 S.A. e RG Estaleiro ERG 2 S.A. Tais valores estão depositados junto ao Banco Itaú-Unibanco S.A. em conta movimentação de responsabilidade conjunta que são remunerados à taxa de 100% do CDI.

A liberação dos valores a serem depositados em favor das vendedoras será feita conforme segue:

- (i) após dois anos contados da data de assinatura do termo serão liberados 20% (vinte por cento) do montante.
- (ii) após 4 (quatro) anos contados da data de assinatura do termo serão liberados mais 30% (trinta por cento) do montante total.
- (iii) após 5 (cinco) anos contados da data de assinatura do termo, será liberado o restante do saldo ainda não pago.

A composição do saldo está representada no quadro abaixo:

	<u>Consolidado</u>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Itaú aplicação - Fundos Contingências	23.587	22.062

## **13 Investimentos**

Em 16 de dezembro de 2013, a Companhia adquiriu da FIC FIP Jackson Empreendimentos Ltda., 20% das cotas da FIP RG ESTALEIROS, pelo valor de R\$ 110.000. com todos os direitos e obrigações constantes dos Estatutos. A parcela adquirida corresponde ao valor de R\$136.506 gerando uma reserva de transação de capital de R\$ 26.506.

Os investimentos são contabilizados na controladora pelo método da equivalência patrimonial e representam a participação de 75% da Companhia na controlada direta FIP RG ESTALEIROS.

**a. Movimentação dos investimentos (Controladora)**

	Saldo inicial dos investimentos	Aumento/ (reduções) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste 2012	Saldo final dos investimentos
FIP RG Estaleiros	381.260	136.506	13.141	(6.374)	524.533
<b>Total</b>	<b>381.260</b>	<b>136.506</b>	<b>13.141</b>	<b>(6.374)</b>	<b>524.533</b>

Empresas	Quantidades de ações/quotas (em unidades) ordinárias		% Participação direta	Resultado do exercício	Patrimônio líquido
FIP RG Estaleiros	564.400		75	13.141	699.378
<b>Total</b>	<b>564.400</b>		<b>75</b>	<b>13.141</b>	<b>699.378</b>

Empresas	% Participação	Patrimônio líquido
RG Estaleiros S.A.	100%	697.818
RG Estaleiro ERG1 S.A.	100%	416.827
RG Estaleiro ERG2 S.A.	100%	167.312
RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A.	100%	469

**b. Participações indiretas em empresas controladas**

A Companhia detém controle das operações das empresas abaixo:

	Total de ativo	Total de passivo exigível	Patrimônio líquido
RG Estaleiros S.A.	1.168.842	471.024	697.818
RG Estaleiros ERG1 S.A.	474.480	57.653	416.827
RG Estaleiros ERG2 S.A.	830.497	663.185	167.312
RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A.	864	395	469

A RG Estaleiro S.A. é subsidiária integral do FIP RG Estaleiro e as empresas RG Estaleiro ERG 1 S.A. e RG Estaleiro ERG 2 S.A. são, por sua vez, subsidiárias integrais da RG Estaleiros S.A.

O controle dessas empresas por parte da Companhia fica caracterizado pelo fato da Companhia exercer gestão sobre as políticas operacionais, sobre as operações financeiras e porque a Companhia detém poder de indicar ou destituir membros da direção das empresas.

## 14 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Direito de uso de software (i)	2.757	2.199	2.769	2.215
Ágio na aquisição de negócio S.A. (ii)	5.236	6.794	64.995	66.552
Marcas e patentes	3	-	3	-
	<b>7.996</b>	<b>8.993</b>	<b>67.767</b>	<b>68.767</b>

- (i) Direito de uso de Software e Cessão de Direitos são ativos com prazo de vida útil definida em cinco anos, prazo pelo qual deverão ser totalmente amortizados.
- (ii) Ágio gerado na aquisição de negócio mencionado da Ecix conforme explicado na Nota Explicativa 2, no valor de R\$ 5.236 e efeito da combinação de negócios da RG Estaleiros S.A. conforme descrito abaixo:

Valor pago na aquisição do negócio	424.145
Passivos reembolsáveis adquiridos	(4.051)
Ativos Líquidos adquiridos	(352.417)
<b>Ágio</b>	<b>67.677</b>

A aquisição do negócio compreendido formado pelas empresas ERG1 e ERG2 gerou o reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura, registrado nas demonstrações financeiras da Companhia. De forma abrangente, a expectativa de rentabilidade futura decorrente destas aquisições se suporta, na opinião da Administração, fundamentada por laudo de avaliação econômico preparado por empresa especializada, pelos seguintes fatores:

- (i) Descobertas recentes na área do pré-sal colocam a ERG1 e ERG2 em posição estratégica para construções oceânicas necessárias no processo de extração de petróleo;
- (ii) Expectativa da licitação da Petrobras de 28 plataformas entre o período de 2013 e 2017. Para atendimento desta demanda, existem apenas dois estaleiros em funcionamento no Brasil dedicados a construção de plataformas de petróleo, o que coloca a Companhia em posição de vanguarda;
- (iii) Outros entrantes no mercado de extração de petróleo demandarão aproximadamente 48 plataformas entre 2013 e 2019;
- (iv) Forte expansão no setor de construção naval;
- (v) Estimativas de insuficiência em termos de oferta para construção naval; e
- (vi) Aumento significativo da sinergia entre os negócios da ERG1 e ERG2 com os demais negócios do grupo.

O laudo de avaliação econômica, com data de 19 de dezembro de 2011 teve como horizonte de projeções o período de 25 anos, de 31 de outubro de 2010 até 31 de dezembro de 2035, em valores reais (sem inflação) sem perpetuidade em função do prazo de avaliação e da modalidade do empreendimento.

No balanço patrimonial individual da Companhia e nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio acima demonstrado está incluído no valor contábil do investimento e no intangível, respectivamente. O valor do ágio terá seu valor recuperável testado anualmente.

## 15 Fornecedores

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Fornecedores nacionais (i)	72.900	94.343	80.652	124.531
Fornecedor exterior (ii)	96.505	108.624	105.154	119.905
	<b>169.405</b>	<b>202.967</b>	<b>185.806</b>	<b>244.436</b>

- (i) O aumento no saldo de fornecedores nacionais corresponde à aquisição de máquinas e equipamentos visando a construção dos 8 cascos FPSO, sendo os principais valores provisionados referentes em sua maioria aos fornecedores Construções Navais Itajai Ltda, Interbrasil Transporte e Guindastes Intermodais Ltda, Chemtech Serviços de Engenharia e Software Ltda e Sulzer Brasil S/A.
- (ii) O aumento no saldo de fornecedor exterior corresponde à aquisição de equipamentos visando a construção dos 8 cascos FPSO, sendo o principal valor provisionado referente em sua maioria ao fornecedor Cosco Shipyard Group CO LTD e Hamworthy Svanehoj A/S.

## 16 Obrigações fiscais

O saldo está representado por Impostos e Contribuições a Recolher, conforme abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
ISS a recolher	1.229	519	1.377	679
ICMS a recolher	3.190	-	2.725	-
IRPJ a recolher	5.578	55	82.358	168
CSLL a recolher	18.724	-	19.006	77
IRRF de terceiros a recolher	1.484	465	1.834	1.113
INSS retido de terceiros a recolher	3.790	379	3.903	759
CSRF (PIS, COFINS e CSLL) de terceiros	2.015	251	2.052	376
IRRF sobre salários a recolher	10.794	3.816	10.951	3.915
Outras contribuições a recolher	19.045	4.003	22.074	56.426
	<b>65.849</b>	<b>9.488</b>	<b>146.280</b>	<b>63.513</b>

## 17 Outras provisões

O saldo de custos ambientais reflete o termo de compromisso para execução de medida compensatória celebrado entre a ERG1 e a Secretária de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul visando o cumprimento da compensação ambiental decorrente da instalação do Estaleiro Rio Grande.

## 18 Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos e empréstimos possuem vencimentos em meses deversos e se referem a linhas de crédito para investimento, contratos de exportação e capital de giro, sendo garantidos por avais, fianças, alienação fiduciária dos bens ou hipoteca de imóveis. Os encargos máximos representam 109,54% ao ano na controladora e no consolidado, e estão em acordo com as taxas praticadas no mercado financeiro, sendo composto pelo spread bancário mais indexador (TJLP, cesta de moedas, libor).

### TAXAS JUROS CAPTAÇÕES - ECOVIX CONSOLIDADO

TX MÉDIA - CAPTAÇÃO INTERNACIONAL	0,44 % a.m.
TX MÉDIA - CAPTAÇÃO NACIONAL - CURTO PRAZO	0,84 % a.m.
TX MÉDIA - CAPTAÇÃO NACIONAL - LONGO PRAZO	0,68 % a.m.
TAXA MÉDIA – ECOVIX	0,67 % a.m.

A seguir estão as composições dos empréstimos e financiamentos:

Banco	Tipo	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Banco do Brasil	Finimp	23.981	-	23.981	-
Banco do Brasil	Finimp	73.860	-	73.860	-
Banco do Brasil	Finimp	9.357	-	9.357	-
Banco do Brasil	Cap. Giro	25.000	-	25.000	-
Banco do Brasil	FMM - ERG2	-	-	232.961	203.352
Banco do Brasil	Finame -ERG2	-	-	277	332
Banco PINE	CCB	40.064	-	40.064	-
Banrisul	CCB	60.594	-	60.594	-
Banco BES	CCB	40.039	-	40.039	-
Banco BIC	CCB	60.188	-	60.188	-
Bradesco	Leasing	1.364	1.878	1.363	1.878
Bradesco	BNDES PSI	470	596	470	596
Bradesco	NY	202.049	235.148	202.049	235.148
HSBC	Finimp	39.714	-	39.714	-
HSBC	Finimp	9.261	-	9.261	-
HSBC	C.C. Importação	61.387	-	61.387	-
Banco City Bank	Leasing	-	1.821	-	1.821
<b>Total</b>		<b>647.328</b>	<b>239.443</b>	<b>880.565</b>	<b>443.127</b>
<b>Parcela Circulante</b>		<b>478.188</b>	<b>135.414</b>	<b>495.171</b>	<b>153.086</b>
<b>Parcela não Circulante</b>		<b>169.140</b>	<b>104.029</b>	<b>385.384</b>	<b>290.041</b>
		<b>647.328</b>	<b>239.443</b>	<b>880.565</b>	<b>443.127</b>

## 19 Contas a pagar a acionistas

A aquisição das empresas ERG1 e ERG2 pela controlada indireta RG Estaleiros S.A foi parcialmente liquidada no momento da transferência das ações do antigo controlador para a RG Estaleiros S.A., pago em 06 de novembro o valor de R\$5.352.

Em 04 de julho de 2012 a companhia adquiriu 50% das ações da empresa Ecix Processamento de Aços S.A, que eram detidas pela Icepar Holding Participações pelo preço certo e ajustado de R\$7.500. A primeira parcela foi paga no ato da aquisição, sendo o saldo pago em sete parcelas iguais, mensais e consecutivas de R\$937, cada uma, vencendo-se a primeira no dia 05 de agosto de 2012, liquidado em 2013.

## 20 Adiantamento de clientes a faturar

Os adiantamentos de clientes estão representados pelos valores pagos:

- (i) Petrobras Netherdlands B.V.(PNBV) dos projetos FPSOs;
- (ii) Curumim Drilling B.V., Cassino Drilling B.V. e Salinas Drilling B.V. dos projetos DRU;
- (iii) Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, do contrato de Locação da Infraestrutura para conversão e reparos de unidades estacionárias de produção de petróleo e gás, pelo prazo de 12 meses.

Os adiantamentos recebidos são denominados em reais, sendo os valores recebidos em dólar convertidos em reais conforme segue:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2013</b>			
	<b>Receitas Totais Reconhecidas</b>	<b>Adiantamentos Recebidos</b>	<b>Contas a Receber</b>	<b>Adiantamento de Clientes</b>
Projetos				
FPSO (i)	1.711.818	2.412.379	-	700.561
Drill (ii)	98.502	310.277	-	211.775
Aluguel Infraestrutura (iii)	-	99.266	-	99.266
<b>Total</b>	<b>1.810.320</b>	<b>2.821.922</b>	<b>-</b>	<b>1.471.091</b>

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2012</b>			
	<b>Receitas totais Reconhecidas</b>	<b>Adiantamentos Recebidos</b>	<b>Contas a Receber</b>	<b>Adiantamento de Clientes</b>
Projeto				
FPSO (i)	838.436	1.038.860	-	200.424
DRU (ii)	16.893	608.242	-	591.349
Aluguel Infraestrutura (iii)	-	99.266	-	99.266
<b>Total</b>	<b>855.329</b>	<b>1.746.368</b>	<b>-</b>	<b>1.418.600</b>

## **21 Provisão para contingências (consolidado)**

Como parte do processo de aquisição da controlada indireta ERG 1, foi identificado um passivo contingente no valor de R\$ 4.051, relacionado à reclamações cíveis, tributárias e trabalhistas, com perspectiva de perda e conseqüente futuro desembolso de caixa considerados como provável, e que foi registrado nas demonstrações financeiras da controlada ERG 1 em 31 de dezembro de 2010, não tendo sofrido alterações no status de avaliação desde então como segue:

<b>Descrição</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Contingências cíveis	-	62
Contingências tributárias	674	191
Contingências trabalhistas	3.569	3.576
Outros	8.417	4.677
<b>Total</b>	<b>12.660</b>	<b>8.506</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 existiam ainda processos judiciais na aérea civil, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de probabilidade de risco possível no montante de R\$ 50, para os quais nenhuma provisão foi registrada, por não ser requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **22 Patrimônio Líquido**

### **(i) Capital Social**

O capital social, subscrito é de R\$ 20.000 representado por 20.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, dos quais já integralizado o valor total de R\$ 20.000.

### **(ii) Reserva legal**

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social.

### **(iii) Reserva de lucros**

Refere-se a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimento, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da companhia, para ser deliberado na Assembléia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

### **(iv) Dividendos**

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo remanescente, após atendida as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembléia Geral de Acionista, observada a legislação aplicável.

Os acionistas formalizaram, através de AGE, a aprovação da distribuição de dividendos antecipados ocorrida em outubro de 2013, no montante de R\$12.744, sendo: provenientes de antecipação do resultado do exercício de 2013.

## 23 Receita Líquida

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas de serviços - PJ de direito privado (i)	-	-	68.083	87.712
Receitas de serviços com o exterior (ii)	<b>1.810.320</b>	859.156	1.821.201	859.156
Receita bruta	1.810.320	859.156	1.889.284	946.868
Impostos incidentes	(289)	(12)	(816)	(25.404)
<b>Receita líquida</b>	<b>1.810.031</b>	<b>859.144</b>	<b>1.888.468</b>	<b>921.464</b>

- (i) As receitas de serviços, consolidado, decorrem do contrato da subsidiária para a Administração e Manutenção da Infraestrutura destinada à Construção, Montagem e Reparo das Unidades Estacionárias de produção (UEPs) em 29 de agosto de 2006, firmado com a Rio Bravo Investimentos S.A DTVM e arrendamento mercantil operacional (aluguel) pela utilização da infraestrutura para construção, manutenção e reparos de unidades estacionárias de petróleo, registrada como propriedade para investimento na controlada RG Estaleiro ERG1 S.A.
- (ii) As receitas de serviços decorrem da construção de oito FPSOs (sigla em inglês para plataforma flutuante que produz, processa, armazena e escoia petróleo), cujo prazo para conclusão e entrega se dará dentro dos próximos cinco anos, e três unidade de perfuração Offshore do tipo navio-sonda (DRU) DRILL RIG UNITS sigla em inglês para Unidade de Perfuração Offshore do tipo DRILLSHIP. Considerando que tal operação se trata de um contrato de longo prazo, o reconhecimento da receita (e dos custos) é reconhecido pelo método de percentagem completada. Segundo este método, a receita contratual é proporcional aos custos incorridos em cada etapa de medição. Esse método, na opinião da companhia, proporciona informação relevante acerca da extensão da atividade e desempenho durante o exercício. Cada projeto possui um valor de venda pré-acordado e uma margem estimada. Caso existam indicativos de que esta margem não seja confirmada, as receitas e contas a receber são ajustadas imediatamente. A companhia entende que as margens aplicadas refletem a execução do projeto no exercício.

## 24 Custos dos produtos e serviços prestados

O custo dos bens e serviços vendidos contempla de forma geral todos os custos diretamente relacionados com a construção dos FPSOs e DRU e da prestação de serviços a terceiros, e esta representado:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Custos com pessoal	(320.273)	(175.895)	(321.999)	(183.487)
Custos de ocupação	(66.496)	(13.630)	(66.579)	(14.132)
Custos de utilidade e serviços	(3.193)	(396)	(3.198)	(496)
Custos com materiais	(910.926)	(352.226)	(910.926)	(352.945)
Custos gerais	(25.040)	(11.782)	(25.446)	(32.276)
Custos com Serviços Contratados	(179.182)	(155.317)	(190.944)	(155.317)
Outros	(28.889)	(1.956)	(27.226)	(1.956)
<b>Custos dos bens e serviços vendidos</b>	<b>(1.533.999)</b>	<b>(711.202)</b>	<b>(1.546.318)</b>	<b>(740.609)</b>

## 25 Despesas administrativas

Devido ao crescimento das atividades da Companhia em 2013 houve aumento na contratação de funcionários, bem como necessidade de contratação de empresas de consultoria, engenharia, advocacia e aquisição de material administrativo, sendo representado:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas com pessoal	(19.419)	(20.590)	(20.885)	(22.611)
Despesas de ocupação e utilidades e serviços	(5.777)	(6.300)	(8.041)	(6.300)
Serviços prestados por terceiros	(13.052)	(12.198)	(15.822)	(16.255)
Despesas com Viagens e Estadas	(3.385)	-	(3.524)	-
Despesas com Refeições	(4.836)	-	(4.874)	-
Outras Despesas Gerais	(2.784)	(3.483)	(8.755)	(7.306)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(49.251)</b>	<b>(42.571)</b>	<b>(61.901)</b>	<b>(52.472)</b>

## 26 Outras receitas (despesas) operacionais

As movimentações de outras receitas operacionais ocorreram principalmente na subsidiária indireta RG Estaleiro ERG1 e na Companhia, e está composto como segue:

	<b>2.013</b>	<b>2.012</b>	<b>2.013</b>	<b>2.012</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Outras receitas	-	59	3.160	104
Recuperação do valor transf. pelo fdo. Investimento	-		-	2.627
Ganho de equivalência na incorporada Ecix	-	1.494	-	1.494
Reversão de saldo de <i>impairment</i>	-	-	-	45.552
Recuperação de despesas (i)	9.660	7.498	-	7.799
Receita de locação	-	-	3.160	-
	<b>9.660</b>	<b>9.051</b>	<b>3.160</b>	<b>57.576</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Custo de propriedade ref. a transf.do valor fdo. RB(*)	-	-	-	(2.627)
COFINS sobre outras receitas	-	-	-	(115)
PIS sobre outras receitas	(67)	-	(67)	(25)
Provisão para perdas em investimentos	(1.557)	(238)	-	(238)
Outras despesas	(6.529)	-	(2.036)	-
	<b>(8.153)</b>	<b>(238)</b>	<b>(2.103)</b>	<b>(3.005)</b>
<b>Outras despesas e receitas operacionais</b>	<b>1.507</b>	<b>8.813</b>	<b>1.057</b>	<b>54.571</b>

- (i) Estas receitas decorrem de contrato de compartilhamento de despesas de infra-estrutura, de recursos humanos e dos respectivos custos que existiu com antiga controladora da companhia e valores recuperados de PIS e COFINS sobre aquisição de matérias primas que está sendo recuperado extemporaneamente.

## 27 Receitas financeiras

As receitas financeiras decorrem de operações e transações financeiras, sendo calculadas de acordo com a taxa efetiva de juros.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Juros Recebidos	43.434	26	62.331	223
Juros Recebidos ou aferidos sobre mútuos (i)	1.730	12.055	1.730	12.055

Rendimentos de Aplicações Financeiras (ii)	1.438	6.534	4.700	11.853
Variações monetárias e cambiais ativas (iii)	178.433	82.843	180.457	87.928
Outras	896	263	1.246	282
	<b>225.931</b>	<b>101.721</b>	<b>250.464</b>	<b>112.341</b>

- (i) Os juros recebidos referem-se á atualização dos mútuos ativos.
- (ii) Apesar do crescimento dos investimentos em aplicações financeiras no exercício de 2013 e da alta da taxa de juros Selic, ocorreram decréscimos no prazo médio aplicado, acarretando em redução nos rendimentos financeiros da Companhia.Referem-se a valores adiantados a fornecedores no exterior e seu reflexo na desvalorização cambial ocorrida no exercício de 2013.

## 28 Despesas financeiras

As despesas financeiras estão representadas pelos gastos com fiança bancária, juros de mora e outras despesas financeiras incidentes sobre operações e transações financeiras, sendo calculadas de acordo com a taxa efetiva de juros.

Compreendem também as despesas de CDI apropriadas sobre o montante de participação societária a pagar (ver Nota Explicativa nº 18).

A composição do saldo está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Juros Pagos ou incorridos (i)	(18.930)	(14.610)	(18.949)	(15.089)
Juros Pagos ou incorridos sobre mútuos	(1.877)	-	(23.146)	(1.215)
Fianças e Seguros Garantia	(16.889)	(19.293)	(17.513)	(19.394)
IOF	(2.143)	(1.712)	(7.471)	(3.076)
Variação Cambial Passiva (ii)	(158.078)	(70.372)	(158.630)	(72.548)
Outras despesas financeiras	(14.660)	(1.641)	(20.899)	(2.333)
	<b>(212.577)</b>	<b>(107.628)</b>	<b>(246.608)</b>	<b>(113.655)</b>

- (i) Os juros pagos referem-se a atualização dos encargos sobre empréstimo obtido.
- (ii) Referem-se a valores adiantados pelos clientes no exterior e seu reflexo na valorização cambial ocorrida no exercício de 2013, gerando saldos de variação cambial passiva.

## 29 Imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro contábil antes imposto de renda e da contribuição social	254.783	150.269	285.162	181.640
Compensação Prejuízo Fiscal		-		(1.167)
<b>Base de cálculo</b>	<b>254.783</b>	<b>150.269</b>	<b>285.162</b>	<b>180.473</b>
<b>Alíquota nominal</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>
	86.626	51.091	96.955	61.361
Efeito das adições ou (exclusões) ao lucro contábil:	12.911	(15.485)	2.580	(24.852)
	<b>73.715</b>	<b>35.606</b>	<b>94.375</b>	<b>36.509</b>
Alíquota efetiva	28,93%	23,70%	33%	20,10%

## 30 Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base de cálculo dos tributos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja algum fatores relevantes que venham modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social da companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social	-	-	42.388	35.764
Despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável	10.741	294	10.741	4.454
	10.741	294	53.129	40.218
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos</b>	<b>3.652</b>	<b>100</b>	<b>18.064</b>	<b>13.675</b>
No início do período	100	-	13.675	10.317
Com contrapartida no resultado	3.552	100	4.389	3.357
No final do exercício	3.652	100	18.064	13.675

Os créditos tributários decorrentes da existência de saldos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de contribuição social na data das demonstrações financeiras foram reconhecidos como ativo da Companhia.

Com base nas projeções de lucro tributável para os próximos anos, a Companhia espera realizar os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social nos próximos cinco anos.

### 31 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, conforme o quadro abaixo:

	<b>Controladora</b>					
	<b>31/12/2013</b>			<b>31/12/2012</b>		
	<b>Valor justo através do</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Total</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Total</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>						
<b>Ativos</b>						
<b>Aplicações financeiras</b>	64.172		64.172	248.374		248.374
<b>Contas a receber de clientes</b>		6.418	6.418		25.979	25.979
<b>Empréstimos com Partes</b>		450.675	450.675		204.153	204.153
<b>Passivos</b>						
<b>Empréstimos com Partes relacionadas</b>	-	47.701	47.701	-	2.844	2.844
<b>Fornecedores</b>		169.405	169.405		193.193	193.193
<b>Empréstimo e financiamentos</b>		647.328	647.328		239.443	239.443

	<b>Consolidado</b>					
	<b>31/12/2013</b>			<b>31/12/2012</b>		
<b>Instrumentos financeiros</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Total</b>	<b>Valor justo através</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos</b>						
<b>Aplicações financeiras</b>	106.065	-	106.065	272.064		272.064
<b>Contas a receber de clientes</b>		8.798	8.798		30.740	30.740
<b>Bancos conta vinculada</b>		25.798	-	22.062		22.062
<b>Empréstimos com Partes</b>			-		159.265	159.265
<b>Passivos</b>						
<b>Empréstimos com Partes</b>		47.701	47.701		2.844	2.844
<b>Fornecedores</b>		185.806	185.806	-	226.025	226.025
<b>Empréstimos e financiamentos</b>		880.565	880.565		443.127	443.127
<b>Participações societárias a pagar</b>		-			26.129	26.129

**Controladora**

	<b>31/12/2013</b>			<b>31/12/2012</b>		
	<b>Preços observáveis em mercado ativo (Nível I)</b>	<b>Precificação com preços observáveis (Nível II)</b>	<b>Precificação sem preços observáveis (Nível III)</b>	<b>Preços observáveis em mercado ativo (Nível I)</b>	<b>Precificação com preços observáveis (Nível II)</b>	<b>Precificação sem preços observáveis (Nível III)</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>						
Aplicações financeiras	-	64.172	-	-	248.374	-

**Consolidado**

	<b>31/12/2013</b>			<b>31/12/2012</b>		
	<b>Preços observáveis em mercado ativo (Nível I)</b>	<b>Precificação com preços observáveis (Nível II)</b>	<b>Precificação sem preços observáveis (Nível III)</b>	<b>Preços observáveis em mercado ativo (Nível I)</b>	<b>Precificação com preços observáveis (Nível II)</b>	<b>Precificação sem preços observáveis (Nível III)</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>						
Aplicações financeiras	-	106.065	-	-	272.064	-
Bancos conta vinculada	-	-	-	-	22.062	-

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia e de suas controladas, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia e de suas controladas. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### **Estrutura do gerenciamento de risco**

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e por suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas.

### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e de suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

O risco de crédito da companhia é mitigado pelo contrato de fornecimentos das FPSO, que preveem a entrega do bem no estado de construção encontrado. Sendo os avanços de construção suportados por medição para recebimento dos custos incorridos nos mesmos.

#### *Contas a receber de clientes*

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais dos clientes.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foi necessária a provisão para redução ao valor recuperável.

#### *Investimentos*

A Companhia e suas controladas limitam sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas em instituições financeiras de grande porte. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia e suas controladas tenham investido apenas em títulos com classificações altas de crédito, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O principal passivo da Companhia refere-se a parcelas restantes de pagamento das aquisições efetuadas (participações societárias a pagar), vencíveis no curto prazo, e cujas liquidações são precedidas de aportes de recursos da controladora da Companhia, FIP RG Estaleiros (“FIP RG”).

À exceção das parcelas de preço de aquisição, cujos montantes requerem aportes adicionais do Fundo controlador da Companhia, todas as demais obrigações contraídas contam com caixa ou capacidade de geração de caixa suficiente para sua liquidação.

<b>Consolidado</b>				
<b>2013</b>				
	<b>Valor</b>	<b>2 meses ou menos</b>	<b>2 - 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>
Fornecedores	185.806	185.806		
<b>Controladora</b>				
<b>2013</b>				
	<b>Valor</b>	<b>2 meses ou menos</b>	<b>2 - 12 Meses</b>	<b>1 - 2 Anos</b>
Fornecedores	169.405	169.405	-	-

A Companhia conta ainda com o suporte financeiro da sua matriz, caso tenha alguma dificuldade em cumprir com suas obrigações financeiras de curto prazo, conforme demonstrado na Nota Explicativa 7.

### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado.

### *Risco de moeda*

Na data do encerramento do exercício a Companhia detinha posições passivas em moeda estrangeira, notadamente ao dólar norte-americano, decorrente do recebimento de adiantamento por parte da Petrobrás Netherlands BV. Os recursos recebidos em dólar foram parcialmente aplicados também em dólar, através de adiantamentos a fornecedores ou através da manutenção de aplicações financeiras denominadas em dólar, porém parte desses recursos foi aplicada em reais. A exposição às variações das taxas de câmbio, no entanto, serão futuramente eliminadas quando os faturamentos decorrentes da construção dos cascos das plataformas de petróleo para a Petrobras ocorrerem, gerando um contas a receber em dólar por valores previamente acordados com a Petrobras. A Companhia entende que a existência do contrato firme de fornecimento desses cascos à Petrobras, por valor previamente fixado em dólar, constitui um instrumento natural para à exposição de moeda atual, de modo que o risco apresentado atualmente é apenas temporal e de ordem contábil e não tem capacidade de originar perdas com impactos negativos em seu fluxo de caixa.

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável.

### *Risco de taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia ou suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

### **Riscos operacionais**

A abordagem de gestão de riscos adotada pela Companhia e suas controladas é realizada por um grupo especificamente dedicado, e baseia-se em um processo permanente e retroalimentado de planejamento para a gestão de riscos; identificação dos riscos; planejamento de respostas a riscos; e monitoramento e controle das respostas a riscos. Todo esse processo é efetuado por uma empresa terceira pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia.

O processo de planejamento para a gestão de riscos consiste em decidir a forma de abordagem, estabelecer padrões, definir as ferramentas adequadas e executar as atividades associadas à gestão de riscos do empreendimento.

O processo de identificação dos riscos é permanente, e começou no início do empreendimento. As ferramentas e técnicas utilizadas no processo de incluem reuniões, entrevistas, observação, *workshops*, *brainstorming*, entre outros.

O processo de planejamento de respostas a risco constitui na definição das estratégias mais adequadas para enfrentar e mitigar os riscos de acordo com sua natureza e classificação de prioridade.

O monitoramento e controle de riscos é uma atividade contínua que tem como objetivos principais: a reavaliação dos riscos identificados, monitoramento da efetividade das respostas aplicadas, identificação de novos riscos, execução de auditorias de risco entre outras.

### **Riscos sócio-ambientais**

Os riscos sócio-ambientais decorrem da associação entre os riscos naturais e os riscos resultantes de aspectos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação da infraestrutura da Companhia. Dada a natureza e porte das construções aí desenvolvidas, as exposições a substâncias químicas e processos mecânicos podem causar danos ao meio ambiente e aos indivíduos, dependendo de sua concentração, intensidade, suscetibilidade e tempo de exposição. Estes riscos são permanentemente tratados através de sistemática de gestão baseada nas Normas ISO 14.001 e OHSAS 18.001 de análise de aspectos e impactos; e perigosos e riscos a que a Companhia está sujeita no dia a dia, na preparação das respostas e no monitoramento e medição das características principais de suas operações que possam ter impacto significativo. O processo se completa pela análise pela alta administração do sistema de gestão que é realizada em periodicidade planejada.

### **Riscos de engenharia**

Com o início da utilização da infraestrutura construída, as controladas da Companhia estão sujeita a obras de finalização ou de retificação nas áreas e equipamentos que compõem seu imobilizado.

### **Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são equivalentes aos seus valores contábeis.

#### ***Derivativos – contratos de SWAP***

A controladora Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S.A. possui instrumentos em aberto, que se referem a contratos de *swap* atrelados à empréstimos em moeda estrangeira que substituem o risco cambial pela taxa CDI.

Em 31 de dezembro de 2013, a controladora Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S.A. possuía um contrato de *swap* atrelados à empréstimos em dólar totalizando U\$\$ 10.872, como segue:

<u>Vencimento</u>	<u>Contraparte</u>	<u>Valor nacional US\$</u>	<u>Valor justo ativo</u>	<u>Valor justo Passivo</u>	<u>Ajuste a receber/ (a pagar)</u>
06/02/2014	HSBC	10.872	26.031	24.222	1.809
		<b>10.872</b>	<b>26.031</b>	<b>24.222</b>	<b>1.809</b>

## **32 Cobertura de seguros**

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2013 as coberturas de seguros contra riscos operacionais e lucros cessantes somam R\$ 2.168, risco civil R\$ 3.233 e danos materiais R\$ 6.235.

## Engevix Sistemas de Defesa Ltda.

### Balanco patrimonial em 31 de dezembro

Ativo	<u>dez 2016</u>	<u>dez 2015</u>	Passivo	<u>dez 2016</u>	<u>dez 2015</u>
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	3	28.380	Fornecedores	1.932	5.043
Adiantamento a fornecedores	1.171	4.327	Adiantamento de clientes		1
Impostos a recuperar	102	70	Obrigações sociais e trabalhistas	1.611	2.245
Dividendos pagos antecipadamente	43.174	45.070	Obrigações fiscais	1.862	1.827
Outros créditos	1	18			
<b>Total circulante</b>	<b><u>44.450</u></b>	<b><u>77.865</u></b>	<b>Total circulante</b>	<b><u>5.405</u></b>	<b><u>9.117</u></b>
<b>Não Circulante</b>			<b>Não Circulante</b>		
Contratos de mutuo	2.316		Contratos de mutuo	42.524	68.388
Imobilizado		34			
Intangível		25			
<b>Total não circulante</b>	<b><u>2.316</u></b>	<b><u>59</u></b>	<b>Total não circulante</b>	<b><u>42.524</u></b>	<b><u>68.388</u></b>
			<b>Patrimônio líquido</b>		
			Capital social	10	10
			Reserva Legal	2	2
			Reserva de lucros	(1.175)	407
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b><u>(1.163)</u></b>	<b><u>419</u></b>
<b>Total do ativo</b>	<b><u>46.767</u></b>	<b><u>77.923</u></b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b><u>46.767</u></b>	<b><u>77.923</u></b>

Maria Aparecida de Oliveira Coelho  
CRC.: 1SP203204/O-3

Andre Luis Morais  
CRC.: 1SP198135/O-7

Marcelo Milk da Silva  
CRC.: RS75992

## Engevix Sistemas de Defesa Ltda.

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

	<u>dez 2016</u>	<u>dez 2015</u>
<b>Despesas operacionais</b>		
Despesas administrativas e gerais	(646)	(1.768)
Amortização/Depreciação	(10)	(8)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2)	(3)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<u>(657)</u>	<u>(1.778)</u>
Receitas financeiras	(783)	6.975
Despesas financeiras	(141)	(129)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<u>(1.581)</u>	<u>5.068</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	(1.723)
<b>Lucro/ Prejuízo líquido do exercício</b>	<u><u>(1.581)</u></u>	<u><u>3.345</u></u>

Maria Aparecida de Oliveira Coelho  
CRC.: 1SP203204/O-3

Andre Luis Morais  
CRC.: 1SP198135/O-7

Marcelo Milk da Silva  
CRC.: RS75992

## Engevix Sistemas de Defesa Ltda.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de Lucros	Lucro acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>26.195</b>	<b>-</b>	<b>26.206</b>
Ajuste exercicios anteriores	-	-	(29.132)	-	(29.132)
Lucro líquido do exercicio	-	-	-	3.345	3.345
Destinação do resultado:					
Reserva de retenção de lucros	-	-	3.345	(3.345)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>407</b>	<b>-</b>	<b>419</b>
Lucro líquido do exercicio	-	-	-	(1.581)	(1.581)
Destinação do resultado:					
Reserva de retenção de lucros	-	-	(1.581)	1.581	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>(1.175)</b>	<b>-</b>	<b>(1.163)</b>

Maria Aparecida de Oliveira Coelho  
CRC.: 1SP203204/O-3

Andre Luis Morais  
CRC.: 1SP198135/O-7

Marcelo Milk da Silva  
CRC.: RS75992

**Ecovix - Engevix Construções  
Oceânicas S.A.**

**Demonstrações contábeis individuais e  
consolidadas acompanhadas do Relatório dos  
Auditores Independentes**

**Em 31 de dezembro de 2015**

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015	16

# Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes  
Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105  
12º andar  
Edifício Berrini One | Vila Olímpia  
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.  
Barueri – SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

**Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Limitação quanto à formalização jurídica da transferência do Contrato CGA-CNALO-001-13 (celebrado pela Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. com a República Bolivariana da Venezuela) para a Engevix Sistemas de Defesa Ltda. e discussão entre as partes sobre a continuidade do Contrato Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 9, em 4 de julho de 2013 a Companhia celebrou contrato com a República Bolivariana da Venezuela (“Governo Venezuelano”) com o objetivo de prestação de serviços de reparos e manutenção de uma fragata de guerra WARAO-PC 22 no Estaleiro (“Contrato WARAO”) até sua restauração às condições originais de fabricação e com base nas especificações técnicas (celebrado de acordo com as leis venezuelanas).

Em 20 de agosto de 2013, a Companhia e a Engevix Sistemas de Defesa Ltda. (“Engevix Defesa”) celebraram contrato de apoio à gestão do Contrato WARAO, que estabelecia que a Companhia permaneceria exclusiva possuidora dos direitos e obrigações do contrato e única empresa autorizada a responder ao governo Venezuelano. Em 9 de setembro de 2013, a Companhia e a Engevix Defesa assinaram Instrumento particular de cessão e transferência de direitos e obrigações relativas Contrato WARAO, por meio do qual a Companhia cedeu e transferiu à Engevix Defesa todos os direitos e obrigações decorrentes do citado contrato, compreendendo também todos os documentos, projetos, informações e dados relativos ao contrato, onde as partes se comprometeram a assinar todos os documentos complementares e tomar todas as medidas necessárias para a plena e integral efetivação dos direitos e obrigações objeto do referido instrumento. Desta forma, a Administração da Companhia, para fins de elaboração das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, considerou a cessão do Contrato WARAO para a Engevix Defesa (como consequência, as operações referentes ao Contrato WARAO não foram reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo que o saldo recebido pela Companhia junto ao Governo Venezuelano até 31 de dezembro de 2015, no montante de US\$75.960 mil (US\$60.960 mil em 31 de dezembro de 2014), foi parcialmente aplicado na execução do contrato e o restante repassado à partes relacionadas. É nosso entendimento que, enquanto a cessão e transferência do Contrato WARAO não for formalmente aprovada pelo Governo Venezuelano, a Companhia é, para todos os efeitos e fins, titular de todos os direitos e obrigações decorrentes do Contrato WARAO, possuindo irrestrita responsabilidade com relação ao citado contrato celebrado junto ao Governo Venezuelano. Como consequência, não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, concluir quanto aos potenciais efeitos, se houver, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia caso esta tivesse registrado as operações referentes ao Contrato WARAO (o que não foi realizado em virtude do Instrumento particular de cessão e transferência de direitos e obrigações celebrado junto à Engevix Defesa).

Atualmente a Companhia encontra-se em discussões extrajudiciais junto ao Governo Venezuelano, com o objetivo de suspender a execução ou encerrar unilateralmente (de forma antecipada) o Contrato WARAO, em virtude de atraso no pagamento, por mais de 60 dias, além de falta de acordo entre as partes com relação ao tempo e custos para a execução das atividades requeridas. Em virtude do Contrato WARAO não prever a possibilidade de a Companhia suspender suas obrigações em virtude de falta de pagamento e/ou por falta de acordo quanto ao tempo e custos para execução das atividades sem intervenção judicial (além de a Companhia ser responsável por todos os custos de seguro (sem apólice vigente desde 31 de março de 2016), combustível, agenciamento e outros necessários para realizar o transporte da fragata da base do Rio de Janeiro até a Base Naval “CA. Agustin Armario” em Puerto Cabello (República Bolivariana de Venezuela)), não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, concluir quanto aos potenciais efeitos, se houver, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia com relação à eventuais indenizações a serem devidas ao Governo Venezuelano em virtude das discussões extrajudiciais em curso (bem como eventuais discussões judiciais a serem potencialmente realizadas naquele país).

Contrato de prestação de serviço celebrado junto à S.L. Fayad Engenharia Ltda. Em 31 de julho de 2013, a Companhia celebrou contrato de prestação de serviço junto à S.L. Fayad Engenharia Ltda., no montante de R\$4.500 mil, do qual identificamos pagamentos realizados no valor de R\$704 mil durante o exercício de 2014 (contrato encerrado em 15 de dezembro de 2014). Entretanto, não obtivemos, junto à Administração da Companhia, evidência quanto aos serviços prestados pela S.L. Fayad Engenharia Ltda. Como consequência, não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, concluir quanto aos potenciais efeitos, se houver, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2015.

#### **Aditivo ao Acordo de Serviços Técnicos celebrado entre Mitsubishi Heavy Industries, LTD. e a Companhia**

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 32, em 23 de setembro de 2013 a Mitsubishi Heavy Industries, LTD. (“MHI”) e a Companhia celebraram Acordo de Serviços Técnicos (“Acordo”) para o fornecimento, pela MHI, de serviços de consultoria técnica à Companhia. Em 18 de janeiro de 2016, as partes acordaram quanto ao saldo devedor pela Companhia à MHI (por conta de serviços prestados até 18 de dezembro de 2015), a ser pago em 48 parcelas a partir de janeiro de 2016, cujo montante não foi divulgado pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (o que representa um desvio das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)). Como consequência, não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, concluir quanto aos efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas naquela data.

#### Limitação quanto à eventual necessidade de consideração da construção de navios sondas como operação descontinuada

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 8, em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui registrado contas a receber junto à determinadas empresas controladas pela Sete Brasil Participações S.A. referentes à construção de navios sondas (drillships), no montante de R\$283.634 mil (R\$180.294 mil em 2014), para os quais foram registradas provisões para créditos de liquidação duvidosa de forma integral em 2015 e 2014 pois, a partir de outubro de 2014, as citadas empresas controladas paralisaram os pagamentos à Companhia, com efeito imediato na produção das sondas, tendo sido celebrado um acordo de “*stand still*” (suspensão temporária) das operações por período de três meses no início de 2015. Como consequência, tendo em vista o atual estágio que se encontram as discussões sobre a perspectiva de realização financeira do contas a receber, não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre se haveria (ou não) necessidade de classificação da operação de construção de navios sondas como operação descontinuada (conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)), bem como quanto aos potenciais efeitos, se houver, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015 com relação ao citado assunto.

#### Ajustes de exercícios anteriores referentes regularização de saldos de adiantamentos à fornecedores

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Administração da Companhia procedeu ao reconhecimento de ajustes de regularização de adiantamentos de materiais cujos saldos haviam sido alocados à projetos, não baixados em virtude de ausência de reconciliação com saldos de fornecedores a pagar. Como consequência, não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, concluir quanto aos potenciais efeitos, se houver, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas naquela data referentes às contas de receita de vendas, custo dos produtos vendidos e serviços prestados/outras receitas e despesas operacionais e/ou ativo imobilizado.

#### Compensações de imposto de renda e contribuição social sem respectiva formalização fiscal

A Companhia, no exercício de 2013, e a controlada RG Estaleiros S.A., no exercício de 2014, procederam apuração de créditos de imposto de renda e contribuição social compensados nos respectivos exercícios seguintes sem as devidas formalizações das obrigações acessórias fiscais. Como consequência, não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, concluir quanto aos potenciais efeitos, se houver, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas naquelas datas em decorrência da ausência de formalização das citadas obrigações fiscais acessórias.

#### Obrigações de imposto de renda e contribuição social registrados a menor

A Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, não procederam ao registro de obrigações de imposto de renda e contribuição social (e impostos diferidos) de acordo com as respectivas apurações fiscais. Como consequência, o prejuízo da controladora referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está registrado a menor em R\$2.024 mil e registrado a maior em R\$1.435 mil em 31 de dezembro de 2014 (patrimônio líquido registrado a maior em R\$589 mil em 31 de dezembro de 2015 e registrado a menor em R\$1.435 mil em 31 de dezembro de 2014). O prejuízo consolidado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está registrado a menor em R\$4.303 mil e registrado a menor em R\$7.965 mil em 31 de dezembro de 2014 (patrimônio líquido registrado a maior em R\$37.400 mil em 31 de dezembro de 2015 e registrado a maior em R\$33.097 mil em 31 de dezembro de 2014).

#### Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos descritos no primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto parágrafos da seção “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, e exceto quanto aos efeitos do assunto descrito no sétimo parágrafo daquela seção, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos descritos no primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto parágrafos da seção “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfases

##### Continuidade operacional

A continuidade dos negócios da Companhia, cujas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015 apresentam passivo circulante em excesso ao ativo circulante, prejuízos acumulados e patrimônio líquido negativo (sem considerar os efeitos dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”), dependerá do sucesso do planejamento estratégico de reestruturação financeira e operacional em desenvolvimento pela Administração para o restabelecimento de seu equilíbrio econômico e financeiro, incluindo a necessária geração de caixa (conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1). Essas condições (além do fato de a Companhia possuir contratos de empréstimos vencidos em período subsequente às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e não renegociados, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 17), indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2015, que assumem a realização do citado planejamento estratégico e a manutenção dos contratos celebrados junto à seus principais clientes - Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e determinadas empresas controladas pela Sete Brasil Participações S.A. (dos quais possui dependência econômica para a realização de operações comerciais em virtude de concentração de receitas), não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar em operação, tendo sido classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

#### Efeitos da Operação Lava Jato nas operações da Companhia

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, uma das empresas do grupo econômico ao qual a Companhia pertence (Engevix Engenharia S.A.) vem sendo investigada pelo Ministério Público Federal em conexão com a Operação Lava Jato. Apesar da Administração da Companhia informar que esta não foi citada nem denunciada com relação à investigação (bem como nenhuma de suas controladas diretas e indiretas), possíveis perdas ou intervalo possível de perdas para a Companhia (bem como resultados de eventuais investigações futuras e respectivas implicações) não podem ser estimados em função do estágio preliminar em que se encontram as investigações (além disso, determinados depoimentos tomados e investigações realizadas não foram tornados públicos). Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

#### Efeitos da Operação Greenfiled nas operações da Companhia

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, em 20 de setembro de 2016, a Companhia assinou um Termo de Ciência e Compromisso junto ao Ministério Público Federal e Departamento de Polícia Federal, requerendo a suspensão, até o dia 18 de novembro de 2016, dos efeitos das decisões proferidas no bojo das medidas cautelares dos processos no. 37357-72.2016.4.01.3400 e 37374-11.2016.4.01.3400 (sequestro/bloqueio/indisponibilidade/ de bens e medidas diversas da prisão) impostos em desfavor da Companhia, com a finalidade de garantir valores aportados pelo FUNCEF (FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS) no FIP RG Estaleiros que se encontram sob investigação (para os quais a Companhia ofereceu bens em garantia, além de outras ações discutidas na Nota Explicativa nº 1. Dessa forma, possíveis perdas ou intervalo possível de perdas para a Companhia (bem como resultados de eventuais investigações futuras e respectivas implicações) não podem ser estimados em função do estágio preliminar em que se encontram as investigações (além disso, determinados depoimentos tomados e investigações realizadas não foram tornados públicos). Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

#### Outros assuntos

##### Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4, em 2015 foram identificados ajustes contábeis de competência de exercícios anteriores. Desta forma, os valores correspondentes relativos às informações contábeis individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto pelo IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors e IAS 1 – Presentation of Financial Statements (conforme requerido pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB) e CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro e CPC 26(R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil). Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 4, efetuados para alterar as informações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. Concluímos que tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados (exceto quanto aos potenciais efeitos dos assuntos discutidos na seção “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”). Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (01/01/2014) e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as citadas demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nossas opiniões sobre as respectivas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não contêm modificações relacionadas a esse assunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2014 foram por nós examinadas, cujo relatório, datado de 22 de junho de 2015 (sem os efeitos dos assuntos mencionados na seção “Outros assuntos - Reapresentação dos valores correspondentes), continha ressalvas referentes à limitação de escopo quanto à eventual necessidade de constituição de provisão para perdas sobre créditos em aberto com dúvidas sobre perspectiva de realização financeira, reconhecimento de contas a receber (e receita de vendas) sem aprovação das respectivas medições pelo cliente e ausência de reconhecimento de perda esperada em contratos de construção, cujos efeitos foram reconhecidos pela Companhia na reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (conforme mencionado na seção “Outros assuntos - Reapresentação dos valores correspondentes”).

O exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, cujo relatório, datado de 30 de julho de 2014 (sem os efeitos da reapresentação discutida na Nota Explicativa nº 4) não continha ressalvas.

São Paulo, 7 de dezembro de 2016.



Octavio Zampirolo Neto  
CT CRC 1SP-289.095/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

## Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

#### ATIVO

Notas	Controladora			Consolidado			
	2015	2014	01/01/2014	2015	2014	01/01/2014	
	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	
<b>Ativo circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	6	128.695	31.620	79.364	136.023	47.137	123.277
Caixa restrito	7	37.850	133.314	-	37.850	133.314	-
Contas a receber	8	27.893	5.316	6.418	24.037	4.267	8.798
Empréstimos com partes relacionadas	9	318.469	271.483	450.675	-	-	-
Estoques	-	-	-	2.102	-	-	2.102
Adiantamentos à fornecedores	-	-	-	413.504	-	-	508.013
Tributos a compensar	-	613	23.995	77.011	5.537	27.157	94.781
Outros ativos	-	1.248	7.634	3.939	1.926	7.657	5.216
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>514.768</b>	<b>473.362</b>	<b>1.033.013</b>	<b>205.373</b>	<b>219.532</b>	<b>742.187</b>
<b>Ativo não circulante</b>							
Bancos conta vinculada	10	-	-	-	21.716	33.165	23.587
Aplicações financeiras	-	2.544	2.514	2.211	2.544	2.514	2.211
Contas a receber	-	-	-	-	4.051	4.246	4.051
Empréstimos com partes relacionadas	9	104.813	43.879	-	104.813	43.879	-
Ativo fiscal diferido	-	-	-	387	14.143	20.527	14.799
Depósitos judiciais	-	643	614	-	4.838	4.771	4.262
		<b>108.000</b>	<b>47.007</b>	<b>2.598</b>	<b>152.105</b>	<b>109.102</b>	<b>48.910</b>
Investimentos	11	399.520	484.270	534.669	-	-	-
Propriedades para investimento	12	-	-	-	1.554.316	1.585.510	1.042.936
Imobilizado	13	321.631	386.897	353.903	656.534	730.396	1.104.230
Intangível	14	1.998	3.063	7.996	2.007	66.681	67.767
		<b>723.149</b>	<b>874.230</b>	<b>896.568</b>	<b>2.212.857</b>	<b>2.382.587</b>	<b>2.214.933</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>831.149</b>	<b>921.237</b>	<b>899.166</b>	<b>2.364.962</b>	<b>2.491.689</b>	<b>2.263.843</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.345.917</b>	<b>1.394.599</b>	<b>1.932.179</b>	<b>2.570.335</b>	<b>2.711.221</b>	<b>3.006.030</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013**

(Em milhares de Reais)

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Notas	Controladora			Consolidado			
	2015	2014	01/01/2014	2015	2014	01/01/2014	
	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	
<b>Passivo circulante</b>							
Fornecedores	15	1.623.034	1.173.996	169.405	1.591.997	1.217.726	254.173
Obrigações sociais e trabalhistas	-	44.038	47.234	48.656	44.244	47.286	48.821
Obrigações fiscais	16	222.313	108.682	65.849	373.926	218.803	146.280
Empréstimos e financiamentos	17	1.001.603	756.222	478.188	1.019.339	774.602	495.171
Dividendos a pagar	-	-	-	33.411	-	-	33.411
Outros passivos	-	2	34	2.140	237	483	2.914
Receita diferida	5.i	22.733	22.733	-	90.805	90.805	68.072
Outras provisões	-	30.227	9.176	-	30.227	9.176	8.417
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.943.950</b>	<b>2.118.077</b>	<b>797.649</b>	<b>3.150.775</b>	<b>2.358.881</b>	<b>1.057.259</b>
<b>Passivo não circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	17	1.413	61.109	169.140	607.170	619.755	385.394
Receita diferida	5.i	181.954	204.687	-	437.225	528.031	391.417
Adiantamentos de clientes	18	191.814	408.718	1.551.256	191.814	408.718	1.551.256
Obrigações fiscais	16	16.343	-	-	17.037	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	9	130.267	87.560	-	130.267	87.560	-
Provisão para demandas judiciais	19	48.766	666	8.567	63.086	13.892	12.660
Outras contas a pagar à acionistas	-	3.824	3.652	-	11.108	21.947	24.254
Imposto de renda diferido passivo	-	-	3.635	-	-	3.635	-
Provisão para contratos onerosos	-	-	9.244	464.257	-	9.244	464.257
Provisão para atraso na entrega de plataformas	20	1.076.432	427.887	134.486	1.076.432	427.887	134.486
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.650.813</b>	<b>1.207.158</b>	<b>2.327.706</b>	<b>2.534.139</b>	<b>2.120.669</b>	<b>2.963.724</b>
Capital social	21	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000
Reserva legal	21	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000
Reserva de transação de capital	21	26.506	26.506	26.506	26.506	26.506	26.506
Prejuízos acumulados	-	(3.299.352)	(1.981.142)	(1.243.682)	(3.299.352)	(1.981.142)	(1.243.682)
		<b>(3.248.846)</b>	<b>(1.930.636)</b>	<b>(1.193.176)</b>	<b>(3.248.846)</b>	<b>(1.930.636)</b>	<b>(1.193.176)</b>
Participações de acionistas não controladores	-	-	-	-	134.267	162.307	178.223
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(3.248.846)</b>	<b>(1.930.636)</b>	<b>(1.193.176)</b>	<b>(3.114.579)</b>	<b>(1.768.329)</b>	<b>(1.014.953)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.345.917</b>	<b>1.394.599</b>	<b>1.932.179</b>	<b>2.570.335</b>	<b>2.711.221</b>	<b>3.006.030</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.

### Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado
Receita líquida operacional	22	1.448.807	3.367.190	1.632.353	3.435.263
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	23	(1.575.220)	(3.238.657)	(1.622.687)	(3.211.850)
<b>Lucro bruto (prejuízo bruto)</b>		<b>(126.413)</b>	<b>128.533</b>	<b>9.666</b>	<b>223.413</b>
Despesas administrativas	24	(186.784)	(42.888)	(330.079)	(61.275)
Outras receitas e despesas operacionais	25	(616.615)	(612.565)	(579.771)	(661.712)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(84.209)	(49.668)	-	-
<b>Prejuízo operacional</b>		<b>(1.014.021)</b>	<b>(576.588)</b>	<b>(900.184)</b>	<b>(499.574)</b>
Receitas financeiras	26	1.116.381	478.438	1.128.945	457.197
Despesas financeiras	27	(1.292.559)	(513.756)	(1.425.654)	(563.660)
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		<b>(176.178)</b>	<b>(35.318)</b>	<b>(296.709)</b>	<b>(106.463)</b>
<b>Prejuízo antes dos impostos</b>		<b>(1.190.199)</b>	<b>(611.906)</b>	<b>(1.196.893)</b>	<b>(606.037)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	28	(128.011)	(155.330)	(150.478)	(183.266)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	-	(3.635)	1.121	2.516
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(1.318.210)</b>	<b>(770.871)</b>	<b>(1.346.250)</b>	<b>(786.787)</b>
Participação de acionistas controladores	-	(1.318.210)	(770.871)	(1.318.210)	(770.871)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	(28.040)	(15.916)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(1.318.210)</b>	<b>(770.871)</b>	<b>(1.346.250)</b>	<b>(786.787)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado
Prejuízo do exercício	(1.318.210)	(770.871)	(1.346.250)	(786.787)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<u>(1.318.210)</u>	<u>(770.871)</u>	<u>(1.346.250)</u>	<u>(786.787)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de transação de capital	Reserva para dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
<b>Saldos em 31 de janeiro de 2013 (Reapresentado)</b>	20.000	4.000	26.506	-	(1.243.682)	(1.193.176)	178.223	(1.014.953)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(770.871)	(770.871)	(15.916)	(786.787)
Reversão de dividendos obrigatórios de 2013	-	-	-	-	33.411	33.411	-	33.411
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)</b>	<u>20.000</u>	<u>4.000</u>	<u>26.506</u>	<u>-</u>	<u>(1.981.142)</u>	<u>(1.930.636)</u>	<u>162.307</u>	<u>(1.768.329)</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.318.210)	(1.318.210)	(28.040)	(1.346.250)
<b>Saldos em 31 de dezembro 2015</b>	<u>20.000</u>	<u>4.000</u>	<u>26.506</u>	<u>-</u>	<u>(3.299.352)</u>	<u>(3.248.846)</u>	<u>134.267</u>	<u>(3.114.579)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Ecovix - Engevix Construções Oceánicas S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
		Reapresentado		Reapresentado
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Prejuízo do exercício</b>	(1.318.210)	(770.871)	(1.346.250)	(786.787)
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido (usado nas) provenientes das atividades operacionais</b>				
Depreciação	42.544	22.510	51.625	45.440
Amortização	1.840	3.131	5.384	10.746
Varição cambial	72.248	(12.847)	109.992	(12.751)
Equivalência patrimonial	(84.209)	49.668	-	-
Valor residual de baixa de propriedade para investimento e ativo imobilizado	-	30.055	-	54.241
Provisão para demandas judiciais	69.151	(7.901)	70.245	1.232
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	3.635	1.121	(2.516)
Juros sobre financiamentos	83.295	53.641	130.622	97.882
Provisão para contratos onerosos	(9.244)	(455.013)	(9.244)	(455.013)
Provisão para atraso na entrega de plataformas	648.545	293.401	648.545	293.401
Reconhecimento receita diferida	(22.733)	227.420	(90.806)	159.347
	(516.773)	(563.171)	(428.766)	(594.778)
<b>(Aumento)/Redução dos ativos operacionais</b>				
Caixa restrito	95.464	(133.314)	95.464	(133.314)
Contas a receber	(22.577)	1.102	(19.575)	4.336
Estoques	-	2.102	-	2.102
Adiantamentos à fornecedores	-	413.504	-	508.013
Tributos a compensar	23.382	(41.000)	26.883	(26.392)
Outros ativos	6.356	(3.998)	5.701	(2.744)
Bancos conta vinculada	-	-	11.449	(9.578)
Depósitos judiciais	(29)	(614)	(67)	(509)
<b>Aumento/(Redução) dos passivos operacionais</b>				
Fornecedores	376.790	1.004.591	264.279	963.553
Obrigações fiscais	129.974	136.849	172.160	166.539
Adiantamentos de clientes	(216.904)	(1.142.538)	(216.904)	(1.142.538)
Outros passivos	(32)	5.648	(246)	(3.207)
Outros	(6.659)	(11.564)	(17.516)	10.444
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	385.765	230.768	321.628	336.705
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	22.722	(85.559)	22.237	(114.454)
Intangível	(775)	1.802	59.290	(9.660)
Investimentos em controladas	168.959	21.894	-	-
Partes relacionadas	(65.213)	230.160	(18.227)	45.009
Propriedade para investimentos	-	-	31.194	(154.872)
<b>Caixa proveniente das (usado nas) atividades de investimento</b>	125.693	168.297	94.494	(233.977)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Obtenção de financiamentos	102.390	116.362	101.530	415.910
<b>Caixa proveniente das atividades de financiamento</b>	102.390	116.362	101.530	415.910
<b>Aumento (redução) de Caixa e equivalentes de caixa</b>	97.075	(47.744)	88.886	(76.140)
<b>Demonstração da variação de Caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	31.620	79.364	47.137	123.277
No final do exercício	128.695	31.620	136.023	47.137
<b>Aumento (redução) de Caixa e equivalentes de caixa</b>	97.075	(47.744)	88.886	(76.140)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais, exceto quanto de outra forma indicado)

## 1. Contexto operacional

### Objeto Operacional

A Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. (“Ecovix” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída em 17 de março de 2010 sob a forma de capital fechado. A Companhia tem como objeto social projetar, construir e operar instalações para utilização “off-shore” (em particular, cascos para plataformas de petróleo), módulos para estas plataformas, navios sonda, embarcações de apoio e embarcações de qualquer tipo e natureza, além de instalações fixas para utilização *off-shore*.

Em agosto de 2009 a Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) realizou licitação com o objetivo de definir o consórcio responsável pela construção de oito cascos de plataforma de petróleo tipo FPSO (*Floating Production Storage and Offloading*), sigla em inglês para plataforma flutuante que produz, processa, armazena e escoar petróleo. Esta licitação foi vencida pela Engevix Engenharia S.A., empresa controlada pela controladora da Companhia, que apresentou um projeto inovador.

Em 17 de agosto de 2012, a Companhia celebrou três contratos de construção, aquisição e engenharia para construção de uma unidade de perfuração Offshore por contratante, do tipo navio-sonda, projetando, fazendo o serviço de engenharia, aquisição, construção, comissionamento e conclusão do (DRU) DRILL RIG UNITS sigla em inglês para Unidade de Perfuração Offshore do tipo DRILLSHIP, com as empresas: Salinas Drilling B.V, Curumim Drilling B.V e Cassino Drilling B.V, sociedades de responsabilidade limitada, constituídas e existentes sob as leis da Holanda, com sedes em Amsterdã.

Como parte da estratégia para viabilizar a operacionalização da atividade objeto da licitação foram tomadas as seguintes medidas:

- i)** Em 16 de novembro de 2010 a Engevix Engenharia S.A., empresa controlada pela controladora da Companhia, na qualidade de detentora dos direitos decorrentes do contrato de construção oriundo da licitação com a Petrobras, transferiu de forma não onerosa para a Companhia o referido contrato, com posterior anuência do licitante;
- ii)** Em 21 de setembro de 2011, a Companhia assinou com a Petrobras contrato de Locação da Infraestrutura para conversão e reparos de unidades estacionárias de produção de petróleo e gás, pelo prazo de 12 meses;
- iii)** Em 21 de setembro de 2011, a Companhia assinou com a Konecranes contrato de fornecimento de 01 pórtico Goliath de 1500t x 210 m, no valor de USD52.678.000, que entrou em funcionamento em setembro de 2013;
- iv)** Em 03 de maio de 2011, a controlada indireta RG Estaleiro ERG2 S.A., iniciou a implantação de quatro galpões de acabamento dos blocos (pintura), a fábrica de painéis e blocos, subestação principal e utilidades, cuja entrada em funcionamento ocorreu no 1º semestre de 2013, principalmente direcionada para o aumento de capacidade de fabricação para os contratos da FPSO. Em 01 de março de 2012, a controlada indireta RG Estaleiro ERG2 S.A. iniciou a implantação de prédios administrativos, 04 galpões de acabamento dos blocos (pintura), um galpão para fabricação de blocos curvos e oficinas de apoio, uma área para pré-edificação, a careira e cais. O galpão e a área de edificação entraram em operação no 1º semestre de 2014 e o cais no início de 2015, e essa fase está direcionada a construção dos DRU – navios sonda;
- v)** Em setembro de 2013 começou a operação do maior Pórtico desta natureza já construído no mundo. Com 210 metros de vão e 117 metros de altura, o pórtico tem capacidade para içar 2 mil toneladas e foi encomendado pela Companhia para ser utilizado na movimentação dos blocos para serem edificados na construção de 8 cascos de navios FPSOs, destinados à estocagem e produção de petróleo, em projeto conduzido pela Petrobras;
- vi)** Em novembro de 2013 a JB MINOVIX INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., consórcio de 5 empresas japonesas lideradas pela Mitsubishi Heavy Industry – MHI, adquiriu 30% das ações da Companhia por US\$180 milhões, e esta ação fez parte da estratégia da Companhia visando trazer um sócio com qualificação internacional para auxiliar a operação do Estaleiro e trazer aumento de produção e eficiência ao mesmo, de forma a torná-lo competitivo em nível mundial no prazo mais rápido possível;
- vii)** Em dezembro de 2014, o primeiro casco de FPSO, o navio plataforma P-66, teve a construção completada no cais; sendo transportado para o Estaleiro Keppel Fels em Angra dos Reis, RJ, para iniciar a etapa de Integração, já com responsabilidade da Petrobras. Em 31 de março de 2015, a plataforma P-67 também deixa o dique seco e é ancorada no cais visando completar as suas instalações até setembro de 2015. Paralelamente, as plataformas P-69 e P-70 estão sendo construídas no dique seco, sendo que a P-69 deve ser removida para o cais até agosto de 2016. A plataforma P-68, de nossa responsabilidade e em construção na China nos Estaleiros da empresa Cosco Changai Shipyard Co.Ltd. (“Cosco”), foi colocada a flutuar no cais e tem sua conclusão prevista para dezembro de 2016;

- viii) A sonda Cassino, a mais adiantada entre as 3 contratadas junto à Companhia, de propriedade da Sete Brasil Participações S.A. (“Sete Brasil”), teve sua execução paralisada a partir de abril de 2015, tendo em vista a inadimplência da Sete Brasil desde outubro de 2014.
- ix) Em setembro de 2015, o segundo casco de FPSO, o navio plataforma P-67, foi transportado para a China, aos estaleiros da empresa China Ocean Engineering Corporation Co. Ltd. (“COEC”), para finalizar a etapa de construção, ainda sob responsabilidade da Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S.A.

#### **Contrato de construção de sondas junto à Sete Brasil**

A partir de outubro de 2014, a Sete Brasil paralisou os pagamentos à Companhia, com efeito imediato na produção das sondas (principalmente da Sonda Cassino), a mais adiantada dentre as três em produção, tendo sido assinado, em 2015, um acordo de “*stand still*” (suspensão temporária) das operações pelo período de três meses, sendo que não houve uma proposta de solução de dívida e continuidade para a retomada da construção das sondas.

Em virtude do não cumprimento dos pagamentos até abril de 2015 por parte da Sete Brasil Participações S.A., a Companhia manteve a paralisação iniciada através do acordo de “*stand still*”. Todavia, em face da paralisação prolongada, poderá ser necessária uma revisão contratual.

Em consonância com esta situação, a Companhia suspendeu a fabricação dos equipamentos principais e comunicou aos fornecedores que aguardem também por uma solução proveniente da Sete Brasil.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui R\$283.634 a receber da Sete Brasil.

#### **RG Estaleiro ERG 1 S.A.**

A controlada indireta RG Estaleiro ERG 1 S.A. (“ERG1”) é uma entidade de capital fechado, constituída em 29 de dezembro de 2003, com sede social no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. A ERG1 tem como objeto social deter a propriedade de estaleiros, dique seco e instalações de apoio às construções navais, administrando e explorando comercialmente estas instalações por meio de arrendamento mercantil.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2010, foi aprovada a alteração da denominação social da entidade de W Torre Empreendimentos Navais e Portuários S.A para RG Estaleiro ERG1 S.A, quando da transferência de controle societário para a RG Estaleiros S.A.

ERG 1 detém, entre seus ativos, o maior dique seco do Hemisfério Sul, tendo acesso direto a uma das áreas de maior profundidade naval do território brasileiro, favorável à navegação de modernas embarcações, sobretudo de grande porte, o que lhe garante importantes aspectos físicos para a construção de embarcações navais e oceânicas que serão necessárias ao desenvolvimento dos projetos de exploração das reservas nacionais do pré-sal.

Desde 10 de abril de 2007, ERG1 detém certificação de operação portuária concedida pela Superintendência do Porto de Rio Grande nos termos da Lei nº 8.630/93 e das normas de pré-qualificação de operadores portuários.

### **Descrição do projeto**

Em 29 de agosto de 2006, a ERG 1, na qualidade de legítima possuidora e detentora dos direitos de uso de um terreno situado na Comarca e Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, celebrou Termo de Transferência de Uso de Bem Imóvel com a Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM (“Rio Bravo”) na qualidade de administradora e proprietária dos bens do Fundo de Investimento Imobiliário R B Logística (“Fundo”). Neste ato, a ERG1 transferiu ao Fundo o direito de uso do terreno por 12 anos, no contexto da construção e disponibilização para uso do Fundo de infraestrutura para construção, manutenção e reparos de unidades estacionárias de petróleo naquele período.

A transferência do direito de uso se deu como contraprestação pela futura utilização, pelo ERG1, sem qualquer ônus, da infraestrutura a ser estabelecida no terreno após ter expirado o prazo de 12 anos da utilização do terreno e da infraestrutura pelo Fundo.

No dia 8 de agosto de 2006 a Rio Bravo celebrou com o ERG1 (com interveniência da Petrobras), o “Contrato para fornecimento de uma infraestrutura destinada à construção, montagem e reparo de unidades estacionárias de produção (UEPs), do tipo FPSO (*Floating Production Storage and Offloading*)”. Em 17 de agosto de 2006, o ERG1 celebrou o aditivo do citado contrato, o qual estendeu o fornecimento de outra infraestrutura destinada à construção, montagem e reparo de unidades estacionárias de produção (UEPs), do tipo semissubmersíveis.

O contrato e seus aditivos têm por objetivo a contratação do ERG1 para construção e disponibilização de infraestrutura, com capacidade para construção e reparo de Unidades Estacionárias de Produção (UEPs), tipo semissubmersíveis e mono-coluna.

Os aditivos dos contratos determinam que a gestão financeira do empreendimento seja compartilhada, sendo que a revisão dos contratos de fornecimento de materiais e serviços, bem como os pagamentos das atividades aprovados pelas empresas Rio Bravo e Petrobras, mediante a adoção do procedimento de conta vinculada.

Os contratos prevêem que os custos do empreendimento sejam arcados pelo Fundo, na forma estabelecida contratualmente, no equivalente a 80% dos valores da construção e implementação da referida infraestrutura e o ERG 1 irá arcar com os 20% dos custos restantes, sendo que, ao término das obras, o Fundo terá direito contratual de uso de 100% dessas instalações pelo prazo de 10 anos para utilização exclusiva.

Por meio de aditivos contratuais, foram sendo estipulados prazos para finalização e a utilização da infraestrutura (UEPs) tipo SS e FPSO, a qual se encontrava substancialmente concluída e a disposição para a utilização pelo Fundo/Petrobras, ainda que persistissem obras de finalização resultantes de questões de correções e abrangência de escopo (“punch list”) desde de 2008. A partir de setembro de 2010, a atividade de administração da infraestrutura (estaleiro) se intensificou como resultado de sua utilização pelo Fundo/Petrobras, o que teria ensejado o reconhecimento contábil do fornecimento da infraestrutura (aluguel da propriedade para investimento). Com a entrada em operação da infraestrutura, a atividade de administração passou a ser a fonte de recursos do ERG 1 e de suas receitas.

**RG Estaleiro ERG 2 S.A.**

A controlada indireta RG Estaleiro ERG 2 S.A. (“ERG 2”), nova denominação social da RG Estaleiro Norte S.A., é uma sociedade de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede em Barueri, Estado de São Paulo.

A ERG 2 tem como objeto social deter a propriedade de terrenos e neles construir estaleiros e instalações de apoio às construções navais, administrando e explorando comercialmente estas instalações por meio de arrendamento. Tendo obtido Certificado de Operador Portuário em 04 de maio de 2012 da Superintendência do Porto do Rio Grande para exercer a atividade de Operador Portuário nas operações de carga geral, granéis sólidos, granéis líquidos, contêineres, roll-on/roll-off e cargas perigosas, na área do Porto do Rio Grande – RS.

A Companhia teve seu controle acionário transferido para a RG Estaleiros S.A em 15 de outubro de 2010, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações firmado em 2 de junho de 2010 entre WTorre S.A e RG Estaleiros S.A. Nessa mesma data, a Companhia firmou Termo de Compromisso com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Infra-Estrutura e Superintendência do Porto de Rio Grande, no qual ficaram ratificados os compromissos entre as partes para execução de ações articuladas voltadas à implantação da segunda Unidade Industrial voltada à construção de cascos, plataformas offshore e embarcações de grande porte. Entre os compromissos lá expressos encontram-se os de ocupação do imóvel pela Companhia, a realização de investimentos e de geração de empregos e receitas tributárias para o Estado. O compromisso tem prazo de 48 (quarenta e oito meses), a contar da data de 27 de maio de 2011.

Foi celebrado em 28 de novembro de 2011 Contrato de Locação de área de 145.750 metros quadrados com a Companhia. No decorrer do quarto mês de vigência do Contrato de Locação, a ERG 2 disponibilizou a edificação dos dois primeiros Galpões de Acabamento de Blocos (GABs), no estado em que se encontram, possibilitando, a partir deste momento, a utilização dos referidos GABs por parte da Locatária, conforme primeiro aditamento deste contrato, celebrado em 15 de abril de 2012.

Em 8 de maio de 2012, a Fepam – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler –RS, nos termos do processo nº 19419-05.67/10-9, emitiu a Licença de Instalação LI nº527/2012-DL para a Companhia, envolvendo o empreendimento 174893-Fábrica de Blocos e Painéis, situada à Av. Almirante Maximiano da Fonseca nº4.301 Superporto Rio Grande (RS).

**RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A.**

A controlada indireta RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. (“ERG 3”) é uma entidade de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2011, com sede social no Município de Barueri, Estado de São Paulo. A ERG 3 tem como objeto social deter a propriedade de terrenos e instalações industriais de apoio às construções navais e offshore, administrando e explorando comercialmente estas instalações através do processamento industrialização e beneficiamento de aço, podendo também efetuar o arrendamento dessas áreas e operações.

O ERG3 ainda não possui atividade operacional.

### **Plano de Reestruturação Financeira e Operacional da Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A.**

Embora muito impactada pela situação financeira dos contratos vigentes, a Companhia vem conseguindo administrar a situação de caixa, realizando o pagamento de seus funcionários em dia.

Visando a redução de custos, a Companhia promoveu uma redução considerável de despesas gerais e administrativas, baseada principalmente nos seguintes aspectos:

- Fechamento do escritório do Rio de Janeiro;
- Redução de aproximadamente 28% o número de profissionais (dezembro de 2014 comparado à dezembro de 2015);
- Reestruturação dos processos de compras, garantindo maior competição aos processos licitatórios e melhores oportunidades de negociação com fornecedores.

No último trimestre de 2015, a Companhia renegociou dívidas com fornecedores em atraso, compatibilizando termos e condições com a liberação de recursos de uma Conta Vinculada negociada com a TUPI BV, contratante de um dos contratos Replicantes. Por meio de tal negociação, foi possível liquidar ou reduzir consideravelmente o saldo de dívidas com a maior parte dos fornecedores relacionados ao contrato.

Desde o segundo semestre de 2015, a Companhia vem estruturando o seu novo plano de atuação no mercado de óleo e gás e em outros setores, visando a diversificação de serviços ofertados e novos negócios para o estaleiro Rio Grande. Esta é a forma com que a Companhia vislumbra ultrapassar os principais desafios de médio prazo, em paralelo à uma renegociação de dívidas com os seus credores para amenizar o alto nível de alavancagem.

No mercado de óleo e gás, mais especificamente na área de construção de embarcações de grande porte e unidades flutuantes para a produção e exploração de hidrocarbonetos em alto mar, o estaleiro Rio Grande se destaca. O dique seco, o maior do continente, e a infraestrutura para processamento de aço são ativos extremamente importantes para sustentar a competitividade da indústria naval brasileira.

Embora a Petrobras tenha anunciado, em janeiro de 2016, uma redução de US\$ 32 bilhões em relação ao valor inicialmente previsto (US\$ 130,3 bilhões) no Plano de Negócios 2015-2019, os investimentos em Exploração e Produção mantiveram-se bastante representativos e consideram novas unidades do tipo FPSO sendo fabricadas nos próximos anos. O estaleiro Rio Grande é o único com experiência para construção de cascos desse tipo de unidade no Brasil, além de possuir todos requisitos necessários para a integração de módulos de topside para essas embarcações.

As dimensões do dique e a extensão do cais são adequados também para o reparo e manutenção de sondas e plataformas antigas, assim como de outras unidades flutuantes, como o porta-aviões brasileiro e diques flutuantes de outros estaleiros.

Por fim, outra oportunidade de negócios no setor de óleo e gás é a preservação e a hibernação de embarcações, sobretudo pela tendência de oferta excessiva de sondas para perfuração offshore. Estas unidades, quando fora de operação por longos períodos, necessitam de procedimentos especiais para evitar sucateamento de suas estruturas metálicas e prolongar a vida útil de equipamentos, painéis e instrumentos.

Além do segmento de óleo e gás, a Companhia vislumbra potenciais operações em outros setores para os próximos anos. Uma das opções é o desenvolvimento de atividades relacionadas ao setor portuário. Segundo a Secretária dos Portos, os investimentos previstos para o setor nos próximos anos somam cerca de R\$ 51 bilhões. Levando em consideração a vasta área dos pátios da companhia e a disponibilidade de cais (Cais Sul, operacional, com 350 metros de extensão, e Cais Norte, com 42 metros de extensão e projeto detalhado de expansão para 220 metros) pode atrair empreendedores brasileiros. Exemplificando o potencial portuário da região, o porto de Rio Grande se caracteriza como o quarto maior exportador do Brasil. Somente em 2015, foram exportados US\$ 13 bilhões (de acordo com o IPEA). Dentre as maiores exportações, podemos destacar grupos significativos, tais como:

- Graneleiros: soja, arroz, milho e trigo;
- Florestal: toras de madeira e cavaco;
- Celulose e papel;
- Industrial: manufaturados de aço e ferro, polímeros plásticos, hidrocarbonetos.

Desta forma, a Administração da Companhia tem tomado ações para aumentar a competitividade do estaleiro e estimular novos negócios, visando manter o seu papel econômico e social no estado do Rio Grande do Sul. Os principais valores da Companhia e da atual Administração são SMS e políticas de boa governança, essenciais para o futuro da Companhia.

#### **Operação “Lava Jato”**

A Companhia tomou conhecimento das investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal do Brasil visando apurar eventuais irregularidades cometidas em contratações públicas realizadas pela Petrobras, intitulada Operação “Lava Jato” (“Operação”). A Companhia esclarece que, até o momento, não tem ciência de qualquer ocorrência de ato impróprio ou ilegal relacionado à essa Operação, tampouco desconformidades com os princípios básicos que norteiam a atuação da Companhia. Ainda, a Companhia esclarece que, dentro de seu melhor conhecimento, a Engevix Engenharia S.A. (“Engevix”), uma empresa controlada por sua controladora (Jackson Empreendimentos S.A.), está sendo investigada no âmbito da Operação, porém, até a presente data, não há qualquer decisão que tenha imposto qualquer conclusão aos fatos apurados no contexto da Operação e que possa vir a ter relação com a Companhia.

#### **Operação “Greenfield”**

Em 20 de setembro de 2016, a Companhia assinou um Termo de Ciência e Compromisso junto ao Ministério Público Federal e Departamento de Polícia Federal, requerendo a suspensão, até o dia 18 de novembro de 2016, dos efeitos das decisões proferidas no bojo das medidas cautelares dos processos no. 37357-72.2016.4.01.3400 e 37374-11.2016.4.01.3400 (sequestro/bloqueio/indisponibilidade/ de bens e medidas diversas da prisão) impostos em desfavor da Companhia, revogando-se em definitivo, após a referida data, diante do cumprimento satisfatório e integral do compromisso firmado. Assim, a Companhia firmou compromisso de, até 18 de novembro de 2016, garantir o juízo, por meio de depósito judicial, seguro-garantia, seguro-fiança, depósito de títulos federais ou dação em garantia de bem no valor de R\$88.000 com a finalidade de garantir valores aportados pelo FUNCEF (FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS) no FIP RG Estaleiros que se encontram sob investigação (para o qual a Companhia, em 21 de setembro de 2016, a Companhia ofereceu bens em garantia no montante de R\$200.000), além de ter solicitado, em 18 de novembro de 2016, dilação do prazo do acordo até 18 de dezembro de 2016 (aguardando manifestação do Ministério Público Federal).

Adicionalmente, a Companhia tem o compromisso de orientar seus diretores, funcionários e prepostos a comparecer, independente de intimação formal, perante a Procuradoria da República no Distrito Federal e a Polícia Federal no Distrito Federal para prestar esclarecimentos adicionais sempre e quando forem solicitados pelas autoridades responsáveis pela condução da Operação Greenfield, apresentar todos os documentos e informações de que disponham e venham a ser solicitados pela equipe investigadora da Operação Greenfield relacionados aos fatos tratados e promover ações de compliance, a fim de garantir a lisura dos negócios da Companhia sob nova gestão.

## 2. Entidades do grupo

Controladas relevantes	País	Participação acionária	
		2015	2014
Fundo de Investimentos em Participações RG Estaleiros (direta)	Brasil	75%	75%
RG Estaleiros S.A. (indireta)	Brasil	100%	100%
RG Estaleiro ERG1 S.A (indireta)	Brasil	100%	100%
RG Estaleiro ERG2 S.A (indireta)	Brasil	100%	100%
RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A (indireta)	Brasil	100%	100%

## 3. Base de preparação

### a) Declaração de conformidade com relação às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado, em um único conjunto de demonstrações contábeis.

Em 7 de dezembro de 2016, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão da Companhia) e o consequente envio à Assembleia Geral Ordinária – AGO – para aprovação, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

### b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

**c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

**d) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os reflexos decorrentes de modificações nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

**4. Reapresentação dos balanços patrimoniais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014**

A Administração da Companhia procedeu a reapresentação dos balanços patrimoniais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em decorrência da necessidade de reconhecimento de determinados ajustes contábeis identificados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 relacionados, principalmente, ao saldo de adiantamentos à fornecedores, ao percentual de desconto referente conteúdo local sobre a receita calculada e reconhecimento da margem negativa dos projetos em construção, por conta da não utilização de informações relevantes disponíveis à época em que as citadas demonstrações contábeis haviam sido aprovadas para emissão (apresentadas para fins de comparabilidade). A citada reapresentação está sendo efetuada como previsto pelo *IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors* e *IAS 1 – Presentation of Financial Statements* (conforme requerido pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*) e CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro e CPC 26(R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil).

Como mencionado, durante 2015, a Administração da Companhia revisou as estimativas de receita reconhecida nos exercícios anteriores e identificou necessidade de redução em relação ao que foi reconhecido anteriormente devido necessidade de consideração de ajuste referente ao desconto de conteúdo local previsto em contrato (além de outros fatores), a maior parte deles já materializados em exercícios anteriores e não considerados naquelas demonstrações contábeis, dentre eles: atrasos na execução do projeto, curva de aprendizagem mais longa que o projetado, produtividade menor que a esperada e gastos de materiais superiores ao orçado, conforme segue:

### **Ajustes referentes ao balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013:**

- Adiantamentos à fornecedores: regularização de adiantamentos de materiais cujos saldos já foram alocados à projetos, não baixados em virtude de ausência de reconciliação com saldos de fornecedores a pagar.
- Tributos a compensar: regularização de saldo de imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 em virtude dos ajustes de representação.
- Imobilizado: registro de ativos imobilizados em datas corretas (suportadas por documentação comprobatória).
- Partes relacionadas (passivo): ajuste de saldos em virtude de processo de reconciliação realizado.
- Provisão para contratos onerosos: reconhecimento de margem negativa de contratos celebrados junto à clientes para construção das FPSO's.
- Provisão para atrasos nas entregas das plataformas: reconhecimento de passivos contingentes, referentes ao atraso nas entregas das plataformas FPSOs em relação às datas acordadas em contratos de construção junto à Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A).
- Receita operacional: representação dos saldos referentes à receita oriunda dos contratos de construção existentes desde 2010, em virtude de estes terem sido auferidos através de estimativa incorreta anteriormente.

### **Ajustes referentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014:**

- Adiantamentos à fornecedores: regularização de adiantamentos de materiais cujos saldos já foram alocados à projetos, não baixados em virtude de ausência de reconciliação com saldos de fornecedores a pagar.
- Investimentos: reconhecimento de perda nos investimentos em controladas auferidos através do método de equivalência patrimonial.
- Imobilizado: registro de ativos imobilizados em datas corretas (suportadas por documentação comprobatória). Obrigações fiscais: regularização de saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em virtude dos ajustes de representação.
- Partes relacionadas (ativo e passivo): ajuste de saldos em virtude de processo de reconciliação realizado.
- Receita diferida: reclassificação de saldo entre passivo circulante e passivo não circulante.
- Adiantamentos de clientes: contabilização referente a ajustes sobre a receita auferida através de estimativa incorreta anteriormente.
- Provisão para contratos onerosos: reconhecimento de margem negativa de contratos celebrados junto à clientes para construção das FPSO's.
- Outras contas a pagar à acionistas: reversão de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados na citada conta.
- Imposto de renda diferido passivo: reclassificação de saldo sobre tributação de variação cambial pelo regime de caixa em 2014.
- Provisão para atrasos nas entregas das plataformas: reconhecimento de passivos contingentes, referentes ao atraso nas entregas das plataformas FPSOs em relação às datas acordadas em contratos de construção junto à Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A).
- Receita operacional: representação dos saldos referentes à receita oriunda dos contratos de construção existentes desde 2010, em virtude de estes terem sido auferidos através de estimativa incorreta anteriormente.

ATIVO	Controladora						Consolidado					
	2014	Ajustes	2014	2013	Ajustes	2013	2014	Ajustes	2014	2013	Ajustes	2013
	Anterior		Reapresentado	Anterior		Reapresentado	Anterior		Reapresentado	Anterior		Reapresentado
<b>Ativo circulante</b>												
Caixa e equivalentes de caixa	31.620	-	31.620	79.364	-	79.364	47.137	-	47.137	123.277	-	123.277
Caixa restrito	133.314	-	133.314	-	-	-	133.314	-	133.314	-	-	-
Contas a receber	185.610	(180.294)	5.316	6.418	-	6.418	184.561	(180.294)	4.267	8.798	-	8.798
Empréstimos com partes relacionadas	271.483	-	271.483	450.675	-	450.675	-	-	-	-	-	-
Estoques	-	-	-	2.102	-	2.102	-	-	-	2.102	-	2.102
Adiantamentos à fornecedores	1.050.322	(1.050.322)	-	833.331	(419.827)	413.504	1.262.911	(1.262.911)	-	859.473	(351.480)	508.013
Tributos a compensar	71.544	(47.549)	23.995	30.544	46.467	77.011	74.706	(47.549)	27.157	48.314	46.467	94.781
Outros ativos	7.634	-	7.634	3.939	-	3.939	7.657	-	7.657	5.216	-	5.216
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.751.527</b>	<b>(1.278.165)</b>	<b>473.362</b>	<b>1.406.373</b>	<b>(373.360)</b>	<b>1.033.013</b>	<b>1.710.286</b>	<b>(1.490.754)</b>	<b>219.532</b>	<b>1.047.180</b>	<b>(304.993)</b>	<b>742.187</b>
<b>Ativo não circulante</b>												
Bancos conta vinculada	-	-	-	-	-	-	33.165	-	33.165	23.587	-	23.587
Aplicações financeiras	2.514	-	2.514	2.211	-	2.211	2.514	-	2.514	2.211	-	2.211
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	4.246	-	4.246	4.051	-	4.051
Empréstimos com partes relacionadas	11.422	32.457	43.879	-	-	-	11.422	32.457	43.879	-	-	-
Ativo fiscal diferido	-	-	-	387	-	387	20.527	-	20.527	14.799	-	14.799
Depósitos judiciais	614	-	614	-	-	-	4.771	-	4.771	4.262	-	4.262
	14.550	32.457	47.007	2.598	-	2.598	76.645	32.457	109.102	48.910	-	48.910
Investimentos	515.486	(31.216)	484.270	524.533	10.136	534.669	-	-	-	-	-	-
Propriedades para investimento	-	-	-	-	-	-	1.585.510	-	1.585.510	1.042.936	-	1.042.936
Imobilizado	386.897	-	386.897	353.903	-	353.903	676.556	53.840	730.396	1.090.715	13.515	1.104.230
Intangível	3.063	-	3.063	7.996	-	7.996	66.681	-	66.681	67.767	-	67.767
	905.446	(31.216)	874.230	886.432	10.136	896.568	2.328.747	53.840	2.382.587	2.201.418	13.515	2.214.933
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>919.996</b>	<b>1.241</b>	<b>921.237</b>	<b>889.030</b>	<b>10.136</b>	<b>899.166</b>	<b>2.405.392</b>	<b>86.297</b>	<b>2.491.689</b>	<b>2.250.328</b>	<b>13.515</b>	<b>2.263.843</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.671.523</b>	<b>(1.276.924)</b>	<b>1.394.599</b>	<b>2.295.403</b>	<b>(363.224)</b>	<b>1.932.179</b>	<b>4.115.678</b>	<b>(1.404.457)</b>	<b>2.711.221</b>	<b>3.297.508</b>	<b>(291.478)</b>	<b>3.006.030</b>

## PASSIVO

	2014	Ajustes	2014	2013	Ajustes	2013	2014	Ajustes	2014	2013	Ajustes	2013
	Anterior		Reapresentado	Anterior		Reapresentado	Anterior		Reapresentado	Anterior		Reapresentado
<b>Passivo circulante</b>												
Fornecedores	1.173.996	-	1.173.996	169.405	-	169.405	1.338.548	(120.822)	1.217.726	185.806	68.367	254.173
Obrigações sociais e trabalhistas	47.234	-	47.234	48.656	-	48.656	47.286	-	47.286	48.821	-	48.821
Obrigações fiscais	96.216	12.466	108.682	65.849	-	65.849	202.778	16.025	218.803	146.280	-	146.280
Empréstimos e financiamentos	756.222	-	756.222	478.188	-	478.188	774.602	-	774.602	495.171	-	495.171
Dividendos a pagar	-	-	-	33.411	-	33.411	-	-	-	33.411	-	33.411
Outros passivos	34	-	34	2.140	-	2.140	483	-	483	2.914	-	2.914
Receita diferida	227.420	(204.687)	22.733	-	-	-	295.492	(204.687)	90.805	68.072	-	68.072
Outras provisões	9.176	-	9.176	-	-	-	9.176	-	9.176	8.417	-	8.417
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>2.310.298</b>	<b>(192.221)</b>	<b>2.118.077</b>	<b>797.649</b>	<b>-</b>	<b>797.649</b>	<b>2.668.385</b>	<b>(309.484)</b>	<b>2.358.881</b>	<b>988.892</b>	<b>68.367</b>	<b>1.057.259</b>
<b>Passivo não circulante</b>												
Empréstimos e financiamentos	61.109	-	61.109	169.140	-	169.140	619.755	-	619.755	385.394	-	385.394
Receita diferida	-	204.687	204.687	-	-	-	323.344	204.687	528.031	391.417	-	391.417
Adiantamentos de clientes	281.221	127.497	408.718	1.551.256	-	1.551.256	281.221	127.497	408.718	1.551.256	-	1.551.256
Empréstimos com partes relacionadas	96.989	(9.429)	87.560	47.701	(47.701)	-	96.989	(9.429)	87.560	47.701	(47.701)	-
Provisão para demandas judiciais	666	-	666	8.567	-	8.567	13.892	-	13.892	12.660	-	12.660
Outras contas a pagar à acionistas	7.287	(3.635)	3.652	-	-	-	25.582	(3.635)	21.947	24.254	-	24.254
Imposto de renda diferido passivo	-	3.635	3.635	-	-	-	-	3.635	3.635	-	-	-
Provisão para contratos onerosos	-	9.244	9.244	-	464.257	464.257	-	9.244	9.244	-	464.257	464.257
Provisão para atraso na entrega de plataformas	-	427.887	427.887	-	134.486	134.486	-	427.887	427.887	-	134.486	134.486
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>447.272</b>	<b>759.886</b>	<b>1.207.158</b>	<b>1.776.664</b>	<b>551.042</b>	<b>2.327.706</b>	<b>1.360.783</b>	<b>759.886</b>	<b>2.120.669</b>	<b>2.412.682</b>	<b>551.042</b>	<b>2.963.724</b>
Capital social	20.000	-	20.000	20.000	-	20.000	20.000	-	20.000	20.000	-	20.000
Reserva legal	4.000	-	4.000	4.000	-	4.000	4.000	-	4.000	4.000	-	4.000
Reserva de transação de capital	26.506	-	26.506	26.506	-	26.506	26.506	-	26.506	26.506	-	26.506
Prejuízos acumulados	(136.553)	(1.844.589)	(1.981.142)	(329.416)	(914.266)	(1.243.682)	(136.553)	(1.844.589)	(1.981.142)	(329.416)	(914.266)	(1.243.682)
	(86.047)	(1.844.589)	(1.930.636)	(278.910)	(914.266)	(1.193.176)	(86.047)	(1.844.589)	(1.930.636)	(278.910)	(914.266)	(1.193.176)
Participações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	172.577	(10.270)	162.307	174.844	3.379	178.223
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(86.047)</b>	<b>(1.844.589)</b>	<b>(1.930.636)</b>	<b>(278.910)</b>	<b>(914.266)</b>	<b>(1.193.176)</b>	<b>86.530</b>	<b>(1.854.859)</b>	<b>(1.768.329)</b>	<b>(104.066)</b>	<b>(910.887)</b>	<b>(1.014.953)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>2.671.523</b>	<b>(1.276.924)</b>	<b>1.394.599</b>	<b>2.295.403</b>	<b>(363.224)</b>	<b>1.932.179</b>	<b>4.115.678</b>	<b>(1.404.457)</b>	<b>2.711.221</b>	<b>3.297.508</b>	<b>(291.478)</b>	<b>3.006.030</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	2014	Ajuste	2014	2014	Ajuste	2014
	Anterior		Reapresentado	Anterior		Reapresentado
Receita líquida operacional	3.494.687	(127.497)	3.367.190	3.562.760	(127.497)	3.435.263
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(3.238.657)	-	(3.238.657)	(3.211.850)	-	(3.211.850)
<b>Lucro bruto</b>	<b>256.030</b>	<b>(127.497)</b>	<b>128.533</b>	<b>350.910</b>	<b>(127.497)</b>	<b>223.413</b>
Despesas administrativas	(42.888)	-	(42.888)	(61.275)	-	(61.275)
Outras receitas e despesas operacionais	42.427	(654.992)	(612.565)	44.722	(706.434)	(661.712)
Resultado de equivalência patrimonial	(8.316)	(41.352)	(49.668)	-	-	-
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b>247.253</b>	<b>(823.841)</b>	<b>(576.588)</b>	<b>334.357</b>	<b>(833.931)</b>	<b>(499.574)</b>
Receitas financeiras	478.438	-	478.438	457.197	-	457.197
Despesas financeiras	(513.756)	-	(513.756)	(563.660)	-	(563.660)
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>	<b>(35.318)</b>	<b>-</b>	<b>(35.318)</b>	<b>(106.463)</b>	<b>-</b>	<b>(106.463)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos</b>	<b>211.935</b>	<b>(823.841)</b>	<b>(611.906)</b>	<b>227.894</b>	<b>(833.931)</b>	<b>(606.037)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(48.848)	(106.482)	(155.330)	(73.225)	(110.041)	(183.266)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.635)	-	(3.635)	2.516	-	2.516
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>159.452</b>	<b>(930.323)</b>	<b>(770.871)</b>	<b>157.185</b>	<b>(943.972)</b>	<b>(786.787)</b>
Participação de acionistas controladores	159.452	(930.323)	(770.871)	159.452	(930.323)	(770.871)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	2.267	13.649	15.916
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>159.452</b>	<b>(930.323)</b>	<b>(770.871)</b>	<b>157.185</b>	<b>(943.972)</b>	<b>(786.787)</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora			Consolidado		
	2014	Ajuste	2014	2014	Ajuste	2014
	Anterior		Reapresentado	Anterior		Reapresentado
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	159.452	(930.323)	(770.871)	157.185	(943.972)	(786.787)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>159.452</b>	<b>(930.323)</b>	<b>(770.871)</b>	<b>157.185</b>	<b>(943.972)</b>	<b>(786.787)</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	2014	Ajustes	2014	2014	Ajustes	2014
	(Reapresentado)			(Reapresentado)		
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	159.452	(930.323)	(770.871)	157.185	(943.972)	(786.787)
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido (usado nas) provenientes das atividades operacionais</b>						
Depreciação	22.510	-	22.510	45.440	-	45.440
Amortização de intangível	3.131	-	3.131	10.746	-	10.746
Variação cambial	(12.847)	-	(12.847)	(12.751)	-	(12.751)
Equivalência patrimonial	8.316	41.352	49.668	-	-	-
Valor residual de bens de propriedade para investimento e ativo imobilizado	30.055	-	30.055	54.241	-	54.241
Provisão para demandas judiciais	(7.901)	-	(7.901)	1.232	-	1.232
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.635	-	3.635	(2.516)	-	(2.516)
Juros sobre financiamentos	53.641	-	53.641	97.882	-	97.882
Provisão para contratos onerosos	-	(455.013)	(455.013)	-	(455.013)	(455.013)
Provisão para atraso na entrega de plataformas	-	293.401	293.401	-	293.401	293.401
Reconhecimento receita diferida	227.420	-	227.420	159.347	-	159.347
	407.412	(1.050.583)	(643.171)	510.886	(1.105.584)	(594.778)
<b>(Aumento)Redução dos ativos operacionais</b>						
Caixa restrito	(133.314)	-	(133.314)	(133.314)	-	(133.314)
Contas a receber	(179.192)	180.294	1.102	(175.958)	180.294	4.336
Estoques	2.102	-	2.102	2.102	-	2.102
Adiantamentos à fornecedores	(216.991)	630.495	413.504	(403.438)	911.451	508.013
Tributos a compensar	(41.006)	-	(41.006)	(26.392)	-	(26.392)
Outros ativos	(3.998)	-	(3.998)	(2.744)	-	(2.744)
Bancos conta vinculada	-	-	-	(9.578)	-	(9.578)
Depósitos judiciais	(614)	-	(614)	(509)	-	(509)
<b>Aumento(Redução) dos passivos operacionais</b>						
Fornecedores	1.004.591	-	1.004.591	1.152.742	(189.189)	963.553
Obrigações fiscais	30.367	106.482	136.849	96.498	110.041	196.539
Adiantamentos de clientes	(1.270.035)	127.497	(1.142.538)	(1.270.035)	127.497	(1.142.538)
Outros passivos	5.648	-	5.648	(3.287)	-	(3.287)
Outros	(11.564)	-	(11.564)	10.444	-	10.444
Caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais	(814.000)	1.844.768	230.768	(803.389)	1.140.094	336.705
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>						
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(85.559)	-	(85.559)	(74.129)	(40.325)	(114.454)
Intangível	1.802	-	1.802	(9.660)	-	(9.660)
Investimentos em controladas	21.894	-	21.894	-	-	-
Partes relacionadas	224.345	5.815	230.160	39.194	5.815	45.009
Propriedade para investimentos	-	-	-	(154.872)	-	(154.872)
Caixa proveniente das (usado nas) atividades de investimento	162.482	5.815	168.297	(199.467)	(34.510)	(233.977)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>						
Obtenção de financiamentos	116.362	-	116.362	415.910	-	415.910
Caixa proveniente das atividades de financiamento	116.362	-	116.362	415.910	-	415.910
<b>Redução de Caixa e equivalentes de caixa</b>						
	(47.744)	-	(47.744)	(76.140)	-	(76.140)
<b>Demonstração da variação de Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Na início do exercício	79.364	-	79.364	123.277	-	123.277
Na final do exercício	31.620	-	31.620	47.137	-	47.137
<b>Redução de Caixa e equivalentes de caixa</b>						
	(47.744)	-	(47.744)	(76.140)	-	(76.140)

## 5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### a) Base de consolidação

#### Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Companhia leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida;
- O montante reconhecido de qualquer participação não controladora na adquirida; mais
- Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos;
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes à extinção de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Os custos de transação, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, que a Companhia incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

### b) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações contábeis são aquelas que não realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento de cada final de mês. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio vigente nas datas das transações.

**c) Instrumentos financeiros****i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis.

**ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras e bancos conta vinculada registrados no ativo não circulante.

**iii) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e empréstimos com partes relacionadas.

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com recebimentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

**iv) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

**v) Passivos financeiros não derivativos**

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os passivos financeiros não derivativos da Companhia estavam representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e empréstimos com partes relacionadas.

**vi) Capital social****Ações ordinárias**

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, exceto quando retidos por deliberação unânime dos acionistas da Companhia.

**d) Imobilizado****i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, além dos juros e encargos financeiros incorridos nos financiamentos atribuíveis à construção do ativo qualificável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**ii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**iii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, pelo método linear, de acordo com as taxas de depreciação descritas na Nota Explicativa no. 13.

**e) Redução ao valor recuperável (“impairment”)****i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução ao valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Administração não identificou a necessidade de ajustes de seus ativos financeiros ao valor recuperável.

**ii) Ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros da Companhia estão representados pelo ativo imobilizado, investimentos, intangível e propriedades para investimento.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Administração identificou a necessidade de reversão da contabilização do ágio de rentabilidade futura no montante de R\$ 63.597 registrado na investida RG Estaleiros S.A. (em contrapartida da rubrica “Outras receitas e despesas operacionais” nas demonstrações contábeis consolidadas.

**f) Propriedade para investimento**

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital (ou para ambos), mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo inclui todos os gastos diretamente atribuíveis na aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os gastos de material e mão de obra direta, qualquer outro gasto diretamente incorrido para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos durante a fase de construção.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

**g) Ágio**

O ágio resultante da aquisição de negócio é registrado na conta de ativo intangível das demonstrações contábeis consolidadas. Entretanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou teste de recuperabilidade, tendo efetuado a baixa em contrapartida da rubrica “Outras receitas e despesas operacionais” nas demonstrações contábeis consolidadas.

## **h) Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

## **i) Receita operacional**

### **i) Receitas de contrato de construção**

No exercício de 2010, a Companhia foi contratada para construção de oito FPSOs, cujo prazo para conclusão e entrega se dará dentro dos próximos 03 anos.

No exercício de 2012, a Companhia foi contratada para construção de três *DRU DRILL RIG UNITS*, sigla em inglês para Unidade de Perfuração Offshore do tipo DRILLSHIP, cujo prazo para conclusão e entrega se dará dentro dos próximos cinco anos.

Considerando que tal operação se trata de um contrato de longo prazo, o reconhecimento da receita (e dos custos) é feito pelo método de percentagem completada. Segundo este método, a receita contratual é proporcional aos custos incorridos em cada etapa de medição. Esse método, na opinião da Companhia, proporciona informação relevante acerca da extensão da atividade e desempenho durante o exercício. Caso a fase de execução física da construção seja superior ao que seria correspondente aos adiantamentos realizados pelos clientes, o saldo de contas a receber é apresentado no balanço patrimonial líquido dos respectivos adiantamentos. Caso seja inferior, é apresentado um passivo denominado de adiantamentos de clientes. A abertura destes valores está demonstrada na Nota Explicativa no. 19.

### **ii) Receitas de serviços**

As receitas de serviços derivam do contrato para Administração e Manutenção da Infraestrutura destinada à Construção, Montagem e Reparo das Unidades Estacionárias de Produção (UEPs), firmado com a Rio Bravo Investimentos S.A DTVM, registradas na controlada indireta ERG 1.

### **iii) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente variações cambiais ativas e receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem basicamente juros sobre empréstimos e despesas de captação de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

**iv) Outras receitas operacionais**

Registra a receita referente a arrendamento mercantil operacional (aluguel) pela utilização da infraestrutura para construção, manutenção e reparos de unidades estacionárias de petróleo, registrada como propriedade para investimento na controlada RG Estaleiro ERG1 S.A.

**j) Custo dos produtos vendidos e serviços prestados**

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados contemplam, de forma geral, todos os custos diretamente relacionados com a construção dos FPSOs e das três unidades de perfuração Offshore DRU, do tipo navio-sonda, sendo compostos basicamente por:

**i) Materiais e insumos - importados**

Referem-se substancialmente às chapas de aço importadas para a construção dos cascos das FPSOs.

**ii) Mão de obra**

Compostos pelos custos com salários, benefícios e encargos dos profissionais diretamente relacionados com a construção.

**iii) Custos com serviços contratados**

O custo com serviços contratados refere-se substancialmente aos valores pagos à empresas contratadas (locais e internacionais) para o auxílio no desenvolvimento do contrato de construção.

**k) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

#### **l) Novas normas, alterações e interpretações de normas**

O IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2016 ou após. A Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações contábeis a adoção destas normas:

Emissão da norma IFRS 9 – Instrumentos financeiros. Substitui a norma IAS 39 e endereça algumas questões sobre a aplicação da norma e introduz o conceito de “valor justo contra os resultados abrangentes” para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida, além de incluir requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos e contabilidade de hedge. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1/01/2018.

Revisão da norma IFRS 11 – Acordos de compartilhamento. Aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1/01/2016.

Revisão das normas IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização. Esclarece sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1/01/2016.

Emissão da norma IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes. Estabelece princípios de reconhecimento de receita e divulgação de informações sobre a natureza, montante, prazos e incertezas de receitas e fluxos de caixa que se originem de contratos com clientes de uma entidade. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1/01/2018.

Revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34 - Melhoria anual das IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 1/01/2016.

Revisão da norma IAS 1 – Iniciativas de divulgação. Aborda alterações no conjunto de informações das demonstrações contábeis de uma entidade. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1/01/2016.

Emissão da norma IFRS 16 – Arrendamento. Estabelece aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação de arrendamentos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1/01/2019.

Revisão da norma IAS 12 – Imposto de Renda. Aborda o reconhecimento de imposto de renda diferido ativo para diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1/01/2017.

Revisão da norma IAS 7 – Fluxo de Caixa. Aborda alterações na divulgação de passivos de atividades de financiamento. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1/01/2017.

Não há outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado
Depósitos bancários	978	11.579	1.393	12.543
Aplicações financeiras (i)	127.717	20.041	134.630	34.594
	<b>128.695</b>	<b>31.620</b>	<b>136.023</b>	<b>47.137</b>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no seu valor justo.

As aplicações financeiras são de aplicação e resgate automático do saldo disponível em conta corrente, com remuneração crescente, em percentual da taxa DI, de acordo com o prazo de permanência. São de alta liquidez e de curto prazo.

As aplicações nos bancos nacionais são remuneradas por taxas que variam entre 20% e 101,80% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), as aplicações financeiras no exterior, são remuneradas à taxa média de 0,10% a 0,20% ao mês, mais a variação cambial do dólar norte-americano. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

(i) Veja abertura abaixo das características das aplicações financeiras:

Banco	Modalidade	Taxa média
Brasil	Automática	0,56% a.m.
Bradesco	Automática	0,56% a.m.
HSBC	CDB/RDB	CDI
Itaú	Automática	0,56% a.m.
Santander	Automática	0,56% a.m.
Itaú Nassau	Overnigth	0,20% a.m.

## 7. Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado
Conta vinculada (i)	37.850	133.314	37.850	133.314
	<b>37.850</b>	<b>133.314</b>	<b>37.850</b>	<b>133.314</b>

(i) O caixa restrito apresentado em 2015 provém de operação de conta vinculada junto à Petrobras, sendo que o valor do câmbio fechado permaneceu em conta vinculada em 31 de dezembro de 2015, tendo sido transferido para conta corrente para movimentação em 5 de janeiro de 2016. O caixa restrito em 2014 provém de operação de conta vinculada junto à Petrobras, sendo que o valor do câmbio fechado permaneceu em conta vinculada em 31 de dezembro de 2014, tendo sido transferido para conta corrente para movimentação em 2 de janeiro de 2015.

## 8. Contas a receber

O saldo de contas a receber refere-se majoritariamente aos faturamentos efetuados pela Companhia aos clientes nacionais e estrangeiros em relação ao processo de construção de plataformas de petróleo e navios-sonda, conforme quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado
Clientes nacionais	5.082	5.316	1.226	4.267
Clientes estrangeiros (i)	306.445	180.294	306.445	180.294
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(283.634)	(180.294)	(283.634)	(180.294)
<b>Total</b>	<b>27.893</b>	<b>5.316</b>	<b>24.037</b>	<b>4.267</b>

(i) Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui R\$283.634 a receber da Sete Brasil (R\$180.294 em 31 de dezembro de 2014). A partir de outubro de 2014, as citadas empresas controladas paralisaram os pagamentos à Companhia, com efeito imediato na produção das sondas (principalmente da Sonda Cassino), a mais adiantada dentre as três em produção (tendo sido celebrado um acordo de "stand still" (suspensão temporária) das operações por período de três meses no início de 2015. Em face da paralisação prolongada (e aceite do pedido de recuperação judicial da Sete Brasil realizado pela Justiça Federal do Rio de Janeiro em 13 de junho de 2016, da qual a Companhia não consta da lista de credores), a Administração da Companhia procedeu ao registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa referente ao citado contas a receber em 2015 e 2014 (de forma integral).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa durante 2015 e 2014 é apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado
Saldo inicial	(180.294)	-	(180.294)	-
Adições	(103.340)	(180.294)	(103.340)	(180.294)
Baixas	-	-	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>(283.634)</b>	<b>(180.294)</b>	<b>(283.634)</b>	<b>(180.294)</b>

#### 9. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativas à operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e sua controladora, controladas, empresas ligadas e profissionais-chave da Administração.

A controladora da Companhia é a Jackson Empreendimentos S.A.

Os saldos em aberto entre as partes relacionadas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado
<b>Ativo circulante</b>				
RG Estaleiros ERG 2 S.A.	32.042	10.103	-	-
RG Estaleiro ERG 1 S.A.	-	-	-	-
RG Estaleiros S.A.	286.427	261.380	-	-
	<b>318.469</b>	<b>271.483</b>	-	-
<b>Ativo não circulante</b>				
Engevix Engenharia S.A.	13.004	11.422	13.004	11.422
Engevix Sistemas de Defesa Ltda.	91.809	32.457	91.809	32.457
	<b>104.813</b>	<b>43.879</b>	<b>104.813</b>	<b>43.879</b>
	<b>423.282</b>	<b>315.362</b>	<b>104.813</b>	<b>43.879</b>

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado
<b>Passivo não circulante</b>				
Jackson Empreendimentos S.A.	110.159	87.560	110.159	87.560
Engevix Sistemas de Defesa Ltda	20.108	-	20.108	-
	<b>130.267</b>	<b>87.560</b>	<b>130.267</b>	<b>87.560</b>

As transações realizadas são representadas pelas seguintes operações:

- Contratos de mútuo com encargos financeiros de 100% do CDI. As operações de mútuo geraram receitas financeiras líquidas (controladora) de R\$38.750 em 31 de dezembro de 2015 (R\$43.466 em 2014);
- Contratos celebrados entre as partes, onde a Jackson Empreendimentos S.A. e a Engevix Sistema de Defesa Ltda., em benefício da Companhia, assumem garantias financeiras, reais e/ou fidejussórias, visando a garantia do cumprimento de obrigações assumidas pela beneficiária no desenvolvimento de suas atividades, operações e negócios. Dessa forma, a

Companhia possui saldo a pagar em 31 de dezembro de 2015 às garantidoras nos seguintes montantes: Jackson Empreendimentos S.A. – R\$2.600 e Engevix Sistemas de Defesa Ltda. – R\$19.859.

#### **Locação entre partes relacionadas**

A Locação entre a Companhia e suas controladas refere-se ao aluguel das instalações, máquinas e veículos pertencentes ao ERG 2, ERG 1 e ERG3, que monta em 31 de dezembro de 2015 o valor de R\$125.904 (R\$106.815 em 2014).

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração em 31 dezembro de 2015 e 2014 estão apresentados a seguir:

	2015	2014 Reapresentado
Benefícios de curto prazo (salários e bônus)	2.378	7.409

#### **Contrato CGA-CNALO-001-13 celebrado pela Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A. com a República Bolivariana da Venezuela**

Em 4 de julho de 2013 a Companhia celebrou contrato com a República Bolivariana da Venezuela (“Governo Venezuelano”), contrato CGA-CNALO-001-13, com o objetivo de prestação de serviços de reparos e manutenção de uma fragata de guerra WARAO-PC 22 no Estaleiro (“Contrato WARAO”), até sua restauração às condições originais de fabricação e com base às especificações técnicas (contrato registrado pelo Comando Naval de Logística com a identificação CGA-CNALO-0021-13, celebrado de acordo com as leis venezuelanas).

Em 20 de agosto de 2013 a Companhia e a Engevix Sistemas de Defesa Ltda. (“Engevix Defesa”) celebraram contrato de apoio à gestão do Contrato WARAO, que estabelece que a Companhia permanece exclusiva possuidora dos direitos e obrigações do contrato e única empresa autorizada a responder ao governo Venezuelano. Desta forma, a Engevix Defesa tem as seguintes obrigações de acordo com o citado contrato: respeitar e cumprir com as regras administrativas da Companhia; fornecer, sempre que solicitado pela Companhia, toda documentação referente ao pagamento e cumprimento das obrigações relativas a tributos, seguros, encargos sociais, de trabalho e previdenciários, relacionados com o serviço, possibilitando o acompanhamento pelos representantes da Companhia; refazer ou reparar, às suas despesas e de acordo com os prazos estabelecidos pela Companhia, quais irregularidades nos serviços executados em desacordo com os projetos, especificações e/ou normas aplicáveis; responder por qualquer dano ou prejuízo causado à Companhia ou a terceiros, por ações ou omissões de seus representantes ou empregados, devido à realização de serviços em virtude do acordo em questão; suportar prontamente os encargos referentes à salários, encargos sociais e previdenciários, assim como pagar qualquer adicional que venha a ser devido à seu pessoal; manter a Companhia livre de qualquer perda, reivindicações ou reclamações de seus empregados, representantes ou terceiros, em virtude do cumprimento do acordo em questão, dentre outras obrigações técnicas e trabalhistas.

Por outro lado, a Companhia tem as seguintes obrigações: fornecer, nos prazos previamente acordados, os elementos básicos, informação técnica e dados adicionais necessários à correta execução do contrato; notificar, por escrito, a Engevix Defesa, fixando prazo para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços; notificar, por escrito, a Engevix Defesa, sobre a aplicação de eventuais multas, de notas de débito ou suspensão dos serviços; realizar os pagamentos devidos à Engevix Defesa nos prazos do contrato (de acordo com o estabelecido no contrato CGA-CNALO-001-13); fornecer toda e qualquer informação sobre o andamento das atividades de apoio, quando solicitado pela Engevix Defesa, desde que necessárias para a realização do contrato; realizar todos os atos necessários para o transporte de ida e volta dos equipamentos. O contrato em questão pode ser rescindido, a qualquer momento, de forma unilateral, mediante notificação com antecedência de 30 dias (estando plenamente vigente entre as partes e cumprido de forma integral).

Em 9 de setembro de 2013, Companhia e Engevix Defesa assinaram Instrumento particular de cessão e transferência de direitos e obrigações relativas ao contrato no. CGA-CNALO-001-13 para a recuperação funcional e operativa do patrulheiro Oceânico AB “WARAO” (PC-22), por meio do qual a Companhia cedeu e transferiu à Engevix Defesa todos os direitos e obrigações decorrentes do citado contrato, compreendendo também todos os documentos, projetos, informações e dados relativos ao contrato, onde as partes se comprometeram a assinar todos os documentos complementares e tomar todas as medidas necessárias para a plena e integral efetivação dos direitos e obrigações objeto do referido instrumento. Desta forma, a Administração da Companhia, para fins de elaboração das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, considerou a cessão do Contrato WARAO para a Engevix Defesa (como consequência, as operações referentes ao Contrato WARAO não foram reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo que o saldo recebido pela Companhia junto ao Governo Venezuelano até 31 de dezembro de 2015, no montante de US\$75.960 mil (US\$60.960 mil em 31 de dezembro de 2014), foi parcialmente aplicado na execução do contrato e o restante repassado à partes relacionadas.

Atualmente a Companhia encontra-se em discussões extrajudiciais junto ao Governo Venezuelano (por meio de reuniões presenciais e notificações extrajudiciais realizadas desde 6 de dezembro de 2014), com o objetivo de suspender a execução ou encerrar unilateralmente (de forma antecipada) o Contrato WARAO, em virtude de atraso no pagamento, por mais de 60 dias, além de falta de acordo entre as partes com relação ao tempo e custos para a execução das atividades requeridas. O Contrato WARAO não prevê a possibilidade de a Companhia suspender suas obrigações em virtude de falta de pagamento e/ou por falta de acordo quanto ao tempo e custos para execução das atividades sem intervenção judicial (além de a Companhia ser responsável por todos os custos de seguro (sem apólice vigente desde 31 de março de 2016), combustível, agenciamento e outros necessários para realizar o transporte da fragata da base do Rio de Janeiro até a Base Naval “CA. Agustin Armario” em Puerto Cabello (República Bolivariana de Venezuela)).

#### 10. Bancos conta vinculada

Os valores depositados nas contas vinculadas decorrem do Termo de Relatório das Contingências Acordadas firmado em 17 de agosto de 2010 entre WTorre Properties S.A., WTorre XLIII Desenvolvimento Imobiliário Ltda., WTorre S.A., RG Estaleiros S.A. (na qualidade de cessionário dos contratos originalmente firmados com a Engevix Engenharia S.A. e FUNCEF Fundação dos Economistas Federais), tendo como intervenientes anuentes as empresas RG Estaleiro ERG 1 S.A. e RG Estaleiro ERG 2 S.A. Tais valores estão depositados junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. em conta movimentação de responsabilidade conjunta, que são remunerados à taxa de 100% do CDI.

A liberação dos valores a serem depositados em favor das vendedoras será feita conforme segue:

- i) Após dois anos contados da data de assinatura do termo serão liberados 20%(vinte por cento) do montante;
- ii) Após quatro anos contados da data de assinatura do termo serão liberados mais 30%(trinta por cento) do montante total;
- iii) Após cinco anos contados da data de assinatura do termo, será liberado o restante do saldo ainda não pago.

A composição do saldo está representada no quadro a seguir:

	Consolidado	
	2015	2014 Reapresentado
Aplicação – fundos para contingências	21.716	33.165

#### 11. Investimentos

Em 16 de dezembro de 2013, a Companhia adquiriu da FIC FIP Jackson Empreendimentos Ltda., 20% das cotas da FIP RG ESTALEIROS, pelo valor de R\$ 110.000, com todos os direitos e obrigações constantes dos Estatutos. A parcela adquirida corresponde ao valor de R\$136.506, gerando uma reserva de transação de capital de R\$26.506.

Os investimentos são contabilizados na controladora pelo método da equivalência patrimonial e representam a participação de 75% da Companhia na controlada direta FIP RG ESTALEIROS.

##### a) Movimentação dos investimentos diretos (Controladora)

	Saldo inicial dos investimentos 2013	Aumento/ (reduções) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Ajustes 2013 Deságio	Saldo final dos investimentos 2013 (Reapresentado)
FIP RG Estaleiros	524.533	-	6.611	3.525	534.669
<b>Total</b>	<b>524.533</b>	<b>-</b>	<b>6.611</b>	<b>3.525</b>	<b>534.669</b>

	Saldo inicial dos investimentos 2014	Aumento/ (reduções) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Ajustes 2014 Deságio	Saldo final dos investimentos 2014 (Reapresentado)
FIP RG Estaleiros	534.669	-	(49.668)	(731)	484.270
<b>Total</b>	<b>534.669</b>	<b>-</b>	<b>(49.668)</b>	<b>(731)</b>	<b>484.270</b>

	Saldo inicial dos investimentos 2014 (Reapresentado)	Aumento/ (reduções) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Ajustes 2015 Deságio	Saldo final dos investimentos 2015
FIP RG Estaleiros	484.270	-	(84.209)	(541)	399.520
<b>Total</b>	<b>484.270</b>	<b>-</b>	<b>(84.209)</b>	<b>(541)</b>	<b>399.520</b>

Empresas	Quantidades de ações/quotas Ordinárias (em unidades)	% Participação direta	Resultado do exercício 2015	Patrimônio líquido em 31/12/2015
FIP RG Estaleiros	564.400	75	(1.318.210)	534.312
<b>Total</b>	<b>564.400</b>	<b>75</b>	<b>(1.318.210)</b>	<b>534.312</b>

Empresas	Quantidades de ações/quotas Ordinárias (em unidades)	% Participação direta	Resultado do exercício 2014 (Reapresentado)	Patrimônio líquido em 31/12/2014 (Reapresentado)
FIP RG Estaleiros	564.400	75	(498.568)	529.305
<b>Total</b>	<b>564.400</b>	<b>75</b>	<b>(498.568)</b>	<b>529.305</b>

Empresas	% Participação	Patrimônio líquido em 31/12/2015
RG Estaleiros S.A.	100%	534.247
RG Estaleiro ERG1 S.A.	100%	538.419
RG Estaleiro ERG2 S.A.	100%	24.041
RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A.	100%	2.422

Empresas	% Participação	Patrimônio líquido em 31/12/2014 (Reapresentado)
RG Estaleiros S.A.	100%	645.837
RG Estaleiro ERG1 S.A.	100%	519.417
RG Estaleiro ERG2 S.A.	100%	82.451
RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A.	100%	1.283

## b) Participações indiretas em empresas controladas

A Companhia detém controle indireto das empresas a seguir:

Em 31 de dezembro de 2015	Total de ativo	Total de passivo exigível	Patrimônio líquido
RG Estaleiros S.A.	2.073.639	1.539.392	534.247
RG Estaleiro ERG 1 S.A.	1.040.978	502.559	538.419
RG Estaleiro ERG 2 S.A.	1.015.242	991.201	24.041
RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A.	4.749	2.327	2.422

Em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	Total de ativo	Total de passivo exigível	Patrimônio líquido
RG Estaleiros S.A.	2.090.254	1.444.417	645.837
RG Estaleiro ERG 1 S.A.	1.065.473	546.056	519.417
RG Estaleiro ERG 2 S.A.	930.415	847.964	82.451
RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A.	3.230	1.947	1.283

A RG Estaleiros S.A. é subsidiária integral do FIP RG Estaleiro e as empresas RG Estaleiro ERG 1 S.A., RG Estaleiro ERG 2 S.A. e RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. são, por sua vez, subsidiárias integrais da RG Estaleiros S.A.

O controle dessas empresas por parte da Companhia fica caracterizado pelo fato da Companhia exercer gestão sobre as políticas operacionais, sobre as operações financeiras e porque a Companhia detém poder de indicar ou destituir membros da direção das empresas.

## 12. Propriedades para investimento

Em maio de 2006, a controlada indireta ERG 1 recebeu em doação da Superintendência do Porto de Rio Grande, conforme escritura pública de doação de imóvel, um terreno situado no Pontal da Mangueira, no Município o Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, registrado sob as matrículas nº 57.334 e 57.337 no Cartório de Imóveis do município de Rio Grande – RS, no valor de R\$7.037. Como contrapartida no processo de doação, a Companhia cumprirá com determinadas obrigações estipuladas na escritura pública de doação do imóvel, as quais têm sido atendidas.

No período compreendido entre 2006 e 2010, a ERG 1 construiu uma infraestrutura com capacidade para construção e reparo de embarcações de grande porte, módulos de processamento, Unidades de Convés Específicos (*Deck Box*), Unidades Estacionárias de Produção (UEPs) tipo semissubmersíveis e mono-coluna.

Em estrita conformidade com o “Contrato para fornecimento de uma infraestrutura destinada à construção, montagem e reparo de unidades estacionárias de produção (UEPs), do tipo SS”, datado de 17 de agosto de 2007 e seus respectivos aditamentos, e com o “Contrato para fornecimento de uma infraestrutura destinada a construção, montagem e reparo de unidades estacionárias de produção (UEPs), do tipo FPSO” datado em 8 de agosto de 2007 e seus respectivos aditamentos, todos concluídos, inclusive com a expedição do “habite-se” nº 17.445/2010, deram por transferidas a obra de construção e implementação de infraestrutura sob os terrenos, matrículas nº 57.334 (imóvel recebido de doação da SUPRG) e nº 57.337 (detentora dos direitos de uso e os direitos de superfície recebidos pela União Federal do Brasil) e que durante o período determinado de 10 (dez anos) será disponibilizado o uso e fruição de toda infraestrutura (o Estaleiro) para sua utilização exclusiva do Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística.

Com a conclusão das obras, a Companhia fornece a posse plena e o direito de uso de 100% dos ativos correspondentes à infraestrutura e utilidades construídas e implementadas, pelo valor do custo aportado pelo Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística, correspondente a R\$ 679.421 (R\$679.421 em 31 de dezembro de 2014), na forma estabelecida contratualmente. Dessa forma, a Companhia reconheceu, em 2010, renda e despesa operacional no montante de R\$676.794 (complementada em 2012 pelo montante de R\$2.627), os quais correspondem aos recursos aportados pelo fundo em contrapartida ao seu direito de utilização da infraestrutura do estaleiro pelo prazo contratual previsto.

Por meio de cláusulas contratuais, especificadas no contrato entre a ERG 1 e a Rio Bravo Investimento S.A. DTVM, o empreendimento em questão deve estar totalmente segurado pela ERG 1. A Administração da Companhia julgou as importâncias seguradas e os prazos de vigência suficientes para cobrir possíveis sinistros. O saldo da conta de Propriedades para investimento está composto como segue:

#### a) Movimentação da conta Propriedades para investimento

Propriedades para investimento	Taxas anuais de depreciação %	2015		2014	
		Imobilizado bruto	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido (Reapresentado)
Edificações	1,66	1.528.194	(142.140)	1.386.054	1.343.434
Equipamento de informática	20	-	-	-	28
Veículo	20	72	-	72	24
Móveis e utensílios	10	-	-	-	62
Instalações	10	36.937	(7.070)	29.867	31.960
Ferramentas, máquinas e equipamentos	10	158.754	(29.795)	128.959	194.069
Terrenos	-	9.364	-	9.364	15.933
		<b>1.733.321</b>	<b>(179.005)</b>	<b>1.554.316</b>	<b>1.585.510</b>

#### b) Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2013 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2014 (Reapresentado)
Edificações	971.997	-	-	440.499 (*)	1.412.496
Equipamentos de informática	75	-	-	-	75
Veículo	34	-	-	-	34
Móveis e utensílios	66	-	-	-	66
Instalações	-	34.839	-	-	34.839
Ferramentas, máquinas e Equipamentos	100.266	111.700	-	-	211.966
Terrenos	7.600	8.333	-	-	15.933
Imobilizado em curso	28.854	-	(28.854)	-	-
	<b>1.108.892</b>	<b>154.872</b>	<b>(28.854)</b>	<b>440.499</b>	<b>1.675.409</b>

(\*) Saldo transferido para o ativo imobilizado.

	Saldo em 31/12/2014 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2015
Edificações	1.412.496	115.698	-	-	1.528.194
Equipamentos de informática	75	-	(75)	-	-
Veículo	34	38	-	-	72
Móveis e utensílios	66	-	(66)	-	-
Instalações	34.839	2.098	-	-	36.937
Ferramentas, máquinas e Equipamentos	211.966	-	(53.212)	-	158.754
Terrenos	15.933	-	(7.600)	1.031 (*)	9.364
	<b>1.675.409</b>	<b>117.834</b>	<b>(60.953)</b>	<b>1.031</b>	<b>1.733.321</b>

(\*) Saldo transferido para o ativo imobilizado

### c) Movimentação da depreciação

Propriedade para Investimento	Taxas anuais de depreciação %	2013 (Reapresentado)	2014		
			Adições	Baixas	2014
Edificações	1,66	(52.812)	(16.250)	-	(69.062)
Equipamento de informática	20	(36)	(11)	-	(47)
Veículo	-	(8)	(2)	-	(10)
Móveis e utensílios	10	(3)	(1)	-	(4)
Instalações	10	-	(2.879)	-	(2.879)
Ferramentas, máquinas e equipamentos	10	(13.097)	(4.800)	-	(17.897)
Terrenos	-	-	-	-	-
		<b>(65.956)</b>	<b>(23.943)</b>		<b>(89.899)</b>

Propriedade para Investimento	Taxas anuais de depreciação %	2014	2015		
			Adições	Baixas	2015
Edificações	1,66	62	(73.078)	-	(142.140)
Equipamento de informática	20	47	-	47	-
Veículo	-	10	-	10	-
Móveis e utensílios	10	(4)	-	4	-
Instalações	10	79	(4.191)	-	(7.070)
Ferramentas, máquinas e equipamentos	10	97	(11.898)	-	(29.795)
Terrenos	-	-	-	-	-
		<b>99</b>	<b>(89.167)</b>	<b>61</b>	<b>(179.005)</b>

### Composição da conta Propriedades para investimento

	2015	2014 (Reapresentado)
Propriedades para investimento	1.554.316	1.585.510
(-) Valores recebidos FII R B Logística	(679.421)	(679.421)
(+) Receita de arrendamento mercantil FII R B Logística (acumulado)	356.077	288.005
<b>Valor líquido de aquisição</b>	<b>1.230.972</b>	<b>1.194.094</b>

## 13. Imobilizado

## a) Composição do imobilizado - Controladora

Imobilizado	Taxas anuais de depreciação %	2015			2014
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido (Reapresentado)
Equipamentos de informática	20	2.221	(1.378)	843	1.280
Equipamentos de Informática – <i>Leasing</i>	20	5.754	(2.906)	2.848	3.512
Móveis e utensílios	10	6.711	(2.147)	4.564	5.263
Veículos	20	3.897	(2.306)	1.591	2.370
Veículos <i>Leasing</i>	20	2.155	(1.580)	575	1.006
Ferramentas, máquinas e equipamentos	10	380.669	(92.460)	288.209	350.782
Instalações	10	18.592	(4.240)	14.352	17.931
Imóveis e edificações	4	9.652	(1.003)	8.649	4.753
Imobilizado em curso	-	-	-	-	-
		<b>429.651</b>	<b>(108.020)</b>	<b>321.631</b>	<b>386.897</b>

## b) Movimentação do custo – Controladora

	Saldo em 31/12/13 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/14
Equipamentos de informática	1.151	1.078	-	-	2.229
Equipamentos de informática – <i>Leasing</i>	5.390	364	-	-	5.754
Móveis e utensílios	4.691	2.073	-	-	6.764
Veículos	1.796	2.101	-	-	3.897
Veículos <i>Leasing</i>	-	2.155	-	-	2.155
Ferramentas, máquinas e equipamentos	317.321	61.599	-	-	378.920
Instalações	2.604	15.944	-	-	18.548
Imóveis e edificações	6.889	245	-	-	7.134
Imobilizado em curso	7.084	-	(7.084)	-	-
Adiantamento à fornecedores imobilizado nacional	5.657	-	(5.657)	-	-
Adiantamento à fornecedores imobilizado estrangeiro	17.314	-	(17.314)	-	-
	<b>369.897</b>	<b>85.559</b>	<b>(30.055)</b>	-	<b>425.401</b>

	Saldo em 31/12/14 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/15
Equipamentos de informática	2.229	-	(8)	-	2.221
Equipamentos de informática – <i>Leasing</i>	5.754	-	-	-	5.754
Móveis e utensílios	6.764	-	(53)	-	6.711
Veículos	3.897	-	-	-	3.897
Veículos <i>Leasing</i>	2.155	-	-	-	2.155
Ferramentas, máquinas e equipamentos	378.920	1.749	-	-	380.669
Instalações	18.548	44	-	-	18.592
Imóveis e edificações	7.134	2.518	-	-	9.652
Imobilizado em curso	-	-	-	-	-
	<b>425.401</b>	<b>4.311</b>	<b>(61)</b>	-	<b>429.651</b>

### c) Movimentação da depreciação – Controladora

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2013	Adições	31/12/2014 (Reapresentado)
Equipamentos de informática	20	(550)	(399)	(949)
Equipamentos de informática – Leasing	20	(2.017)	(225)	(2.242)
Móveis e utensílios	10	(771)	(730)	(1.501)
Veículos	20	(647)	(880)	(1.527)
Veículos Leasing	20	-	(1.149)	(1.149)
Ferramentas, máquinas e equipamentos	10	(11.302)	(16.836)	(28.138)
Instalações	10	(408)	(209)	(617)
Imóveis e edificações	4	(299)	(2.082)	(2.381)
		<b>(15.994)</b>	<b>(22.510)</b>	<b>(38.504)</b>

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2014 (Reapresentado)	Adições	31/12/2015
Equipamentos de informática	20	(949)	(429)	(1.378)
Equipamentos de informática – Leasing	20	(2.242)	(664)	(2.906)
Móveis e utensílios	10	(1.501)	(646)	(2.147)
Veículos	20	(1.527)	(779)	(2.306)
Veículos Leasing	20	(1.149)	(431)	(1.580)
Ferramentas, máquinas e equipamentos	10	(28.138)	(64.322)	(92.460)
Instalações	10	(617)	(3.623)	(4.240)
Imóveis e edificações	4	(2.381)	1.378	(1.003)
		<b>(38.504)</b>	<b>(69.516)</b>	<b>(108.020)</b>

### d) Composição do imobilizado – Consolidado

Imobilizado	Taxas Anuais de depreciação %	2015			2014
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido (Reapresentado)
Móveis e utensílios	10	7.177	(2.326)	4.851	5.597
Equipamentos de informática	20	2.309	(1.457)	852	1.305
Equipamentos de informática Leasing	20	5.754	(2.906)	2.848	3.513
Veículos	20	4.286	(2.345)	1.941	2.764
Veículos Leasing	20	2.155	(1.580)	575	1.005
Ferramentas, máquinas e equipamentos	10	380.669	(92.460)	288.209	350.782
Instalações	10	18.592	(1.003)	17.589	16.168
Imóveis e edificações	4	8.621	(4.240)	4.381	6.517
Imobilizado em andamento		274.783	-	274.783	265.798
Adiantamento à fornecedores imobilizado nacional		60.505	-	60.505	65.915
Adiantamento à fornecedores imobilizado estrangeiro		-	-	-	11.032
		<b>764.851</b>	<b>(108.317)</b>	<b>656.534</b>	<b>730.396</b>

### e) Movimentação do custo - Consolidado

	2013 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	2014
Terrenos	7.248	-	-	(7.248)	-
Móveis e utensílios	4.924	2.306	-	-	7.230
Equipamentos de informática	1.261	1.056	-	-	2.317
Equipamentos de informática – leasing	5.390	364	-	-	5.754
Veículos	2.220	2.100	-	-	4.320
Veículos leasing	-	2.155	-	-	2.155
Ferramentas, máquinas e equipamentos	328.656	50.264	-	-	378.920
Instalações	2.909	15.639	-	-	18.548
Imóveis e edificações	6.889	245	-	-	7.134
Imobilizado em andamento	653.362	53.840	-	(441.404) (*)	265.798
Adiantamento à fornecedores imobilizado nacional	66.742	-	-	(827)	65.915
Adiantamento à fornecedores imobilizado estrangeiro	28.344	-	-	(17.312)	11.032
	<b>1.107.945</b>	<b>127.969</b>	<b>-</b>	<b>(466.791)</b>	<b>769.123</b>

(\*) R\$440.499 transferidos para propriedade para investimento em dezembro de 2014.

	2014 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	2015
Móveis e utensílios	7.230	-	(53)	-	7.177
Equipamentos de informática	2.317	-	(8)	-	2.309
Equipamentos de informática – leasing	5.754	-	-	-	5.754
Veículos	4.320	-	(34)	-	4.286
Veículos leasing	2.155	-	-	-	2.155
Ferramentas, máquinas e equipamentos	378.920	1.749	-	-	380.669
Instalações	18.548	44	-	-	18.592
Imóveis e edificações	7.134	2.518	-	(1.031)	8.621
Imobilizado em andamento	265.798	8.985	-	-	274.783
Adiantamento à fornecedores imobilizado nacional	65.915	-	(5.410)	-	60.505
Adiantamento à fornecedores imobilizado estrangeiro	11.032	-	(11.032)	-	-
	<b>769.123</b>	<b>13.296</b>	<b>(16.537)</b>	<b>(1.031)</b>	<b>764.851</b>

#### f) Movimentação da depreciação – Consolidado

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2013	Adições	31/12/2014 (Reapresentado)
Móveis e utensílios	10	(790)	(843)	(1.633)
Equipamentos de informática	20	(589)	(423)	(1.012)
Equipamentos de informática – Leasing	20	(2.017)	(224)	(2.241)
Veículos	20	(788)	(768)	(1.556)
Veículos Leasing	20	-	(1.150)	(1.150)
Ferramentas, máquinas e equipamentos	10	(12.329)	(15.809)	(28.138)
Instalações	10	(418)	(1.962)	(2.380)
Imóveis e edificações	4	(299)	(318)	(617)
		<b>(17.230)</b>	<b>(21.497)</b>	<b>(38.727)</b>

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2014	Adições	31/12/2015
Móveis e utensílios	10	(1.633)	(693)	(2.326)
Equipamentos de informática	20	(1.012)	(445)	(1.457)
Equipamentos de informática – Leasing	20	(2.241)	(665)	(2.906)
Veículos	20	(1.556)	(789)	(2.345)
Veículos Leasing	20	(1.150)	(430)	(1.580)
Ferramentas, máquinas e equipamentos	10	(28.138)	(64.322)	(92.460)
Instalações	10	(2.380)	1.377	(1.003)
Imóveis e edificações	4	(617)	(3.623)	(4.240)
		<b>(38.727)</b>	<b>(69.590)</b>	<b>(108.317)</b>

#### 14. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 (Reapresentado)	2015	2014 (Reapresentado)
Direito de uso de software (i)	1.995	3.060	2.004	3.081
Ágio na aquisição de negócio S.A. (ii)	-	-	-	63.597
Marcas e patentes	3	3	3	3
	<b>1.998</b>	<b>3.063</b>	<b>2.007</b>	<b>66.681</b>

- i. Direito de uso de software é ativo com prazo de vida útil definida em cinco anos, prazo pelo qual deve ser totalmente amortizado;
- ii. Ágio registrado na controladora gerado na aquisição do controle da Ecix Processamento de Ações S.A. em 4 de julho de 2012 junto à ICEPAR Holding Participações Ltda. incorporada pela Companhia em 28 de dezembro de 2012. Adicionalmente, há ágio registrado no consolidado referente efeito da combinação de negócios da RG Estaleiros S.A., conforme detalhado a seguir (em 31 dezembro de 2014):

Valor pago na aquisição do negócio	424.145
Passivos reembolsáveis adquiridos	(4.051)
Ativos líquidos adquiridos	(356.497)
<b>Ágio registrado em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>63.597</b>
Baixa realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015	(63.597)
<b>Ágio registrado em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>-</b>

A aquisição do negócio compreendido formado pelas empresas ERG 1 e ERG 2 gerou o reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura, registrado nas demonstrações contábeis da Companhia. De forma abrangente, a expectativa de rentabilidade futura decorrente destas aquisições se suportou à época, na opinião da Administração, fundamentada por laudo de avaliação econômico preparado por empresa especializada, pelos seguintes fatores:

- i) Descobertas na área do pré-sal colocavam a ERG 1 e ERG 2 em posição estratégica para construções oceânicas necessárias no processo de extração de petróleo;
- ii) Expectativa da licitação da Petrobras de 28 plataformas entre o período de 2014 e 2018. Para atendimento desta demanda, existem apenas dois estaleiros em funcionamento no Brasil dedicados a construção de plataformas de petróleo, o que coloca a Companhia em posição de vanguarda;
- iii) Outros entrantes no mercado de extração de petróleo demandarão aproximadamente 48 plataformas entre 2013 e 2019;
- iv) Forte expansão no setor de construção naval;
- v) Estimativas de insuficiência em termos de oferta para construção naval; e
- vi) Aumento significativo da sinergia entre os negócios da ERG 1 e ERG 2 com os demais negócios do grupo.

O laudo de avaliação econômica, com data de 19 de dezembro de 2011, teve como horizonte de projeções o período de 25 anos, de 31 de outubro de 2010 até 31 de dezembro de 2035, em valores reais (sem inflação) sem perpetuidade em função do prazo de avaliação e da modalidade do empreendimento.

A Administração da Companhia entendia que as principais premissas que suportavam o reconhecimento do ágio de rentabilidade futura continuavam válidas até 31 de dezembro de 2014, uma vez que o Estaleiro Rio Grande é o mais completo do País para a construção de cascos e com os investimentos praticamente concluídos apresenta um futuro promissor, já que seriam necessárias 20 a 25 FPSO's nos próximos 5 a 6 anos para fazer frente às necessidades do Pré-sal, seja pelo Campo de Libra ou por outros na região. Qualquer manutenção de conteúdo nacional colocava a Companhia em ótima situação para novos contratos, já que esta busca eficiência operacional a nível mundial. Além disso, tendo o maior dique seco no continente, certamente a manutenção de plataformas antigas teriam perspectiva de ser uma realidade no futuro.

No balanço patrimonial individual da Companhia e nas demonstrações contábeis consolidadas até 31 de dezembro de 2014, o ágio anteriormente demonstrado estava incluído no valor contábil do investimento e no intangível, respectivamente. O valor do ágio tem seu valor recuperável testado anualmente.

Após análise do teste de recuperabilidade do ágio mencionado anteriormente, a Administração da Companhia concluiu, com base em laudo de avaliação elaborado por terceiro, quanto à ausência de perspectiva de realização em 31 de dezembro de 2015, tendo sido realizada a baixa no citado exercício (no montante de R\$63.597).

## 15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado
Fornecedores nacionais	366.536	253.061	325.497	264.577
Fornecedor exterior (i)	1.256.498	920.935	1.266.500	953.149
	<b>1.623.034</b>	<b>1.173.996</b>	<b>1.591.997</b>	<b>1.217.726</b>

- (i) O aumento no saldo de fornecedor exterior corresponde à aquisição de equipamentos visando a construção dos 8 cascos FPSO, sendo os principais valores em aberto referentes aos fornecedores Cosco e National Oilwell (que representam, aproximadamente, 28% e 26% do saldo em aberto em 31 de dezembro de 2015, respectivamente (45% e 17% em 2014, respectivamente)

A seguir estão detalhados os 10 (dez) maiores saldos de fornecedores da Companhia em aberto em dezembro de 2015, bem como acordos de pagamentos:

Fornecedor	Dívida Original	Desconto Obtido	Dívida Líquida	Condições pagamento
COSCO SHANGAI SHIPYARD CO.	463.565	-	463.565	A PAGAR**
NATIONAL OILWELL VARCO NORWAY	423.167	-	423.167	A PAGAR**
OZKAN DEMIR CELIK DIS TICARETI	32.630	(9.463)	23.167	PAGO
SCANA OFFSHORE VESTBY	9.163	(1.832)	7.331	PAGO
VIKING LIFE-SAVING EQUIPMENT	18.620	(7.076)	11.544	PAGO
INTERBRASIL GUINDASTES	29.163	(10.986)	18.177	PAGO*
AIRMARINE ENGENHARIA LTDA	8.661	(1.040)	7.621	PAGO
SULZER BRASIL S A	5.882	-	5.882	PAGO
MTU DO BRASIL LTDA	8.914	(3.358)	5.556	PAGO
BRAY CONTROLS	5.871	-	5.871	A PAGAR**

- (\*\*) Os valores a pagar estão atrelados à liberação da segunda fase da conta vinculada com a Petrobras (em processo de negociação, mas sem data efetiva para liberação). Somente após a liberação da citada operação a Companhia terá caixa disponível para quitar os passivos citados anteriormente.

## 16. Obrigações fiscais

O saldo está representado por impostos e contribuições a recolher, conforme segue:

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado
ISS	1.797	3.162	1.797	3.167
ICMS	71	116	70	116
IRPJ	166.184	61.314	254.890	132.373
INSS e FGTS	17.592	18.481	17.616	18.584
CSLL	23.142	-	55.032	25.937
PIS a recolher	-	-	4.902	6.938
COFINS a recolher	-	-	22.755	5.517
IRRF de terceiros	-	554	479	630
INSS retido de terceiros	4.586	5.577	5.939	6.029
CSRF (PIS, COFINS e CSLL) de terceiros	134	34	1.469	41
IRRF sobre salários	3.009	17.302	3.047	17.326
INSS Parcelamento (*)	5.641	-	5.641	-
Outras contribuições	157	2.142	289	2.145
	<b>222.313</b>	<b>108.682</b>	<b>373.926</b>	<b>218.803</b>

NÃO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado
COFINS Parcelamento (**)	-	-	274	-
PIS Parcelamento (**)	-	-	59	-
INSS Parcelamento (*)	16.343	-	16.343	-
Outras contribuições	-	-	361	-
	<b>16.343</b>	-	<b>17.037</b>	-

(\*) Saldo referente parcelamento de INSS retido de funcionários, de competências dos meses de março a julho de 2015 (no montante de R\$16.436), acrescido de juros e multa no montante de R\$3.801, com pagamento em 60 parcelas (deferido em 15 de dezembro de 2015).

(\*\*) Saldos referentes à parcelamento de PIS e COFINS do ERG1 (janeiro a março de 2013 – R\$211 e multa/juros R\$2) e do ERG2 (julho a novembro de 2014 – R\$120), com pagamento em 60 parcelas.

### 17. Empréstimos e financiamentos

As operações que compõem a rubrica empréstimos e financiamentos são variadas (dentre elas CCB's, FINIMP's, NCE, ACE, FINAME, L4131 e LEASING) e possuem vencimentos em meses diversos, sendo destinadas à investimentos e capital de giro, sendo garantidas por avais, fianças, alienação fiduciária de bens e de ações. Os encargos máximos representam 21,58 % ao ano na controladora e no consolidado, e estão em acordo com as taxas praticadas no mercado financeiro, sendo compostos por spread bancário mais indexadores (TJLP, CDI, Libor).

#### Taxas juros captações - ECOVIX consolidado (em 31 de dezembro de 2015):

Taxa média – Captações internacionais	0,44 % a.m.
Taxa média – Captações nacionais (curto prazo)	1,38 % a.m.
Taxa média – Captações nacionais (longo prazo)	1,32 % a.m.
Taxa média – Controladora	0,84 % a.m.
Taxa média – Consolidado	0,75 % a.m.

#### Taxas juros captações - ECOVIX consolidado (em 31 de dezembro de 2015):

Taxa média – Captações internacionais	0,42% a.m.
Taxa média – Captações nacionais (curto prazo)	1,14 % a.m.
Taxa média – Captações nacionais (longo prazo)	0,68 % a.m.
Taxa média – Consolidado	0,66 % a.m.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dos empréstimos e financiamentos é composto por 39,55 % das operações em reais, 1,23% em euro e 59,22% em dólares norte-americanos (controladora). No consolidado, o saldo dos empréstimos e financiamentos está composto por 62,74% das operações em reais, 0,76% em euro e 36,50% em dólares norte-americanos.

O saldo em 31 de dezembro de 2015, comparado com o saldo em 31 de dezembro de 2014, apresenta principalmente pelo efeito cambial sobre as dívidas em moeda estrangeira (sobretudo pela desvalorização do real frente ao dólar norte-americano durante 2015).

Com o objetivo de ajustar o perfil das dívidas (de curto prazo para longo prazo), a Companhia tem adotado procedimento de renegociar os empréstimos e financiamentos com vencimentos durante o ano de 2015. Para isso, foram revistos os prazos de amortização e carências, taxas e garantias. Até a data de 31 de dezembro de 2015, as principais renegociações foram:

- 1) Banco PINE – formalizado em 02 de abril de 2015 Cédula de Crédito Bancário (“CCB”), no valor de R\$59.207, reajustada com base no indexador CDI + spread. Com esta CCB foram liquidados uma CCB e um FINIMP que venciam em 2015. O contrato venceu em agosto de 2016 (não tendo sido renegociado entre as partes).
- 2) Banco HSBC:
  - a. formalizado em 8 de maio de 2015 CCB Novação no valor de R\$140.235, reajustada com base no indexador CDI + spread. Com esta CCB Novação foram liquidados uma operação de FINIMP, quatro operações NCE e uma CCB/4131, todas com vencimentos em 2015. O prazo de vencimento inicial é de 4 meses. Em 28 de agosto de 2015 foi formalizado o 1º aditamento à CCB emitida em 8 de maio de 2015, prorrogando o vencimento para agosto de 2016. O contrato encontra-se vencido (não tendo sido renegociado entre as partes).
  - b. formalizado em 24 de setembro de 2015 Term Sheet para operação de ACE no valor de USD53.568, prevendo a conversão para outro instrumento financeiro (a ser definido ainda) e prorrogação do vencimento para agosto de 2016. O contrato encontra-se vencido (não tendo sido renegociado entre as partes).
- 3) BIC Banco:
  - a. formalizado em 02 de junho de 2015 o 2º aditamento ao CCB de R\$48.679, prorrogando o prazo de vencimento para 20 de julho de 2015. Na ocasião foram pagos os juros de R\$1.299 concedidas determinadas garantias. Anteriormente o BIC Banco havia ajuizado ação de execução contra a Companhia e devedoras solidárias, em virtude do não pagamento da obrigação em 20 de março de 2015.
  - b. formalizado em 13 de agosto de 2015 o terceiro aditamento ao CCB de R\$48.679 prorrogando o prazo para 13 de outubro de 2015. Na ocasião foram pagos os juros de R\$2.129.
  - c. formalizado em 28 de outubro de 2015 o quarto aditamento ao CCB de R\$48.679, prorrogando o prazo de vencimento para agosto de 2016. Na ocasião foram pagos juros de R\$2.361. O contrato encontra-se vencido (não tendo sido renegociado entre as partes).
- 4) Banrisul - formalizado em 01 de junho de 2015 o 3º aditamento ao CCB de R\$ 65.231, no qual originalmente eram previstas amortizações mensais a partir de janeiro/15 - alterou-se para um único vencimento em agosto de 2016. O contrato encontra-se vencido (não tendo sido renegociado entre as partes).
- 5) Bank of China Brasil: formalizado em 9 novembro 2015 a contratação de CCE no valor de R\$20.850 com vencimento em setembro de 2016. A operação foi utilizada para liquidação do principal e dos juros de NCE vencida em 28 setembro 2015. O contrato encontra-se vencido (não tendo sido renegociado entre as partes).

- 6) Banco do Brasil - formalizada em 21 de setembro de 2015 prorrogação do vencimento de três FINIMP's e dois CCB's pelo prazo de 15 meses, ambos com vencimentos em dezembro de 2016, totalizando o valor de R\$169.350.
- 7) Bradesco:
- a. firmado em 18 de junho de 2015 contrato de CCB de R\$ 20.000 com prazo de 18 meses, utilizada para liquidação do contrato de conta garantida que vence na mesma data.
  - b. firmado em 7 de julho de 2015 a prorrogação por 18 meses no vencimento de operação L4131, no valor de USD64.445.
- 8) Citibank: em 31 de dezembro de 2015 havia 11 contratos de arrendamento mercantil (leasing) firmados, os quais referem-se ao arrendamento de computadores, notebooks e servidores utilizados nos diversos setores da Companhia. Com amortizações mensais, os contratos possuem vencimentos previstos entre setembro de 2016 e abril de 2017.
- 9) Caixa Econômica Federal: em 21 de dezembro de 2012 a subsidiária RG Estaleiros ERG2 S.A. firmou contrato de financiamento junto à Caixa Econômica Federal com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), no montante de R\$ 466.153. As amortizações serão mensais após o término do prazo de carência de 48 meses, com taxa de juros de 2,0% ao ano mais variação da TJLP para aquisições de conteúdo nacional e taxa de juros de 4,0% ao ano mais variação do PTAX 800, opção 5 do Bacen, para aquisições de conteúdo importado. Tais créditos destinam-se à construção da segunda unidade do Estaleiro Rio Grande (ERG 2), que consiste na construção das instalações industriais necessárias para processamento de aço, pré-edificação, edificação e acabamento de blocos estruturais de cascos marítimos com foco no projeto do pré-sal da Petrobras. Até o momento o RG Estaleiros ERG2 obteve da Caixa Econômica Federal a liberação do montante de R\$ 241.000, o que ocorreu durante o ano de 2014. O prazo de carência terminará em março de 2018.

A seguir estão as composições dos empréstimos e financiamentos:

Instituição Financeira	Classificação do contrato	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
Banco Citibank	LEASING	1.288	2.068	1.288	2.068
Banco do Brasil S.A.	CCB	3.912	9.515	3.912	9.515
Banco do Brasil S.A.	CCB	19.882	40.042	19.882	40.042
Banco do Brasil S.A.	FINAME ( ERG2)	-	-	192	238
Banco do Brasil S.A.	FINIMP	12.337	9.359	12.337	9.359
Banco do Brasil S.A.	FINIMP	29.861	27.192	29.861	27.192
Banco do Brasil S.A.	FINIMP	121.318	83.750	121.318	83.750
Banco do Brasil S.A.	FMM (ERG2)	-	-	316.670	316.281
Banco HSBC	ACC	-	150.158	-	150.158
Banco HSBC	ACE	217.660	-	217.660	-
Banco HSBC	CCB	137.746	30.433	137.746	30.434
Banco HSBC	FINIMP	-	24.310	-	24.310
Banco HSBC	NCE	-	1.685	-	1.685
Banco HSBC	NCE	-	10.583	-	10.583
Banco HSBC	NCE	-	10.162	-	10.162
Banco HSBC	NCE	-	31.727	-	31.727
Banco HSBC	SWAP	-	7.740	-	7.740
Banco Pine	CCB	-	24.317	-	24.317
Banco Pine	CCB	-	40.598	-	40.598
Banco Pine	CCB	67.408	-	67.408	-
Bank Of China Brasil	ACC	21.329	19.617	21.329	19.617
Banrisul	CCB	71.429	60.925	71.429	60.925
Banrisul	FINAME	554	740	554	740
Banrisul	FINAME	1.323	1.780	1.323	1.780
Bic Banco	CCB	50.457	46.698	50.457	46.698
Bic Banco	CTA. DEVEDORA	-	1.339	-	1.339
Banco Bradesco S.A.	CCB	21.778	-	21.778	-
Banco Bradesco S.A.	CTA. GAR.	-	19.889	-	19.889
Banco Bradesco S.A.	FINAME	208	349	208	349
Banco Bradesco S.A.	LEASING	-	862	-	862
Bradesco NY	L.4131	224.526	158.443	224.526	158.443
Caixa Economica Federal	FMM (ERG2)	-	-	306.631	260.506
Jackson Empreendimentos	Avais/Fianças	-	3.050	-	3.050
<b>Total</b>		<b>1.003.016</b>	<b>817.331</b>	<b>1.626.509</b>	<b>1.394.357</b>
<b>Parcela circulante</b>		<b>1.001.603</b>	<b>756.222</b>	<b>1.019.339</b>	<b>774.602</b>
<b>Parcela não circulante</b>		<b>1.413</b>	<b>61.109</b>	<b>607.170</b>	<b>619.755</b>
<b>Total</b>		<b>1.003.016</b>	<b>817.331</b>	<b>1.626.509</b>	<b>1.394.357</b>

**Maturidade dos Empréstimos e Financiamentos - controladora:**

Banco	Tipo Contrato	Valor Nominal	Valor Contábil	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos	Mais de 05 anos
BANCO CITIBANK	LEASING	3.856	1.281	334	334	174	-	-
BANCO DO BRASIL S.A.	CAP.GIRO	9.500	3.912	3.912	-	-	-	-
BANCO DO BRASIL S.A.	CAP.GIRO	40.000	19.882	9.974	9.908	-	-	-
BANCO DO BRASIL S.A.	FINIMP	2.900	12.336	6.167	6.169	-	-	-
BANCO DO BRASIL S.A.	FINIMP	10.237	29.861	14.931	14.930	-	-	-
BANCO DO BRASIL S.A.	FINIMP	31.529	121.318	60.659	60.659	-	-	-
BANRISUL	CCB	62.149	71.429	-	71.429	-	-	-
BANRISUL	FINAME	832	554	92	92	370	-	-
BANRISUL	FINAME	2.041	1.323	221	220	869	-	-
BANK OF CHINA	NCE	19.000	21.329	-	21.329	-	-	-
BIC	CCB	46.668	50.457	-	50.457	-	-	-
BANCO BRADESCO S.A.	FINAME	589	208	156	52	-	-	-
BANCO BRADESCO S.A.	CCB	20.000	21.778	-	21.778	-	-	-
BANCO BRADESCO S.A.	L.4131	57.500	224.526	-	224.526	-	-	-
HSBC	ACE	53.568	217.594	-	217.594	-	-	-
HSBC	CCB	140.235	137.746	-	137.746	-	-	-
PINE	CCB	59.207	67.482	-	67.482	-	-	-
<b>Total</b>		<b>559.811</b>	<b>1.003.016</b>	<b>96.446</b>	<b>904.705</b>	<b>1.413</b>	-	-

**Maturidade dos Empréstimos e Financiamentos- consolidado:**

Banco	Tipo Contrato	Valor Nominal	Valor Contábil	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos	Mais de 05 anos
BANCO CITIBANK	LEASING	3.856	1.281	334	334	174	-	-
BANCO DO BRASIL S.A.	CAP.GIRO	9.500	3.912	3.912	-	-	-	-
BANCO DO BRASIL S.A.	CAP.GIRO	40.000	19.882	9.974	9.908	-	-	-
BANCO DO BRASIL S.A.	FINAME ( ERG2)	350	192	24	23	23	47	75
BANCO DO BRASIL S.A.	FMM (ERG2)	304.112	316.671	9.934	9.932	9.855	19.710	267.009
BANCO DO BRASIL S.A.	FINIMP	2.900	12.337	6.168	6.169	-	-	-
BANCO DO BRASIL S.A.	FINIMP	10.237	29.861	14.931	14.930	-	-	-
BANCO DO BRASIL S.A.	FINIMP	31.529	121.318	60.659	60.659	-	-	-
BANRISUL	CCB	62.149	71.429	-	71.429	-	-	-
BANRISUL	FINAME	832	554	92	92	370	-	-
BANRISUL	FINAME	2.041	1.323	221	220	869	-	-
BANK OF CHINA	NCE	19.000	21.329	-	21.329	-	-	-
BIC	CCB	46.668	50.457	-	50.457	-	-	-
BANCO BRADESCO S.A.	FINAME	589	208	156	52	-	-	-
BANCO BRADESCO S.A.	CCB	20.000	21.778	-	21.778	-	-	-
BANCO BRADESCO S.A.	L.4131	57.500	224.526	-	224.526	-	-	-
HSBC	ACE	53.568	217.594	-	217.594	-	-	-
HSBC	CCB	140.235	137.746	-	137.746	-	-	-
PINE	CCB	59.207	67.481	-	67.481	-	-	-
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	FMM (ERG2)	240.995	306.630	7.324	7.325	7.385	14.767	270.006
<b>Total</b>		<b>1.105.268</b>	<b>1.626.509</b>	<b>113.729</b>	<b>921.984</b>	<b>18.676</b>	<b>34.524</b>	<b>553.970</b>

A seguir seguem as principais operações com respectivos bancos e valores vencidos em 2016 e os potenciais impactos pela não quitação/renegociação em seus vencimentos:

Inst. Financeira	Operação	Vencido.	Valor Principal R\$	Valor Juros R\$	Valor Multa/Juros R\$	Potencial impacto:
BIC Banco	CCB	22/08/16	46.679	15.715	11.901	Caso a operação não seja renegociada pode acarretar na execução do aval da Jackson Empreendimentos S/A e o banco poderá apossar-se das cotas do FIP RG Estaleiros, cedidas fiduciariamente em garantia.
Banco Pine	CCB	30/08/16	59.207	19.477	14.364	Caso a operação não seja renegociada pode acarretar na execução do aval da Jackson Empreendimentos S/A e o banco poderá apossar-se das cotas do FIP RG Estaleiros, cedidas fiduciariamente em garantia.
Banrisul	CCB	30/08/16	62.149	22.645	15.305	Caso a operação não seja renegociada pode acarretar na execução do aval da Jackson Empreendimentos S/A e o banco poderá apossar-se das cotas do FIP RG Estaleiros, cedidas fiduciariamente em garantia.
HSBC	ACE	31/08/16	170.428	14.531	33.575	Caso a operação não seja renegociada pode acarretar na execução do aval da Jackson Empreendimentos S/A e o banco poderá apossar-se das cotas do FIP RG Estaleiros, cedidas fiduciariamente em garantia.
HSBC	CCB	31/08/16	140.235	23.096	29.649	Caso a operação não seja renegociada pode acarretar na execução do aval da Jackson Empreendimentos S/A e o banco poderá apossar-se das cotas do FIP RG Estaleiros, cedidas fiduciariamente em garantia.
Bank Of China	CCE	29/09/16	20.851	3.083	3.638	Caso a operação não seja renegociada pode acarretar na execução do aval da Jackson Empreendimentos S/A e o banco poderá apossar-se das cotas do FIP RG Estaleiros, cedidas fiduciariamente em garantia.
Citibank	LEASING	DIVERSOS	1.093	188	28	Não há impactos significativos.
Caixa Econômica Federal	FMM	15/08/36	240.995	67.100	-	A operação encontra-se no período de carência até março de 2018.
Bradesco	L4131	19/12/16	182.913	7.970	28.632	Caso a operação não seja renegociada pode acarretar na execução do aval da Jackson Empreendimentos S/A e o banco poderá apossar-se das cotas do FIP RG Estaleiros, cedidas fiduciariamente em garantia.

Para os contratos de empréstimos e financiamentos vencidos em 31 de dezembro de 2016, a Companhia encontra-se em processo de negociação junto às respectivas instituições financeiras.

#### Derivativos – contratos de SWAP

A controladora possui operações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de reduzir riscos relacionados à volatilidade das taxas cambiais, representados, em sua totalidade, por contratos de swap (não possuindo outras modalidades de derivativos).

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía quatro contratos de *Swap* atrelados a empréstimos NCE totalizando US\$22.922, conforme segue (não havendo operações de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2015):

Em 31 de dezembro de 2014:

Vencimento	Instituição financeira	Valor nominal US\$	Valor justo - Ativo R\$	Valor justo - Passivo R\$	Ajuste a receber (pagar) - R\$
06/04/2015	HSBC	4.558	10.583	12.173	(1.590)
10/07/2015	HSBC	644	1.682	1.714	(32)
05/04/2017	HSBC	4.474	10.556	12.167	(1.611)
20/07/2017	HSBC	13.246	31.190	35.698	(4.508)
<b>Total</b>		<b>22.922</b>	<b>54.011</b>	<b>61.752</b>	<b>(7.741)</b>

## 18. Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes estão representados pelos valores pagos:

- i) Petrobras Netherlands B.V. (PNBV) referente projetos FPSOs;
- ii) Curumim Drilling B.V., Cassino Drilling B.V. e Salinas Drilling B.V. referente projetos DRU;
- iii) Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, referente contrato de locação da infraestrutura para conversão e reparos de unidades estacionárias de produção de petróleo e gás, pelo prazo de 12 meses.

Os adiantamentos recebidos são apresentados em Reais (R\$), sendo que inicialmente são recebidos em dólares norte-americanos e convertidos em Reais (R\$), conforme segue:

Em 31 de dezembro de 2015:

Projeto	Adiantamentos recebidos	Receitas totais reconhecidas	Saldo de adiantamentos
FPSO - Floating Production Storage and Offloading	6.580.090	(6.186.514)	393.576
DRILL - Drill Rig Units – Operação descontinuada	1.036.588	(1.238.350)	(201.762)
<b>Total</b>	<b>7.616.678</b>	<b>(7.424.864)</b>	<b>191.814</b>

Em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado):

Projeto	Adiantamentos recebidos	Receitas totais reconhecidas	Saldo de adiantamentos
FPSO - Floating Production Storage and Offloading	5.521.431	(5.136.223)	385.208
DRILL - Drill Rig Units – Operação descontinuada	1.048.936	(1.025.426)	23.510
<b>Total</b>	<b>6.570.367</b>	<b>(6.161.649)</b>	<b>408.718</b>

### 19. Provisão para demandas judiciais (consolidado)

Como parte do processo de aquisição da controlada indireta ERG 1, foi identificado um passivo contingente no valor de R\$4.051 relacionado à reclamações cíveis, tributárias e trabalhistas, com perspectiva de perda e consequente futuro desembolso de caixa considerados como provável, e que foi registrado nas demonstrações contábeis da controlada ERG 1 em 31 de dezembro de 2010, atualizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Outras provisões para demandas judiciais são conforme segue:

Descrição - consolidado	2015	2014 Reapresentado
Contingências cíveis	42.036	1.484
Contingências tributárias	-	-
Contingências trabalhistas	11.570	3.975
Contingência ambiental (i)	9.161	8.115
Outras contingências	319	318
<b>Total</b>	<b>63.086</b>	<b>13.892</b>

Composição por empresa em 31 de dezembro de 2015	Contingênci as cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências ambientais (i)	Outras contingências	Total
RG Estaleiros S.A.	-	67	-	-	67
RG Estaleiro ERG 1 S.A.	-	3.576	8.064	319	11.959
RG Estaleiro ERG 2 S.A.	1.197	-	1.097	-	2.294
Controladora	40.839	7.927	-	-	48.766
<b>Total</b>	<b>42.036</b>	<b>11.570</b>	<b>9.161</b>	<b>319</b>	<b>63.086</b>

- (i) O saldo reflete o termo de compromisso para execução de medida compensatória celebrado entre ERG 1 e ERG2 e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, visando o cumprimento da compensação ambiental decorrente da instalação do Estaleiro Rio Grande.

Em 31 de dezembro de 2015, existiam ainda processos judiciais na área civil, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de probabilidade de risco possível no montante de R\$486.057 relacionados, principalmente, à bloqueios judiciais e processos movidos por fornecedores (R\$28.127 em 2014), além de processos judiciais na área trabalhista avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de probabilidade de risco possível no montante de R\$17.924 (zero em 2014) para os quais nenhuma provisão foi registrada, por não ser requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou normas internacionais de relatório financeiro.

### 20. Provisão para atraso na entrega de plataformas

A Companhia procedeu ao registro de provisão para atraso na entrega de plataformas nos montantes de R\$1.076.432 em 31 de dezembro de 2015 (R\$427.887 em 31 de dezembro de 2014), conforme disposições contratuais, registrada no passivo não circulante, conforme segue:

FPSO - Casco	Dias de atraso	2015
P-66 - Hull #01	134	247.020
P-67 - Hull #02	116	163.550
P-68 - Hull #03	86	163.550
P-69 - Hull #04	69	163.550
P-70 - Hull #05	44	163.550
P-71 - Hull #06	31	143.690
P-72 - Hull #07	14	31.522
<b>Total</b>		<b>1.076.432</b>

FPSO - Casco	Dias de atraso	2014 Reapresentado
P-66 - Hull #01	81	168.033
P-67 - Hull #02	64	148.601
P-68 - Hull #03	34	111.253
<b>Total</b>		<b>427.887</b>

## 21. Patrimônio Líquido

### i) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$20.000, representado por 20.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

### ii) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social.

### iii) Reserva de lucros

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimento, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos Administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

### iv) Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo remanescente, após atendida as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionista, observada a legislação aplicável.

Os acionistas formalizaram, através de AGE, a aprovação da distribuição de dividendos antecipados ocorrida em outubro de 2013, no montante de R\$12.744, sendo provenientes de antecipação do resultado do exercício de 2013.

## 22. Receita Líquida

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 (Reapresentado)	2015	2014 (Reapresentado)
Receitas de serviços e locação – pessoas jurídicas de direito privado (i)	-	-	193.976	73.141
Receitas de serviços com o exterior (ii)	1.451.598	3.370.711	1.451.598	3.370.712
<b>Receita bruta</b>	<b>1.451.598</b>	<b>3.370.711</b>	<b>1.645.574</b>	<b>3.443.853</b>
Impostos incidentes	(2.791)	(3.521)	(13.221)	(8.590)
<b>Receita líquida</b>	<b>1.448.807</b>	<b>3.367.190</b>	<b>1.632.353</b>	<b>3.435.263</b>

- (i) As receitas de serviços, consolidado, decorrem do contrato da subsidiária para a Administração e Manutenção da Infraestrutura destinada à Construção, Montagem e Reparo das Unidades Estacionárias de produção (UEPs) em 29 de agosto de 2006, firmado com a Rio Bravo Investimentos S.A DTVM e arrendamento mercantil operacional (aluguel) pela utilização da infraestrutura para construção, manutenção e reparos de unidades estacionárias de petróleo, registrada como propriedade para investimento na controlada RG Estaleiro ERG1 S.A.;
- (ii) As receitas de serviços decorrem da construção de oito plataformas (FPSOs), cujo prazo para conclusão e entrega se dará dentro dos próximos três anos, e três unidades de perfuração Offshore do tipo navio-sonda (DrillShip). Entretanto, em virtude da atual situação econômico-financeira do cliente Sete Brasil Participações S.A., o projeto encontra-se paralisado desde abril de 2015 (considerando-se que tal operação se trata de um contrato de longo prazo, o reconhecimento da receita (e dos custos) era efetuado pelo método de percentagem completada. Segundo este método, a receita contratual é proporcional aos custos incorridos em cada etapa de medição. Esse método, no entendimento da Companhia, proporciona informação relevante acerca da extensão da atividade e desempenho durante o exercício. Cada projeto possui um valor de venda pré-acordado e uma margem estimada. Caso existam indicativos de que esta margem não seja confirmada, as receitas e contas a receber são ajustadas imediatamente. A Companhia entende que as margens aplicadas refletem a execução do projeto nos exercícios.

### 23. Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados contempla, de forma geral, todos os custos diretamente relacionados com a construção dos FPSOs e navios-sonda, bem como da prestação de serviços à terceiros, representado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 (Reapresentado)	2015	2014 (Reapresentado)
Custos com pessoal	(212.954)	(505.439)	(212.954)	(506.268)
Custos de ocupação	(196.216)	(212.053)	(220.547)	(232.458)
Custos de utilidade e serviços	(26.026)	(16.348)	(26.026)	(16.313)
Custos com materiais	(1.005.177)	(2.133.014)	(1.005.259)	(1.880.945)
Custos gerais	(2.489)	(39.059)	(2.490)	(43.736)
Custos com serviços contratados	(128.186)	(325.972)	(128.186)	(326.019)
Outros	(4.172)	(6.772)	(27.225)	(206.111)
<b>Custos dos produtos vendidos e serviços prestados</b>	<b>(1.575.220)</b>	<b>(3.238.657)</b>	<b>(1.622.687)</b>	<b>(3.211.850)</b>

### 24. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 (Reapresentado)	2015	2014 (Reapresentado)
Despesas com pessoal	(91.402)	(18.727)	(92.433)	(19.751)
Despesas de ocupação, utilidades e serviços	(7.189)	(7.664)	(28.271)	(8.291)
Serviços prestados por terceiros	(18.979)	(4.285)	(50.404)	(7.080)
Despesas com viagens e estadias	(2.504)	(4.561)	(2.728)	(4.666)
Despesas com refeições	(9.163)	(3.511)	(9.163)	(3.519)
Despesas com materiais	(54.054)	(1.435)	(54.072)	(1.518)
Outras despesas gerais	(3.493)	(2.705)	(93.008)	(16.450)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(186.784)</b>	<b>(42.888)</b>	<b>(330.079)</b>	<b>(61.275)</b>

O aumento no grupo de despesas com pessoal decorre principalmente da paralisação total do segmento de construção de navios-sonda (DrillsShips) em abril de 2015, sendo que a partir desta todos os custos com pessoal foram realocados para despesas, bem como os gastos com demissões e indenizações referentes.

## 25. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 (Reapresentado)	2015	2014 (Reapresentado)
Outras receitas operacionais				
Despesas indedutíveis (ii)	(666.600)	(671.397)	(841.728)	(774.535)
Outras receitas	732.666	509.736	936.888	561.493
Recuperação de despesas (i)	69.983	28.697	78.690	30.931
	<b>136.049</b>	<b>(132.964)</b>	<b>173.850</b>	<b>(182.111)</b>
Outras despesas operacionais				
Provisão para créditos com liquidação duvidosa	(103.340)	(180.294)	(103.340)	(180.294)
Provisão para atraso de entrega de plataforma	(648.565)	(293.401)	(648.565)	(293.401)
Outras despesas	(759)	(5.906)	(1.716)	(5.906)
	<b>(752.664)</b>	<b>(479.601)</b>	<b>(753.621)</b>	<b>(479.601)</b>
Outras despesas e receitas operacionais	<b>(616.615)</b>	<b>(612.565)</b>	<b>(579.771)</b>	<b>(661.712)</b>

- (i) Referem-se substancialmente à ajustes de reconciliação nas rubricas de fornecedores (nacionais e exteriores);
- (ii) Referem-se à ajustes de reconciliação das rubricas de fornecedores/adiantamentos à fornecedores (nacional e exterior), bem como reconhecimento de provisão para atrasos nas entregas de plataformas (FPSOs).

## 26. Receitas financeiras

As receitas financeiras decorrem de operações e transações financeiras, sendo calculadas de acordo com a taxa efetiva de juros.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 (Reapresentado)	2015	2014 (Reapresentado)
Juros recebidos ou aferidos sobre mútuos (i)	38.750	43.466	42.128	11.613
Rendimentos de aplicações financeiras (ii)	1.191	2.521	3.737	6.293
Variações monetárias e cambiais ativas	1.067.355	415.640	1.073.543	415.669
Outras	9.085	16.811	9.537	23.622
	<b>1.116.381</b>	<b>478.438</b>	<b>1.128.945</b>	<b>457.197</b>

- (i) Os juros recebidos referem-se à atualização dos mútuos ativos.
- (ii) Apesar do crescimento do saldo de aplicações financeiras no exercício e da alta da taxa de juros Selic, ocorreram decréscimos no prazo médio aplicado, acarretando em redução nos rendimentos financeiros da Companhia.

## 27. Despesas financeiras

As despesas financeiras estão representadas pelos gastos com fiança bancária, juros de mora e outras despesas financeiras incidentes sobre operações e transações financeiras, sendo calculadas de acordo com a taxa efetiva de juros.

A composição do saldo está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 (Reapresentado)	2015	2014 (Reapresentado)
Juros pagos ou incorridos (i)	(83.295)	(53.549)	(130.622)	(97.882)
Juros pagos ou incorridos sobre mútuos	(248)	(8.853)	(41.243)	(11.335)
Fianças e seguros-garantia	(30.587)	(26.935)	(30.587)	(26.935)
IOF	(5.191)	(3.016)	(5.201)	(4.202)
Varição cambial passiva (ii)	(1.139.603)	(402.793)	(1.183.512)	(402.918)
Despesas com derivativos SWAP	(15.313)	(7.740)	(15.313)	(7.740)
Juros pagos por tributos e fornecedores	(14.259)	-	(15.046)	-
Outras despesas financeiras	(4.063)	(10.870)	(4.130)	(12.648)
	<b>(1.292.559)</b>	<b>(513.756)</b>	<b>(1.425.654)</b>	<b>(563.660)</b>

- (i) Os juros pagos referem-se à atualização dos encargos sobre empréstimos obtidos;  
(ii) Referem-se à valores adiantados pelos clientes no exterior e seu reflexo na valorização cambial ocorrida no exercício, gerando saldos de variação cambial passiva.

## 28. Imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 (Reapresentado)	2015	2014 (Reapresentado)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.190.199)	(611.906)	(1.196.893)	(606.037)
<b>Base de cálculo</b>	<b>(1.190.199)</b>	<b>(611.906)</b>	<b>(1.196.893)</b>	<b>(606.037)</b>
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
<b>Prejuízo para fins de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(404.668)</b>	<b>(208.048)</b>	<b>(406.944)</b>	<b>(206.053)</b>
Efeito das adições ou (exclusões) ao lucro contábil	781.170	664.901	849.526	745.071
<b>Base tributável</b>	<b>376.502</b>	<b>456.853</b>	<b>442.582</b>	<b>539.018</b>
	(128.011)	(155.330)	(150.478)	(183.266)
Alíquota efetiva	34%	34%	34%	34%

## 29. Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base de cálculo dos tributos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente.

Caso haja alguns fatores relevantes que venham modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social da Companhia.

A Companhia, nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não constituiu impostos diferidos, bem como reverteu os saldos remanescentes de exercícios anteriores em virtude da inexistência de perspectivas de lucros futuros (o mesmo critério foi adotado para as investidas que se encontram em situação similar).

Com base nos últimos resultados apresentados pela Companhia e suas controladas, a Administração procedeu a baixa de saldos anteriormente registrados de imposto de renda e contribuição social diferidos.

### 30. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos que não visem proteção ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros	Controladora					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	127.717	-	127.717	20.041	-	20.041
Caixa restrito	37.850	-	37.850	133.314	-	133.314
Contas a receber de clientes	-	27.893	27.893	-	5.316	5.316
Empréstimos com Partes relacionadas	-	423.282	423.282	-	315.362	315.362
<b>Passivos</b>						
Empréstimos com Partes relacionadas	-	130.267	130.267	-	87.560	87.560
Fornecedores	-	1.623.034	1.623.034	-	1.173.996	1.173.996
Empréstimos e financiamentos	-	1.003.016	1.003.016	-	817.331	817.331

Instrumentos financeiros	Consolidado					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	134.630	-	134.630	34.594	-	34.594
Caixa restrito	37.850	-	37.850	133.314	-	133.314
Contas a receber de clientes	-	24.037	24.037	-	4.267	4.267
Bancos conta vinculada	-	21.716	21.716	-	33.165	33.165
Empréstimos com Partes relacionadas	-	104.813	104.813	-	43.879	43.879
<b>Passivos</b>						
Empréstimos com Partes relacionadas	-	130.267	130.267	-	87.560	87.560
Fornecedores	-	1.591.997	1.591.997	-	1.217.726	1.217.726
Empréstimos e financiamentos	-	1.626.509	1.626.509	-	1.394.357	1.394.357

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia adotou o procedimento de precificar as aplicações financeiras e saldo de Bancos conta vinculada através de preços observáveis (Nível II).

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda;
- Risco de taxa de juros; e
- Riscos operacionais.

As informações a seguir apresentam informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, bem como as políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo das demonstrações contábeis.

### **Estrutura do gerenciamento de risco**

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, visando definir limites e controles de riscos apropriados, bem como monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas.

### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e de suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

O risco de crédito da Companhia é mitigado pelo contrato de fornecimentos das FPSO, que prevê a entrega do bem no estado de construção encontrado, sendo os avanços de construção suportados por medição para recebimento dos custos incorridos nos mesmos.

### **Contas a receber de clientes**

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais dos clientes.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Administração da Companhia entendeu como não necessário o registro de provisão para redução ao valor recuperável.

### **Investimentos**

A Companhia e suas controladas limitam suas exposições a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas em instituições financeiras de grande porte. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia e suas controladas tenham investido apenas em títulos com classificações altas de crédito, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Consolidado				
2015				
Valor	2 meses ou menos	2 - 12 meses	1 - 2 Anos	
Fornecedores vencidos	1.523.630	55.108	349.874	1.118.648

Controladora				
2015				
Valor	2 meses ou menos	2 - 12 meses	1 - 2 Anos	
Fornecedores vencidos	1.623.034	53.553	346.496	1.222.985

A Companhia conta ainda com o suporte financeiro da sua matriz, caso tenha alguma dificuldade em cumprir com suas obrigações financeiras de curto prazo.

### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetem os ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado.

### **Risco de moeda**

Na data do encerramento do exercício a Companhia detinha posições passivas em moeda estrangeira, notadamente ao dólar norte-americano, decorrente do recebimento de adiantamento por parte da Petrobras Netherlands BV. Os recursos recebidos em dólar foram parcialmente aplicados também em dólar, através da manutenção de aplicações financeiras denominadas em dólar, porém parte desses recursos foi aplicada em reais.

A exposição às variações das taxas de câmbio, no entanto, serão futuramente eliminadas quando os faturamentos decorrentes da construção dos cascos das plataformas de petróleo para a Petrobras ocorrerem, gerando um contas a receber em dólar por valores previamente acordados com a Petrobras. A Companhia entende que a existência do contrato firme de fornecimento desses cascos à Petrobras, por valor previamente fixado em dólar, constitui um instrumento natural para à exposição de moeda atual, de modo que o risco apresentado atualmente é apenas temporal e de ordem contábil e não tem capacidade de originar perdas com impactos negativos em seu fluxo de caixa.

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável.

### **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia ou suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

### **Riscos operacionais**

A abordagem de gestão de riscos adotada pela Companhia e suas controladas é realizada por um grupo especificamente dedicado, e baseia-se em um processo permanente e retroalimentado de planejamento para a gestão de riscos, identificação dos riscos, planejamento de respostas a riscos e monitoramento e controle das respostas a riscos. Todo esse processo é efetuado por uma empresa terceira pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia.

O processo de planejamento para a gestão de riscos consiste em decidir a forma de abordagem, estabelecer padrões, definir as ferramentas adequadas e executar as atividades associadas à gestão de riscos do empreendimento.

O processo de identificação dos riscos é permanente e começou no início do empreendimento. As ferramentas e técnicas utilizadas no processo de incluem reuniões, entrevistas, observação, *workshops*, *brainstorming* entre outros.

O processo de planejamento de respostas a risco constitui na definição das estratégias mais adequadas para enfrentar e mitigar os riscos de acordo com sua natureza e classificação de prioridade.

O monitoramento e controle de riscos é uma atividade contínua que tem como objetivos principais: a reavaliação dos riscos identificados, monitoramento da efetividade das respostas aplicadas, identificação de novos riscos, execução de auditorias de risco, entre outras.

### **Riscos socioambientais**

Os riscos socioambientais decorrem da associação entre os riscos naturais e os riscos resultantes de aspectos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação da infraestrutura da Companhia. Dada a natureza e porte das construções aí desenvolvidas, as exposições à substâncias químicas e processos mecânicos podem causar danos ao meio ambiente e aos indivíduos, dependendo de sua concentração, intensidade, suscetibilidade e tempo de exposição. Estes riscos são permanentemente tratados através de sistemática de gestão baseada nas Normas ISO 14.001 e OHSAS 18.001 de análise de aspectos e impactos; e perigos e riscos a que a Companhia está sujeita no dia a dia, na preparação das respostas e no monitoramento e medição das características principais de suas operações que possam ter impacto significativo. O processo se completa pela análise pela alta Administração do sistema de gestão, que é realizada em periodicidade planejada.

### **Riscos de engenharia**

Com o início da utilização da infraestrutura construída, as controladas da Companhia estão sujeitas à obras de finalização ou de retificação nas áreas e equipamentos que compõem seu imobilizado.

### **Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são equivalentes aos seus valores contábeis.

### 31. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2015, as coberturas de seguros contra Riscos Operacionais e Lucros Cessantes somam R\$253.403, Responsabilidade Civil R\$35.500, Danos Materiais R\$21.978, Riscos de Engenharia R\$454.927 e Frota R\$1.390.

### 32. Eventos subsequentes

**Término do acordo de acionistas entre Jackson Empreendimentos S.A. e JB Minox Investimentos e Participações S.A.**

Em 19 de novembro de 2015, a Jackson Empreendimentos S.A. e a JB Minox Investimentos e Participações S.A. (“acionistas”) celebraram contrato de Compra e Venda de Ações, sendo acordado a venda de todas as ações da JB Minox Investimentos e Participações S.A. para a Jackson Empreendimentos S.A.

Em 18 de janeiro de 2016, os acionistas rescindiram o Acordo de Acionistas celebrado em 18 de dezembro de 2013, que estabelecia os direitos e obrigações em relação às ações, administração e condução dos negócios da Companhia (bem como outros assuntos), considerando terminados, dissolvidos e rescindidos, para todos os efeitos legais e propósitos, perante sucessores ou terceiros. Dessa forma, a Jackson Empreendimentos S.A., de forma expressa, irrevocável e incondicional, libera a JB Minox Investimentos e Participações S.A. de toda e qualquer obrigação do Acordo de Acionistas, incluindo, mas não limitado, à aprovação das contas da administração durante todo período no qual a JB Minox Investimentos e Participações S.A. manteve participação acionária na Companhia.

**Aditivo ao Acordo de Serviços Técnicos celebrado entre Mitsubishi Heavy Industries, LTD. e a Companhia**

Em 23 de setembro de 2013, a Mitsubishi Heavy Industries, LTD. (“MHI”) e a Companhia celebraram Acordo de Serviços Técnicos (“Acordo”) para o fornecimento, pela MHI, de serviços de consultoria técnica à Companhia. Assim, em 18 de janeiro de 2016, as partes acordaram quanto ao saldo devedor pela Companhia à MHI (por conta de serviços prestados até 18 de dezembro de 2015), a ser pago em 48 parcelas a partir de janeiro de 2016. Quaisquer outros valores devidos pela Companhia à MHI em excesso ao valor negociado não seriam mais devidos.

A MHI tem o direito de, unilateralmente, rescindir o citado acordo no caso de falta de pagamento, pela Companhia, no prazo de 30 dias de cada parcela; ou após o fechamento do acordo de serviços técnicos em mais de 60 dias.

**Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de março de 2016**

Em 21 de março de 2016, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou a alteração da razão social da Companhia para Ecovix Construções Oceânicas S.A., bem como a extinção do Conselho de Administração. Além disso, foi realizada a alteração da composição da Diretoria, de modo a extinguir a Vice-Presidência de Desenvolvimento de Negócios, a Vice-Presidência de Construções Oceânicas, bem como diminuir o número de diretores sem denominação específica de seis para três. Dessa forma, foram apresentadas as cartas de renúncia dos senhores José Carlos Mendes Lopes (datada de 28 de fevereiro de 2016), Masao Miyasaki (datada de 13 de janeiro de 2016) e Christiano Bastos Morales (datada de 18 de março de 2016), efeitos Vice-Presidente de

Operações em 27 de outubro de 2015, Vice-Presidente de Construções Oceânicas em 28 de abril de 2014 e Diretor em 27 de outubro de 2015, respectivamente. Ato contínuo, foram eleitos por 2 anos (até 21 de março de 2018) os senhores Gabriel Antonio Soares Freire Junior (para o cargo de Diretor sem denominação específica) e Tiago José Gomes Palmeira (para o cargo de Diretor sem denominação específica), além do Presidente Fábio Vassel (acumulando as funções de Vice-Presidente de Administração e Finanças e Vice-Presidente de Operações).

**Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de setembro de 2016**

Em 26 de setembro de 2016, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi apresentada carta de renúncia do Diretor Sr. Tiago Palmeira, sendo eleito o Sr. Rodrigo Pizarro como Diretor sem denominação específica.

\* \* \*



PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



Rua Marechal Floriano Peixoto, 201 - Centro - RIO GRANDE - RS CEP 96.200-380  
Telefone (53) 3233-8457 / 3233-8455 e-mail: [issqn@riogrande.rs.gov.br](mailto:issqn@riogrande.rs.gov.br)  
CNPJ: 88.566.872/0001-62

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS**  
**Inscrição Municipal nº 439869**  
**Nrº da Certidão: 025225/2017**

**Contribuinte:** 439869 - RG ESTALEIRO ERG1 SA  
**Endereco.....:** ALMIRANTE MAXIMIANO FONSECA 4361 4 SECCAO DA BARRA  
**Dt Abertura..:**

Ressalvado o direito de inscrever e cobrar tributos ainda não lançados ou que venham a ser apurados posteriormente, CERTIFICAMOS para os devidos fins que, em observância ao disposto no artigo 205 da Lei Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional, foram verificados os registros em sistema eletrônico e constatado que o(a) contribuinte acima identificado(a) não possui débitos de ISSQN e Alvará com a Fazenda Municipal.

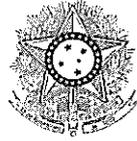
**VALIDADE DE 90 ( NOVENTA) DIAS**

Rio Grande, 26 de Janeiro de 2017

**Certidão emitida gratuitamente.**

**Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.**

DADOS PARA CONSULTAR VALIDADE DO DOCUMENTO			
riogrande.sigiss.com.br			
Nrº CND:	CNPJ Interessado:	Data Emissão CND:	Código Validade:
025225/2017	06.054.101/0002-02	26/01/2017	UPHVJNLB



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA.

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 17.633.309/0001-11

Certidão nº: 124332980/2017

Expedição: 08/02/2017, às 17:36:13

Validade: 06/08/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA. (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 17.633.309/0001-11, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA**

Certifico, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema da Dívida Ativa, referente ao pedido **104889/2016** , que no período de **1977 até 22/11/2016 NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o contribuinte abaixo:

RAZÃO SOCIAL: **ECOVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A.**

CNPJ: **11.754.525/0001-39** INSCRIÇÃO ESTADUAL: **79.05826.2**

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço <http://www.dividaativa.rj.gov.br>.

CÓDIGO CERTIDÃO: **DQ07.1100.101V.0041**

Esta certidão tem validade até **22/05/2017** , considerando 180 (cento e oitenta) dias após a data da pesquisa cadastral realizada em **23/11/2016 às 17:58:45.3** , conforme artigo 11 da Resolução N. 2690 de 05/10/2009.

Em caso de dúvida, recorra a PROCURADORIA:

Procurador - Regional de Rio de Janeiro

Rua do Carmo, 27 Térreo, Centro

Emitida em 12/12/2016 às 10:04:16.0



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
COORDENADORIA DO ISS E TAXAS

Nº AUTENTICAÇÃO 3300969186  
ÓRGÃO F/SUBTF/CIS-2  
CONTROLE 31282/2016

NOME / RAZÃO SOCIAL / ENDEREÇO

ECOVIX ENGEVIX CONSTRUCOES OCEANICAS S A  
RUA DA ASSEMBLEIA 000066 PAV 19  
CENTRO RIO DE JANEIRO 20011-000 RJ

CNPJ

11.754.525/0002-10

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

ANTIGA: \*\*\*\*\* NOVA: 0.471.892-5

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - Modelo 1**

CERTIFICA-SE que, até a presente data, em relação ao contribuinte acima qualificado, não há auto de infração, nota de lançamento, parcelamento, débito confessado em pedido de parcelamento ou nota de débito pendentes de pagamento integral, ou débito escriturado em livro fiscal ou declarado por meio eletrônico, vencidos e não pagos. Fica, entretanto, assegurado ao Município o direito de cobrança de qualquer débito que vier a ser verificado posteriormente, inclusive no que diz respeito às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor. A presente certidão serve como prova perante qualquer órgão público ou privado.

VALIDADE: 180 (cento e oitenta) dias da data de sua expedição.

Certidão expedida com base na Resolução SMF nº 1897, de 23/12/2003 e alterações posteriores.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2016.

HORA: 11:54:18

Dispensada a assinatura do Fiscal de Rendas, conforme art 5º-A da Resolução SMF Nº 1 897

**OBSERVAÇÕES**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página eletrônica da Secretaria Municipal de Fazenda, na internet, no endereço (<http://www.rio.rj.gov.br/web/smf>).

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional nos últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por certidão de situação fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.



CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº 10-2016/0022490-6  
**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND**

**IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

CPF / CNPJ 11.754.525/0002-10

CAD-ICMS ATIVO

NOME / RAZÃO SOCIAL

ECOVIX - ENGEVIX CONSTRUCOES OCENICAS S A

CERTIFICAMOS, para os fins de direito, e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda, que, até a presente data, **NÃO CONSTAM DÉBITOS** perante a RECEITA ESTADUAL para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.

EMITIDA EM: 03/10/2016 AS 12:59:02

VÁLIDA ATÉ: 01/04/2017

(assinatura da autoridade fiscal)  
Nome: ROBERTO GARCIA MELLO  
Matrícula: 0294683-8

ROBERTO GARCIA MELLO  
Assessor de Receita Estadual  
Matrícula: 0294683-8

**OBSERVAÇÕES**

Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004.

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada pela Internet ([www.sefaz.rj.gov.br](http://www.sefaz.rj.gov.br)).

A verificação de débitos é efetuada pelo CNPJ do requerente, abrangendo sua regularidade fiscal e de estabelecimentos que porventura possuir com mesma raiz de CNPJ. A razão social, quando indicada, é informação apenas ilustrativa.

O campo CAD-ICMS atesta a situação do CNPJ do requerente no Cadastro Estadual de Contribuintes do ICMS: ATIVO - estabelecimento inscrito e ativo; DESATIVADO - estabelecimento inscrito e desativado; NÃO INSCRITO - estabelecimento sem qualquer inscrição. No caso de estabelecimento inscrito no CAD-ICMS, sua identificação deverá ser obtida pelo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral ([www.sefaz.rj.gov.br](http://www.sefaz.rj.gov.br)).

A condição de não-inscrito ou desativado não desobriga o requerente de possuir inscrição ativa no CAD-ICMS caso exerça atividade relacionada no artigo 31 da Resolução SEF nº 2.861/97 (texto disponível em [www.sefaz.rj.gov.br](http://www.sefaz.rj.gov.br)).

FINALIDADE (A SER INFORMADA EM CASO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL)

IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 17633309/0001-11  
**Razão Social:** ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA  
**Nome Fantasia:** ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA  
**Endereço:** AL ARAGUAIA 3571 CONJ 2028 / ALPHAVILLE INDUSTRI /  
BARUERI / SP / 6455-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 03/02/2017 a 04/03/2017

**Certificação Número:** 2017020303283493635567

Informação obtida em 08/02/2017, às 11:36:24.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 5356061**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 07/02/2017, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*

**ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA.**, CNPJ: 17.633.309/0001-11, conforme indicação constante do pedido de certidão.\*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2017.

**PEDIDO Nº:**

**0377200**





08/02/2017

0377165

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 5356035**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 07/02/2017, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA.**, CNPJ: 17.633.309/0001-11, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2017.

**PEDIDO Nº:** 0377165



Governo do Estado de São Paulo  
**Procuradoria Geral do Estado**  
 Dívida Ativa



Emissão direta de GARE    Consultas    Emitir Documentos    e-CRDA

08-02-2017 17:11 | 93-04

Dados Nº de Registro/CDA

**Atenção:**

Condições gerais de pagamento e parcelamento.

Devedor: ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA  
 CNPJ/CPF: 17.633.309/0001-11  
 Nº de Registro/CDA: 1.215.983.625  
 Data de Inscrição na dívida Ativa: 19/08/2016  
 Número do Processo (Unificado): Nro. do processo (unificado) indisponível  
 Número do Processo (Outros): Nro. do processo (Outros) indisponível  
 Situação: Inscrito  
 Saldo: R\$ 36,60

**Receitas do débito**

Principal R\$ 27,80  
 Juros de Mora do Principal R\$ 3,24  
 Multa de Mora do Principal R\$ 5,56

Natureza da Dívida / Origem

ICMS Declarado inscrito por SECRETARIA DA FAZENDA

Referências	
Data	Valor
01/05/2016	R\$ 27,80

[Retornar](#)

Governo do Estado de São Paulo  
**Procuradoria Geral do Estado**  
 Dívida Ativa



Emissão direta de GARE

Consultas

Enviar Documentos

e-CRDA

08-02-2017 17:09:19:04

Atenção:

Condições gerais de pagamento e parcelamento.

Devedor: ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA

CPF/CNPJ: 17.633.309/0001-11

Debitos Relativos a ICMS Declarado

CPF/CNPJ	IE	Nº de Registro/CDA	Valor Atualizado (R\$)	Opções de Pagamento	Mensagem
17.633.309/0001-11	206.305.783.117	<u>1.215.093.625</u>	36,60	liquida  <u>pagto_parcial</u> 36,60	O Débito não está ajuizado.
Valor total atualizado:					

[Retornar](#)

Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria da Fazenda

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NÃO INSCRITOS



Emitir eCND ([EmissaoCertidaoNegativa.aspx](#))

Validar / Reemitir eCND ([ValidacaoCertidaoNegativa.aspx](#))

Sair (<http://pfe.fazenda.sp.gov.br/>)

Emissão da Certidão Negativa de Débitos

CPF  CNPJ

17.633.309/0001-11



Emitir

Escreva os caracteres da imagem no  
campo ao lado  
[Obter nova imagem](#)

**Não foi possível emitir a Certidão Negativa. Favor dirigir-se ao seu Posto Fiscal. (<http://www.fazenda.sp.gov.br/regionais/default.asp>)  
Para mais informações acesse o Guia do Usuário, Certidões de Débitos não Inscritos ([http://www.fazenda.sp.gov.br/guia/certidoes/debitos\\_ao\\_inscritos.shtm](http://www.fazenda.sp.gov.br/guia/certidoes/debitos_ao_inscritos.shtm)), ou ligue para 0800-170-110 ou utilize o nosso Correio Eletrônico. (<https://www.fazenda.sp.gov.br/email/default2.asp>)**

Data e hora da pesquisa 08/02/2017 17:14:40 (hora de Brasília)  
Sistema disponível em dias úteis das 06:00 às 21:00 hrs

Este site é melhor visualizado com o Microsoft Internet Explorer 8 ou superior e / ou Google Chrome e Mozilla Firefox browsers.

Gerar PDF Desta Visualização



MINISTERIO DA FAZENDA  
 PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Emissão em: 08/02/2017 12:54:11  
 Período de: 01/2017

Relatório Complementar de Situação Fiscal

CNPJ: 17.633.309 - ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA.

CNPJ: 17.633.309/0001-11

Ausência de GFIP

016,00

Divergência de GFIP x GPS (Valor declarado menos o recolhido, por rubrica e FPAS)

Competência	FPAS	Situação	Rubrica	Valor
01/2017	007	FGS	Previdência	60,310,00
	007	FGS	Outras Contribuições	0,00

CNPJ: 17.633.309/0002-00

Divergência de GFIP x GPS (Valor declarado menos o recolhido, por rubrica e FPAS)

Competência	FPAS	Situação	Rubrica	Valor
01/2017	007	FGS	Previdência	64,15
	007	FGS	Outras Contribuições	11,86

FINAL DE RELATORIO

Pendências Anteriores

Próximas Pendências



Secretaria de Finanças

**Coordenadoria Técnica de Receita**  
**Departamento Técnico de Tributos Imobiliários**

**LUIZ CAETANO BRAÇAL**, Chefe do Departamento Técnico de Tributos Imobiliários da Prefeitura Municipal de Barueri - Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais:

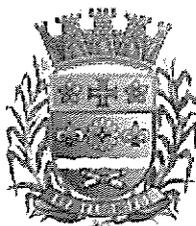
**CERTIFICA,**

em atendimento ao solicitado no requerimento protocolado nesta Prefeitura sob nº 20.567, datado de 02/03/2015, que de acordo com os registros do Cadastro Imobiliário, considerando a grafia apresentada, com referência aos tributos imobiliários (IPTU e Taxa de Combate e Extinção de Incêndio), nada consta cadastrado em nome de **“ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA”**, estabelecida à Alameda Araguaia, 3.571 – conjunto 2.028, Centro Empresarial Tamboré / Tamboré, neste município, até a presente data. Eu, Claudia Caroline dos Santos, matrícula 101454 a digitei e conferi Claudia. Prefeitura Municipal de Barueri, 05 de março de 2015.....

.....  
.....  
.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEP. TÁC. DE TRIBUTOS IMOB

**LUIZ CAETANO BRAÇAL**  
**Chefe DTTI**



# Prefeitura Municipal de Barueri

Estado de São Paulo

**SECRETARIA DE FINANÇAS**  
**Coordenadoria Técnica de Receita**  
**Departamento Técnico de Tributos Mobiliários**

## CERTIDÃO NEGATIVA

Nº 02987/2017i

Razão Social .....: ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA.  
 CNPJ/CPF N°.....: 17.633.309/0001-11  
 Inscrição Atual .....: 5.65688-3  
 Logradouro .....: ALAMEDA ARAGUAIA  
 N° Atual ... ..: 3571  
 Complemento .....: CONJ. 2028  
 Bairro .....: CENTRO EMPRESARIAL TAMBORE / TAMBORE  
 Cidade .....: BARUERI  
 CEP .....: 06455000

### TRIBUTOS E PERÍODOS

#### Imposto sobre serviços de qualquer natureza e taxas mobiliárias

**CERTIFICAMOS**, de ordem da Secretaria de Finanças, a pedido da parte interessada e à vista das informações, que em nome do contribuinte acima identificado, **NÃO EXISTE DÉBITO EM ABERTO** nesta Prefeitura, débito inscrito ou não em dívida ativa, com relação ao(s) tributo(s) acima indicado(s), até a presente data.

**CERTIFICAMOS**, outrossim, que fica ressalvado o direito da Fazenda Pública do Município na cobrança de débitos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação aos tributos e períodos indicados nesta certidão.

CERTIDÃO VÁLIDA POR TRINTA DIAS.

<p>A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura de Barueri na Internet, no Endereço:  <a href="http://www.barueri.sp.gov.br">http://www.barueri.sp.gov.br</a>  <b>Certidão expedida gratuitamente.</b>          Aprovado pelo Decreto nº 5635, de 25/01/2005</p>	<p><b>Informações para Verificação de Autenticidade</b>          Nº de Inscrição : <b>5.65688-3</b>          Código de autenticidade : <b>111N.9181.5025.7994807-H</b>          Data de emissão : <b>08/02/2017</b>          Hora de emissão : <b>17:22:16</b></p>
--	--

Rua Professor João da Matta e Luz nº 84 - Centro - Barueri - SP - CEP: 06401-120 - FONE 4199-8050



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA FAZENDA  
RECEITA ESTADUAL

Certidão de Situação Fiscal nº **0010451540**

Identificação do titular da certidão:

Nome: **RG ESTALEIRO ERG2 S A**

Endereço: **AV ALM MAXIMIANO FONSECA, 4301, BR 392  
ZONA PORTUARIA, RIO GRANDE - RS**

CNPJ: **08.607.005/0003-50**

Certificamos que, aos **06** dias do mês de **FEVEREIRO** do ano de **2017**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima enquadra-se na seguinte situação:

**CERTIDAO NEGATIVA**

Descrição dos Débitos/Pendências:

Esta certidão **NÃO É VÁLIDA** para comprovar;

a) a quitação de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;

b) em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 6/4/2017.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

Autenticação: **0019725091**

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em <https://www.sefaz.rs.gov.br>.



## Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 11.754.525/0001-39

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 17010034387-19  
Data e hora da emissão 13/01/2017 10:01:37  
Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)



## Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 08.607.005/0001-99

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 17010034408-88  
Data e hora da emissão 13/01/2017 10:03:53  
Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)



## Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 15.286.061/0001-34

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 17010034415-07  
Data e hora da emissão 13/01/2017 10:04:55  
Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)